

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Perspetivas eco-feministas sobre agricultura e transformações agrárias em Moçambique

Lara Marina Pedro Fraga

Mestrado em Estudos de Desenvolvimento
Ramo de Desenvolvimento Sustentável

Orientadora:

Doutora Ana Catarina Larcher das Neves Santos Carvalho,
Professora auxiliar convidada,
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2021



CIÊNCIAS SOCIAIS
E HUMANAS

Perspetivas eco-feministas sobre agricultura e transformações agrárias em Moçambique

Lara Marina Pedro Fraga

Mestrado em Estudos de Desenvolvimento
Ramo de Desenvolvimento Sustentável

Orientadora:

Doutora Ana Catarina Larcher das Neves Santos Carvalho,
Professora auxiliar convidada,
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2021

AGRADECIMENTOS

Existe uma narrativa de que um mundo desenvolvido e modernizado floresce. Neste mundo as aldeias se transformam em grandes cidades, campos de cultivo ricos em biodiversidade transformam-se em campos com três ou quatro espécies e o conhecimento tradicional não serve mais e é substituído pela lógica da industrialização. Essa narrativa promete um conceito romantizado de desenvolvimento em detrimento do bem-estar das comunidades locais e dos seus meios de subsistência, acentuando as clivagens entre mulheres e homens. Cenário este que se perpetua pelas gerações futuras.

E, atualmente em Moçambique, questões como a desigualdade de género, pobreza, agricultura, pensamento decolonial e alterações climáticas parecem mais interligadas e relevantes do que nunca.

Foi assim que apresentei o meu tema de dissertação à Prof. Dra. Ana Larcher, investigadora no Centro de Estudos Internacionais do ISCTE-IUL, que, sem hesitar, abraçou a tarefa de orientar este trabalho. Agradeço a sua paciência e capacidade incomparável de facilitar o debate crítico e a análise e, ao mesmo tempo, permitir o aprendizado autodirigido, ao longo destes anos de mestrado.

Agradecimentos especiais ao Prof. Dr. Ulrich Schiefer, investigador no Centro de Estudos Africanos do ISCTE-IUL, e às colegas da FAO em Portugal e junto da CPLP, aos quais devo um enorme apreço pelo apoio e encorajamento neste trabalho nos últimos meses.

Por último, mas não menos importante, gratidão à minha família, amigos e ao meu parceiro desta vida.

“No Quênia, as mulheres são as primeiras vítimas da degradação ambiental, porque são elas que caminham horas à procura de água, buscam lenha e fornecem alimentos para as suas famílias.” - Wangari Maathai, ativista ambiental, Pémio Nobel da Paz 2004.

RESUMO

Em Moçambique, a maioria da população vive em áreas rurais e a produção agrícola é a principal atividade económica do país, sendo que as mulheres constituem mais de 60% da força de trabalho agrícola.

O eco-feminismo defende que a opressão das mulheres e a exploração da natureza estão ligadas sob um sistema de poder patriarcal e capitalista, conduzindo a uma análise crítica sobre a agricultura. O eco-feminismo em contextos africanos, é amplamente reivindicado em países de expressão de língua inglesa como o Quênia, Uganda, África do Sul, Nigéria e Zimbábue. No entanto, o conceito pode ser usado em Moçambique para compreender formas de resistência ao agronegócio, ou a promoção de práticas como a agroecologia por parte de movimentos sociais.

Esta dissertação pretende explorar o eco-feminismo crítico para compreender a agricultura e as transformações agrárias em Moçambique. A metodologia usada foi uma análise documental e bibliográfica, com os objetivos de examinar modelos de desenvolvimento agrícola, as Revoluções Verdes, que, como estudos têm mostrado, acentuam desigualdades socioeconómicas e deixam marcas no ambiente, desproporcionalmente suportadas pelos mais vulneráveis; e explorar os desafios do eco-feminismo na busca de alternativas agrárias em Moçambique. O presente trabalho revela que o panorama do eco-feminismo em Moçambique é evidenciado pelos movimentos sociais, associações e organizações com o foco na agricultura familiar, na agroecologia, e na defesa aos direitos das mulheres. Elucidando o contributo de uma lente eco-feminista para a construção de políticas agrárias comprometidas com a soberania alimentar, a justiça, igualdade e dignidade para mulheres e homens moçambicanos.

Palavras-chave: Eco-feminismo. Agricultura. Transformações agrárias. Revolução verde. Desenvolvimento agrário. Ecologia política. Segurança alimentar. Soberania alimentar. Agroecologia. Desenvolvimento sustentável. Decolonialidade.

ABSTRACT

In Mozambique, the majority of the population lives in rural areas and agricultural production is the main economic activity in the country, with women making up 60% of the agricultural workforce.

Ecofeminism argues that the oppression of women and the exploitation of nature are linked under a patriarchal and capitalist power system, leading to a critical analysis of agriculture. Ecofeminism in African contexts is widely used and claimed in English speaking countries such as Kenya, Uganda, South Africa, Nigeria and Zimbabwe. However, the concept can be used in Mozambique to understand forms of resistance to agribusiness, or the promotion of practices such as agroecology by social movements.

This dissertation explores critical ecofeminism to understand agriculture and agrarian transformations in Mozambique. The methodology consisted in a documentary and bibliographic analysis, with the objectives of examining models of agricultural development, such as the Green Revolutions, which, as studies have shown, accentuate socioeconomic inequalities and leave marks in the environment, disproportionately supported by the most vulnerable; and explore the challenges of ecofeminism in the search for agrarian alternatives in Mozambique. The present work reveals that the panorama of ecofeminism in Mozambique is evidenced by social movements, associations and organizations with a focus on family farming, agroecology, and the defense of women's rights. Elucidating the contribution of an ecofeminist lens to the construction of agrarian policies committed to food sovereignty, justice, equality and dignity for Mozambican women and men.

Keywords: Ecofeminism. Agriculture. Agrarian changes. Green revolution. Agrarian development. Political ecology. Food security. Food sovereignty. Agroecology. Sustainable development. Decolony.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	I
RESUMO.....	II
ÍNDICE	IV
ÍNDICE DE FIGURAS	V
LISTA DE ABREVIATURAS.....	VI
GLOSSÁRIO.....	VIII
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – A SEGURANÇA ALIMENTAR, A SOBERANIA ALIMENTAR E A CRÍTICA DO MODELO DAS REVOLUÇÕES VERDES	4
1.1. SEGURANÇA ALIMENTAR, SOBERANIA ALIMENTAR E DIREITO À ALIMENTAÇÃO.....	4
1.2. REVOLUÇÃO VERDE	8
1.3. A VELHA “FÓRMULA” DA NOVA REVOLUÇÃO VERDE	11
CAPÍTULO II AGRICULTURA E REVOLUÇÃO VERDE EM MOÇAMBIQUE	18
2.1. SEGURANÇA ALIMENTAR E AGRICULTURA EM MOÇAMBIQUE	18
2.2. A REVOLUÇÃO VERDE EM MOÇAMBIQUE.....	21
CAPÍTULO III – ECO-FEMINISMO.....	31
3.1. ECO-FEMINISMO E A CRÍTICA AO DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA INDUSTRIAL CAPITALISTA.....	36
3.2. ECO-FEMINISMO, SOBERANIA ALIMENTAR E AGROECOLOGIA	39
3.3. ECO-FEMINISMO E RESISTÊNCIAS AO DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA INDUSTRIAL.....	43
CAPÍTULO IV – AGRICULTURA E TRANSFORMAÇÕES RURAIS EM MOÇAMBIQUE À LUZ DO ECO-FEMINISMO 47	47
4.1. DIVISÃO DO TRABALHO POR GÉNERO NA AGRICULTURA EM MOÇAMBIQUE	47
4.2. LEI FUNDIÁRIA E OS CONFLITOS NO ACESSO À TERRA	50
4.3. MOVIMENTOS SOCIAIS E AS LIGAÇÕES COM O PENSAMENTO ECO-FEMINISTA	53
4.4. AGROECOLOGIA E ECO-FEMINISMO EM MOÇAMBIQUE.....	58
CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
REFERÊNCIAS BIBLIGRÁFICAS	67

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Classificação de Insegurança Alimentar Aguda – 2019/2020 em Moçambique.

20

LISTA DE ABREVIATURAS

ACFI	Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos
AGP	Acordo Geral de Paz
AGRA	Aliança para a Revolução Verde em África
AoA	Acordo sobre Agricultura
BM	Banco Mundial
CAADP	Programa Compreensivo de Desenvolvimento da Agricultura Africana
CEDAW	Convenção Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres
CGIAR	Grupo Consultivo de Recursos Agrícolas Internacionais
DANIDA	Agência Dinamarquesa para o Desenvolvimento
DF	Destacamento Feminino, unidade de treino militar e educação política
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
DUAT	Direito e Uso do Aproveitamento de Terra
ESAN	Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FDD	Fundo de Desenvolvimento Distrital
FMI	Fundo Monetário Internacional
FOMMUR	Fórum Moçambicano das Mulheres Rurais
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique, Partido político
HIV/SIDA	Vírus da Imunodeficiência Humana/ Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
IARCs	Rede Internacional de Centros de Pesquisa Agrícola
IIAM	Instituto de Pesquisa Agrária de Moçambique
IPBES	Plataforma Intergovernamental Sobre a Biodiversidade e os Ecossistemas
IPC	Classificação Integrada da Fase de Segurança Alimentar
JÁ!	Justiça Ambiental
JICA	Agência Japonesa de Cooperação Internacional
LIFEMO	Liga Feminina de Moçambique
LVC	La Via Campesina, ou Via Campesina

MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MINAG	Ministério da Agricultura
NEPAD	Nova Parceria da União Africana para o Desenvolvimento de África
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milénio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OIIL	Investimento de Iniciativa Local
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMM	Organização da Mulher Moçambicana
OMR	Observatório do Meio Rural
PAC	Política Agrícola Comum Europeia
PAE	Políticas de Ajustamento Estrutural
PEDSA	Plano Estratégico de Desenvolvimento Agrário
PIDESC	Pacto Internacional sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROAGRI	Programa de Desenvolvimento do Setor Agrário em Moçambique
PRODEL	Programa do Desenvolvimento Económico Local
PROSAVANA	Programa de Desenvolvimento da Agricultura
RENAMO	Resistência Nacional de Moçambique, Partido político
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SETSAN	Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional
UNAC	União Nacional de Camponeses
UNAG	Congresso da União Nacional dos Agricultores e Proprietários de Gado
USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
WoMin	African Women Unite Against Destructive Resource Extraction

GLOSSÁRIO

Lobolo ou lovolo – Casamento tradicional praticado no Sul de Moçambique, na qual a família do noivo oferece bens (o dote) para a família da noiva em troca do casamento. Consiste num acto de criação de ligações entre as famílias e reconciliação espiritual para com os ancestrais de ambos.

Machamba – Parcela de terra para a prática da agricultura; campo agrícola cultivado.

Xitiki ou xitique – Prática endógena de poupança e crédito rotativo entre grupos restritos de pessoas, sobretudo mulheres. Dentro do grupo faz-se contribuições monetárias regulares para um fundo que é dado, no seu todo ou em parte, a cada contribuinte à vez. Constitui também o acto social de convívio e partilha entre os participantes.

INTRODUÇÃO

A agricultura é uma actividade realizada predominantemente por pequenos agricultores, responsável por cerca de 90% da produção total de alimentos (FAO, 2013a). No entanto mais de 60% da força de trabalho agrícola são mulheres (Rodrigues, 2009). Em Moçambique, a agricultura constitui a principal actividade económica, sendo que a maioria da população vive em zonas rurais (Bicchieri & Ayala, 2017). As mulheres rurais em Moçambique encontram-se muitas vezes em situações de grande vulnerabilidade: são as principais produtoras de alimentos e responsáveis pela gestão das suas famílias, contudo os seus direitos de posse de terra são limitados, assim como têm mais dificuldades no acesso ao crédito, e outros insumos e serviços agrícolas (Bicchieri & Ayala, 2017).

A nível de políticas agrícolas, Moçambique, assim como vários países africanos, passou pela introdução de Políticas de Ajustamento Estrutural (PAE) do Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional nos anos 80. Os defensores das soluções neoliberais argumentaram que a crise económica mundial foi produto de políticas nacionais inadequadas, da distorção da economia pela interferência do Estado e de uma má governança. À medida que mais países em desenvolvimento buscavam alívio do FMI, as PAE entraram com a condição de uma abertura dos mercados domésticos ao capital internacional, o desinvestimento de empresas económicas estatais e o foco na produção orientada para a exportação de *commodities* primárias (Amanor & Chichava, 2016). Este período significou a privatização de empresas agrícolas estatais e a promoção da agricultura em larga escala para exportação nos mercados internacionais (Amanor & Chichava, 2016). Entretanto nos anos 2000, com o surgimento de iniciativas internacionais voltadas para o continente africano, nomeadamente a “Nova Revolução Verde”, passaram a ser incentivados novos investimentos na agricultura e infraestrutura e subsídios aos insumos agrícolas para os pequenos agricultores (Amanor & Chichava, 2016).

A Nova Revolução Verde seria uma replicação dos sucessos da Revolução Verde da Ásia e América Latina nos anos 60 e 70, com base na promoção de novas sementes, fertilizantes e sistemas modernos de irrigação, com o objetivo de aumentar a produtividade (Scoones & Thompson, 2011). E, tal como a primeira, a Nova Revolução Verde em África foi financiada por fundações privadas filantrópicas e apoiada por corporações transnacionais. Embora aparentemente esta iniciativa tenha sido concebida para promover o desenvolvimento inclusivo e a segurança alimentar, também serviu para promover o agronegócio nos mercados africanos (Amanor & Chichava, 2016). Essa penetração do agronegócio baseou-se na governança

corporativa de alimentos, na qual as cadeias de distribuição alimentar e supermercados moldam as estratégias de produção dos pequenos agricultores (Banco Mundial, 2009).

Contudo, várias críticas procedem aos defensores das Revoluções Verdes. Estas iniciativas de desenvolvimento agrícola resultaram em impactos socioeconómicos, sanitários e ambientais, nomeadamente no aumento das desigualdades no meio rural, na redução da soberania alimentar, no aparecimento de patologias (derivadas da utilização de pesticidas por ex.), na perda de biodiversidade (através do desmatamento e da introdução massiva de monoculturas), no rompimento de ciclos ecológicos (degradação da água e ar), e, por conseguinte, no aumento à vulnerabilidade face às alterações climáticas (Holt-Gimenez, Altieri & Rosset, 2006; Castel-Branco, 2008; UNAC, 2010; Ellinger-Locke, 2011; Holt-Giménez & Altieri, 2013; Mies & Shiva, 2014; Amanor & Chichava, 2016; Monjane, 2018; IPBES, 2019). Sendo que as mulheres são desproporcional e adversamente impactadas pelas alterações climáticas (Organização Meteorológica Mundial, 2019), este é mais um factor que vem reforçar a sua vulnerabilidade nestes modelos de desenvolvimento.

Assim, tornando-se evidente os impactos negativos dos modelos de agricultura que promovem este paradigma da modernização e no seu impacto desproporcional sobre as mulheres, justifica-se uma reflexão crítica com base no conceito multidimensional do eco-feminismo.

O eco-feminismo surge a partir de lutas ecológicas e feministas comuns contra o militarismo da Guerra Fria, os resíduos tóxicos industriais, a utilização de pesticidas na agricultura, o esgotamento de recursos e a violência social e económica contra as mulheres (Merchant, 1999). Sendo que uma das premissas centrais é a ideia de que a dominação capitalista patriarcal, e opressão/exploração das mulheres e da natureza estão interconectadas através de um sistema hierárquico de poder (Warren & Cheney, 1991; FRC, 2016).

No entanto, o eco-feminismo consiste numa diversidade de posições/escolas de pensamento que também variaram ao longo do tempo, sendo que para este trabalho, nos focamos na abordagem eco-feminista crítica que analisa as questões sociais e ambientais (e soluções) na agricultura como inseparáveis umas das outras (Gaard & Gruen, 1993; Warren, 2000). Nesta abordagem não prevalece a noção essencialista de que existe uma conexão necessária entre as mulheres e a natureza, mas sim, que os impactos negativos da má gestão na agricultura tendem a afetar os mais vulneráveis, mais cedo e mais diretamente, mas também de maneiras diferentes (Estévez-Saá & Lorenzo-Modia, 2018). E isto inclui os mais pobres, as mulheres e as crianças.

Neste trabalho, o eco-feminismo assume sobretudo a reivindicação dos movimentos sociais de base (*grassroots*) assentes em tradições feministas e ambientalistas, que lutam pela soberania alimentar, sistemas alimentares sustentáveis e justiça climática, e que se opõem ao agronegócio. Pois cultivar, processar e preparar alimentos são atividades que reúnem as questões de género, natureza e capitalismo neoliberal (FRC, 2016).

O eco-feminismo em contextos africanos, é um conceito mais amplamente usado e reivindicado em países de expressão de língua inglesa como o Quênia, Uganda, África do Sul, Nigéria e Zimbábue. No entanto, a visão sobre uma ecologia política feminista existe em Moçambique sob a forma de resistências ao agronegócio, e a defesa de práticas como a agroecologia por parte dos movimentos sociais (Via Campesina, 2008; UNAC, 2010; Monjane, 2015; Lemos, 2018; Monjane, 2019; FOMMUR, 2019; Justiça Ambiental, 2020). Sendo assim, torna-se incontornável perceber que as questões de género intersectam com as questões ambientais, gestão de recursos e com a segurança alimentar, deste modo o presente trabalho pretende explorar o eco-feminismo, como lente de análise para abordar a agricultura em Moçambique.

Esta dissertação tem como metodologia uma análise documental e bibliográfica, com os objetivos de examinar o modelo de desenvolvimento agrícola (da Revolução Verde até à Nova Revolução Verde) que perpetua relações assimétricas de género, bem como legítimas actividades económicas que deixam marcas devastadoras no ambiente; e explorar o desafio que o eco-feminismo traz em buscar alternativas económicas e sociais para a agricultura em Moçambique.

Este trabalho está dividido em quatro capítulos: O capítulo I explica os conceitos de segurança alimentar, soberania alimentar e direito à alimentação; explora por que a segurança alimentar é um conceito limitado, e a interação conflituante entre os modelos agrícolas (“Revoluções Verdes”) que constituem a base do sistema atual. O capítulo II estende as noções conceituais e históricas do capítulo I para a realidade agrária de Moçambique. O capítulo III explora o eco-feminismo e a agricultura, explicando como uma lente de análise eco-feminista pode reformular e transformar o sistema alimentar, através da agroecologia. E finalmente, o capítulo IV, explora a agricultura e as transformações agrárias em Moçambique; os movimentos sociais na defesa da igualdade de género, das lutas camponesas, da soberania alimentar em Moçambique; e analisa a validade do eco-feminismo em Moçambique em propor um sistema alimentar alternativo.

CAPÍTULO I – A segurança alimentar, a soberania alimentar e a crítica do modelo das Revoluções Verdes

No mundo estima-se que quase 690 milhões de pessoas passam fome, correspondendo a 8,9% da população mundial (FAO et al., 2020). A prevalência de desnutrição em África era de 19,1 % da população em 2019, mais do que o dobro da média mundial (8,9 %) e é a mais alta entre todas as regiões (FAO et al., 2020). Considerando o total de afetados pela insegurança alimentar moderada ou grave, cerca de 2 bilhões de pessoas no mundo não tiveram acesso regular a alimentos seguros, nutritivos e suficientes em 2019 (FAO et al., 2020).

Destas, 75% vivem em áreas rurais, principalmente garantindo o seu sustento através da agricultura (FAO et al., 2020). Existe uma desigualdade na justaposição de agricultura e pobreza, na falta de acesso de alimentos nutritivos por parte das pessoas que os cultivam.

Sendo a agricultura a base dos sistemas alimentares, neste capítulo serão examinados os conceitos de segurança alimentar, a soberania alimentar e o direito à alimentação adequada, como ponto de partida para a discussão sobre essas três questões.

1.1. Segurança alimentar, soberania alimentar e direito à alimentação

Os conceitos de segurança alimentar, soberania alimentar e direito à alimentação moldam o cenário da produção e consumo de alimentos (Ellinger-Locke, 2011). A Divisão de *Commodities* e Comércio da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) discute a segurança alimentar como um conceito técnico, o direito à alimentação como um conceito legal e soberania alimentar como um conceito político (FAO, 2005a). Este será o ponto de partida para discussões sobre estes três conceitos.

Segurança alimentar

O conceito de segurança alimentar existe quando todas as pessoas, a todo momento, têm acesso físico e económico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos para atender às suas necessidades alimentares e preferências alimentares para uma vida ativa e saudável (Ellinger-Locke, 2011). No entanto, a segurança alimentar, embora seja uma meta em si mesma, não abrange a análise mais profunda sobre os modelos de produção agrícola, o valor nutricional dos alimentos, a distribuição dos alimentos e as dinâmicas de poder que se articulam dentro dos sistemas alimentares.

O autor, ativista e economista Patel (2009), refere que:

“É possível haver segurança alimentar sob um ditador benévolo. O seu ditador pode fornecer refeições do McDonalds e um saquinho de vitaminas para compensar o seu corpo pela nutrição que o McDonalds não fornecerá. Mas isso será uma situação de segurança alimentar. Em outras palavras, o que a segurança alimentar deixa de abordar é o controle e poder. E é isso que a soberania alimentar faz” (Patel, 2009: min 00:24).

Soberania Alimentar

Existe um grande e crescente movimento global focado no conceito de soberania alimentar, também descrito como a auto-governança dos sistemas alimentares. O movimento de soberania alimentar surgiu pela primeira vez na América Latina no início dos anos 90 e, desde então, foi adotado por organizações camponesas em partes da África Subsaariana (Martinez-Torres & Rosset 2010). O conceito de soberania alimentar foi desenvolvido pela La Via Campesina (LVC) e debatido publicamente durante o Fórum Mundial de Alimentação em 1996, Tlaxcala, México, como o marco do trabalho alternativo para alimentação e agricultura (Ellinger-Locke, 2011).

A Via Campesina é um movimento internacional de agricultura e camponeses, criado em 1992 no Congresso da União Nacional dos Agricultores e Proprietários de Gado (UNAG) (Tambi et al, 2014). O movimento foi principalmente uma resposta à inclusão da agricultura no sistema comercial mundial através do Acordo sobre Agricultura (AoA). O AoA é um tratado internacional negociado durante o Acordo Geral de Tarifas e Comércio e que tornou-se a Organização Mundial do Comércio em 1995 (Tambi et al, 2014). A Via Campesina é um movimento autónomo, internacional, pluralista e multicultural, independente de qualquer movimento político, económico ou outro tipo de afiliação, reunindo milhões de camponeses, pequenos agricultores, sem-terra, indígenas, migrantes e trabalhadores agrícolas de todo o mundo (Tambi et al, 2014).

A intenção do termo soberania alimentar era de transformar e democratizar o sistema alimentar, colocando aqueles que produzem e consomem alimentos no centro da tomada de decisões sobre alimentos e agricultura, e não o agronegócio e a economia (Ellinger-Locke, 2011). A soberania alimentar exige o reconhecimento das conexões e relações sociais que as pessoas e as comunidades têm com os alimentos, a sua produção, consumo e distribuição, sendo assim um conceito sobre a política global de alimentos.

A Via Campesina olha para a soberania alimentar como o direito a alimentos nutricionalmente sãos e saudáveis, culturalmente sensíveis, na qual a sua produção é ambientalmente sustentáveis, e onde é salvaguardado o direito de as pessoas definirem as suas próprias políticas agrárias (Via Campesina, 2007). Essa ideia é mais ampla que a segurança alimentar, porque não se concentra no acesso a alimentos, mas em todos os processos envolvidos, desde o plantio até o prato, o uso da terra, direitos dos trabalhadores rurais, agricultura urbana, culinária e nutrição.

Deste modo, a Via Campesina opõe-se fortemente a empresas agrícolas transnacionais, as quais acreditam que as suas práticas são responsáveis por impactar negativamente as pessoas e a natureza. Assim, defende uma agricultura baseada na sustentabilidade e defende a agricultura familiar, de modo a promover uma justiça agrária à população mais vulnerável, os pequenos agricultores. Os seus membros são compostos por 164 organizações locais e nacionais em 73 países de África, Ásia, Europa e Américas, representando cerca de 200 milhões de agricultores (Via Campesina, 1996 apud Tambi et al, 2014).

Além da Via Campesina, outros proponentes do conceito de soberania alimentar argumentam que a alimentação e a produção de alimentos constituem mais que um negócio, e que a produção local e nacional é mais importante que a produção para exportação. Isto com a perspetiva de considerar o desenvolvimento económico local e nacional para superar a pobreza e a fome, proteger a vida rural económica e ambiental, e gerir os recursos naturais de forma sustentável (Rosset, 2006). O pensamento teórico sobre a soberania alimentar defende que todos os países e todas as pessoas devem ter o direito e a capacidade de definir a sua própria alimentação, produção e políticas agrícolas que necessitem para proteger os mercados locais, e terem orçamento do setor público para agricultura, incluindo subsídios que não levem à produção massiva, às exportações, com aplicação de leis contra os monopólios a nível nacional e global, à queda nos preços e nem a danos a outros países (Rosset, 2006).

De acordo com Holt-Gimenez, Altieri & Rosset (2006), a promoção de modelos alternativos também inclui a reforma agrária, com limite máximo do tamanho dos campos agrícolas, controle equitativo local sobre recursos como sementes, terra, água e florestas, e estratégias contra a patenteação de sementes. A resolução de soberania alimentar é cada vez mais valorizada por diversos setores, como organizações que representam os consumidores, a população urbana mais pobre, os povos indígenas, as uniões de comerciantes, os ambientalistas, os ativistas de direitos humanos, os pesquisadores e outros especialistas que formam a base de

colaboração entre a FAO, e os grupos de agricultores e outros atores da sociedade civil, como anunciado pelo então Diretor-Geral da FAO, Jacques Diouf, durante o Fórum Mundial de Alimentação, em 2002 (Holt-Gimenez, Altieri & Rosset, 2006).

A FAO (2005a) oferece outra definição de soberania alimentar:

“(...) O direito dos povos, comunidades e países de definir as suas próprias políticas agrícolas, trabalhistas, pesqueiras, alimentares e latifundiárias que sejam ecológica, social, económica e culturalmente adequadas às suas circunstâncias únicas. Inclui o verdadeiro direito à alimentação e à produção de alimentos, o que significa que todas as pessoas têm direito a alimentos seguros, nutritivos e culturalmente adequados, bem como aos recursos produtores de alimentos e a capacidade de sustento próprio e das suas comunidades.” (FAO, 2005a: 9).

O economista Raj Patel (2009), expressa esse sentimento ao afirmar que:

“A soberania alimentar refere-se ao poder no sistema alimentar. É sobre quem controla como a comida é distribuída na sociedade e na economia (...) a [Soberania alimentar] diz que precisamos de uma discussão internacional, uma discussão nacional, uma discussão municipal e uma discussão regional. Mas isso também significa ter uma discussão mesmo ao nível da família. Eu acho um dos elementos mais importantes da soberania alimentar é que ela mantém relações em torno do poder, mesmo ao nível doméstico, e tenta torná-las iguais. Esse é o projeto da soberania alimentar” (Patel, 2009: min 00:42).

Além disso, a Relatora Especial sobre o Direito à Alimentação das Nações Unidas (2015-2020), Hilal Elver refere as questões relacionadas à pobreza, a insegurança alimentar e soberania alimentar estão principalmente ligadas ao conceito de direitos humanos (Elver, 2020). A alimentação é um requisito básico para a existência humana e, portanto, um direito inalienável das pessoas, incluindo os trabalhadores agrícolas, pequenos agricultores e consumidores, que têm frequentemente ignorados ou violados os seus direitos (Elver, 2020).

O Direito à Alimentação Adequada

O direito à alimentação é fundamentado na Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas (artigo 25), assinada em 1948 e no Pacto Internacional sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais (PIDESC) (artigo 11). O PIDESC é uma convenção

internacional que entrou em vigor em 1977 e tem 160 Estados signatários (Ellinger-Locke, 2011). Em 1999, o Comité do PIDESC adotou o Comentário Geral 12, que esclarece o conteúdo do artigo 11 do PIDESC e o conceito de Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) (FAO, 2013a). Em 2002, o Relator Especial sobre o Direito à Alimentação das Nações Unidas, definiu o direito à alimentação adequada como um direito humano que implica:

“(...) ter acesso regular, permanente e irrestrito, seja diretamente ou por meio de transacção financeira, a alimentos quantitativa e qualitativamente adequados e suficientes que correspondam às tradições culturais das pessoas, e que garantam uma vida física e mental e a realização individual e coletiva, uma vida digna, livre de medo.”
(Comissão de Direitos Humanos, Direitos Económicos, Sociais e Culturais, 2002: 26)

Portanto, os Estados enfrentam um conjunto de obrigações para garantir esses direitos por todos os meios possíveis e quando não são respeitados, os Estados podem ser sancionados internacionalmente por violação dos direitos humanos (FAO, 2013a).

O DHAA reforça a crítica à expansão de um regime económico internacional que promove a distribuição desigual de recursos, a exploração de trabalhadores agrícolas, o aumento da produção de monoculturas e a diminuição da biodiversidade nos sistemas alimentares em tempos de emergência climática (Food Security Information Network, 2019). E a discussão em torno da segurança alimentar como um conceito técnico, do direito à alimentação como um conceito legal e da soberania alimentar como um conceito político (FAO, 2005a), impacta não só o sistema alimentar global como também molda o desenvolvimento agrícola em Moçambique.

1.2. Revolução Verde

A Revolução Verde, foi uma revolução agrícola impulsionada em grande parte por várias instituições filantrópicas no período pós-Segunda Guerra Mundial, com o objetivo de reduzir a fome através do aumento da produção agrícola em muitas áreas do Sul Global nas décadas de 1950 e 1960 através de um pacote tecnológico que incluía o uso de sementes híbridas, fertilizantes, pesticidas e outros insumos (Gonzalez, 2007 e Moseley, 2017). Com o apoio de organizações como a Fundação Ford e Fundação Rockefeller, vários centros de pesquisa agrícola internacionais desenvolveram novas variedades de arroz, trigo e milho que foram projetadas para prosperar sob a aplicação de insumos agrícolas industriais, como fertilizantes sintéticos, pesticidas à base de petróleo e equipamento de irrigação (Ellinger-Locke, 2011). Essas variedades e insumos foram apresentados aos pequenos agricultores, que foram

incentivados a usá-las sem considerar os custos possivelmente proibitivos ou outras consequências negativas (Ellinger-Locke, 2011).

A origem da primeira Revolução Verde pode ser atribuída a um projeto de desenvolvimento agrícola de 1943 no México, visando aumentar o rendimento de feijão e de milho para enfrentar a pobreza generalizada e a fome que ameaçava a estabilidade política do país (Daño, 2007). O projeto foi implementado pelo governo do México, mas foi iniciado e financiado pela Fundação Rockefeller sob a liderança do seu quarto presidente, Raymond B. Fosdick, sendo que as principais intervenções do projeto concentraram-se na formação de agricultores especializados no cruzamento de plantas e cientistas locais sobre novas técnicas em sistemas de criação de plantas e sistemas de agricultura onde o uso de fertilizantes inorgânicos e variedades modernas de sementes era central (Daño, 2007).

O projeto agrícola da Fundação Rockefeller no México foi tão bem-sucedido que foi replicado em outras partes da América Latina no final da década de 1940, na Índia e no Sudeste Asiático na década de 1950 (Daño, 2007). O modelo trouxe sucessos no aumento da produção agrícola em trigo, milho e arroz, incitando o então Diretor da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), William S. Gaud, a cunhar o termo “Revolução Verde” afirmando num discurso em 1968 que a disseminação das novas tecnologias agrícolas eram o prenúncio de uma nova revolução (Daño, 2007). “Não é uma Revolução Vermelha violenta como a dos soviéticos, nem é uma Revolução Branca como a do Xá do Irão. Eu a chamo de Revolução Verde” (Gaud, 1968:1).

Do ponto de vista de certos cientistas, a Revolução Verde foi um sucesso, pois mais que dobrou a produção de alimentos. O medo de uma catástrofe malthusiana¹ provocada pela sobrepopulação deixou o mundo à procura de novas tecnologias como resposta para o crescente problema. No entanto, como argumenta o Prémio Nobel da Economia em 1998, Amartya Sen, a fome não é uma questão de produção de alimentos proporcional à população, mas um problema social decorrente da pobreza (Sen, 2000). De maneira não intencional, a Revolução Verde aumentou a fome e a desigualdade de várias maneiras, ao mesmo tempo em que aumentou a oferta de alimentos disponível para aqueles que podiam comprar comida (Gonzalez, 2007). Beneficiou os agricultores ricos que podiam pagar os insumos caros sobre os agricultores pobres (Ellinger-Locke, 2011). A inundação dos mercados com produtos agrícolas reduziu os

¹ Catástrofe Malthusiana refere-se a ideia de que em algum ponto, o crescimento populacional iria sobrecarregar a produção agrícola, colocando a crise de oferta limitada de alimentos (Sen, 2000).

preços, deixando muitos pequenos agricultores em situação de pobreza (Ellinger-Locke, 2011). Além disso, o abandono de práticas tradicionais ecologicamente sustentáveis de baixo insumo em favor da agricultura industrial, teve muitos impactos negativos sobre o ambiente (Ellinger-Locke, 2011).

O agronegócio, consiste num setor que compreende as atividades empresariais desenvolvidas dos campos agrícolas à mesa, e abrange toda a cadeia de valor, incluindo o fornecimento de insumos agrícolas, a produção e transformação de produtos agrícolas e sua distribuição aos consumidores finais. Embora, este setor seja considerando um grande gerador de emprego e renda em todo o mundo, contribuindo para a segurança alimentar (FAO, 2017), neste caso, incentivou sistemas inteiros a adaptarem os locais de cultivo ao modelo de agricultura industrial.

E deste modo, alguns autores (Ellinger-Locke, 2011) criticam o agronegócio por operar de maneira semelhante às potências coloniais, na medida em que as empresas lucravam com as ex-colônias e obtendo lucros recordes, enquanto os agricultores continuavam a passar por dificuldades. Apontam igualmente as dimensões raciais que operam histórica e atualmente no sistema alimentar global e que consideram um remanescente de um sistema agrícola construído sobre a escravatura transatlântica (Ellinger-Locke, 2011)

A crítica estende-se também à criação do Grupo Consultivo de Recursos Agrícolas Internacionais (CGIAR), que controla uma rede internacional de centros de pesquisa agrícola (IARCs) (Ellinger-Locke, 2011). Essa rede surgiu dos esforços das Fundações Ford e Rockefeller em colaboração com os EUA e o Banco Mundial. E Ellinger-Locke (2011) argumenta que esse sistema foi usado para recolher e armazenar material genético em todo o mundo, que, até meados da década de 1980, era considerado património comum da humanidade e que, em seguida, os EUA colocaram condições no conselho do CGIAR que afirmava que os EUA alojariam e armazenariam o germoplasma² apenas se este se tornasse propriedade do governo dos EUA (Ellinger-Locke, 2011).

As críticas caíram sobre o CGIAR, alegando que a “herança comum” era um vestígio do colonialismo, onde o material não pertencia ao mundo, mas aos povos que os criaram. Além disso, as IARCs criaram um fluxo de material genético do Sul Global para o Norte Global, continuando o legado do colonialismo e negando às ex-colônias os seus próprios recursos e

² O germoplasma é o material genético de um organismo (Ellinger-Locke, 2011).

várias organizações não governamentais (ONGs) criticaram amplamente esses movimentos e apelaram que os direitos dos agricultores fossem respeitados (Winter 2010).

A Revolução Verde resultou numa perda de controle democrático sobre o sistema alimentar e uma perda de biodiversidade em grande escala, e essas mudanças sociais, económicas e ecológicas impactaram comunidades e impulsionaram movimentos pela justiça global como a Via Campesina (Ellinger-Locke, 2011). A experiência da Ásia na Revolução Verde original, que atingiu seu *plateau* na década de 1980, serve de inspiração para os promotores da Nova Revolução Verde em África.

1.3. A velha “fórmula” da Nova Revolução Verde

Em 2006, a Fundação Bill & Melinda Gates e a Fundação Rockefeller lançaram a Aliança para uma Revolução Verde em África (AGRA). Esta nova iniciativa que envolvia *inputs* de sementes comerciais de alto rendimento, fertilizantes sintéticos e pesticidas, foi anunciada como sendo capaz de proporcionar a África a sua própria Revolução Verde na produção agrícola para reduzir a fome e a pobreza (Bassermann & Urhahn, 2020).

A AGRA concedeu doações de mais de US \$ 500 milhões para promover a visão de uma agricultura africana “modernizada”, livre de tecnologia limitada e baixos rendimentos. Além disso, grandes despesas dos governos africanos reforçaram a campanha na forma de programas de subsídio de insumos para que os agricultores comprassem as sementes, na sua maioria, híbridas e fertilizantes sintéticos que a AGRA promove. Os subsídios para pequenos produtores de alimentos, portanto, forneceram um incentivo direto para a introdução do pacote de tecnologia da Revolução Verde da AGRA (Bassermann & Urhahn, 2020).

Por outro lado, a AGRA visa o financiamento de vários projetos e pressiona os governos africanos para o desenvolvimento de políticas e estruturas de mercado que promovam a adoção de pacotes de tecnologia da Revolução Verde. A sua estratégia lista “Política e Advocacia” como o seu primeiro programa, que empurra ativamente políticas que incentivam a introdução dos insumos da Revolução Verde, incluindo sementes e pesticidas, e evita que abordagens alternativas, como a agroecologia, recebam apoio (Bassermann & Urhahn, 2020).

Adicionalmente, sob a orientação do Programa Compreensivo de Desenvolvimento da Agricultura Africana (CAADP), um programa da Nova Parceria da União Africana para o Desenvolvimento de África (NEPAD), os governos nacionais subscrevem-se com o objetivo de canalizar fundos adicionais no apoio ao setor agrícola (Scoones & Thompson, 2011). Em

termos gerais, essas iniciativas juntamente com a AGRA compartilham uma teoria da mudança que pode ser descrita como uma “adoção de tecnologia liderada pelo mercado” (Toenniessen et al., 2008, Denning et al. 2009, Sanchez et al., 2009). Contudo, cada uma dessas intervenções tenta ligar a produção e o consumo de alimentos africanos à cadeia alimentar global, controlada por um monopólio de empresas (Thompson, 2012).

Quando Fundação Bill & Melinda Gates e a Fundação Rockefeller anunciaram a AGRA com um investimento de US\$ 150 milhões, a proposta provocou críticas imediatas, uma vez que não se considerou as falhas da primeira Revolução Verde. Ainda assim, embora a apresentação inicial da AGRA remetesse à primeira Revolução Verde, o contexto geopolítico internacional é marcadamente diferente. No momento da primeira Revolução Verde, no período pós-Guerra Fria, o espectro comunista fazia parte das motivações políticas por trás da maioria dos programas de desenvolvimento rural e agrícola dos governos da Ásia e da América Latina (Daño, 2007). E assim, como a antecessora não passou pelo continente africano, a AGRA suscitou algum interesse por parte de líderes africanos. O Diretor Geral da FAO na altura, Jacques Diouf, solicitou apoio à “Segunda Revolução Verde” para alimentar a crescente população mundial, assim como o então Secretário-Geral da Nações Unidas, Kofi Annan, também apoiou a iniciativa (Holt-Gimenez, Altieri & Rosset, 2006).

No lançamento da iniciativa, no Fórum Económico Mundial de 2007 na Cidade do Cabo, África do Sul, Annan (2007), declara:

“A AGRA está a responder ao apelo de muitos líderes africanos a desenvolver as conquistas e lições aprendidas com a Revolução Verde na Ásia e América Latina que iniciaram há mais de uma geração. Essa campanha, iniciada pela Fundação Rockefeller, salvou centenas de milhões de vidas e mais do que duplicou a produção de cereais” (Kofi Annan, 2007: 221).

Contudo, embora bem-intencionado, o elogio de Annan por esse esforço humanitário ofusca a economia política que moldou a Revolução Verde original e a Nova Revolução Verde para a África (Moseley, 2017). Vários autores referem que instituições hegemónicas do “regime alimentar corporativo” propuseram uma nova Revolução Verde, juntamente com a manutenção das políticas económicas neoliberais (Holt-Giménez & Altieri, 2013). De acordo com McMichael (2007), um regime alimentar é uma doutrina governada e estruturada de produção e consumo de alimentos à escala mundial. O atual “regime alimentar corporativo” é composto pelos ministérios governamentais do sistema alimentar mundial, instituições globais, monopólios agro-alimentares, “*think tanks*” e filantropia que geram tecnologias, discursos e

reforçam um determinado regime de “regras” que incluem acordos de comércio livre, o *US Farm Bill* e a Política Agrícola Comum Europeia (PAC) (Holt-Giménez & Altieri, 2013).

A construção deste “regime alimentar corporativo” começou na década de 1960 precisamente com a Revolução Verde (Holt-Giménez & Altieri, 2013). As Políticas de Ajustamento Estrutural (PAE) do BM e do FMI seguiram na década de 1980, privatizando agências estatais, eliminando barreiras aos fluxos de capital do Norte Global e “despejando” alimentos subsidiados no Sul Global. Os acordos de livre comércio da década de 1990 e da Organização Mundial do Comércio consagraram os PAE nos tratados internacionais, e o resultado cumulativo foi o deslocamento maciço dos camponeses, a consolidação dos oligopólios agro-alimentares globais e a mudança no fluxo global de alimentos: enquanto os países em desenvolvimento produziam um excedente anual de 1 bilhão de dólares nos anos 70, em 2004, estavam a importar 11 bilhões anualmente (Holt-Giménez et al., 2009).

A Economia política da Revolução Verde

A questão das sementes

A Aliança para a Revolução Verde em África (AGRA) facilitou a patenteação das sementes por parte de empresas agrícolas multinacionais, tornando-as em propriedade privada, e conseqüentemente estabelecendo um importante controle corporativo, sobre esses recursos genéticos. E por outro lado, os investidores da AGRA rejeitam o Tratado Internacional de Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura (ITPGRFA)³ que protege os direitos dos agricultores de salvar, criar e trocar sementes, uma lei que honra os agricultores como inovadores e fornecedores de biodiversidade alimentar ao longo de milénios (Thompson, 2012). Este tratado internacional reconhece o papel dos agricultores como “criadores” de sementes (cruzamento de sementes) para sustentar a resiliência genética do suprimento de alimentos humanos através de séculos de alterações climáticas e além disso, partilhando livremente as sementes e experimentando com germoplasma em centenas, senão milhões de agricultores (Thompson, 2012).

Segundo Shiva (2001), as sementes são o símbolo máximo da segurança alimentar. A troca livre entre os agricultores vai além da mera troca de sementes, envolve trocas de ideias e conhecimentos, de cultura e património. É a acumulação de conhecimento de como trabalhar a

³ O Tratado Internacional de Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura estabelece o princípio de que os recursos genéticos agrícolas constituem património comum da humanidade. Reconhecendo a natureza especial e distinta de circulação internacional, e a importância da sua conservação e uso sustentável para a segurança alimentar (Thompson, 2012). Entrou em vigor em 2004 durante a Conferência da FAO em Roma.

semente. Os agricultores aprendem sobre as plantas que desejam cultivar no futuro, observando-as crescer nos campos de outros agricultores (Shiva, 2001).

Em contraste, a AGRA financia a pesquisa e a produção de sementes corporativas privadas (com modificações genéticas) e amplia a sua oferta no mercado, juntamente com os componentes necessários de fertilizantes e pesticidas (Thompson, 2012). A abordagem tecnológica da AGRA para a produção de alimentos difere da primeira Revolução Verde de uma só maneira: as sementes híbridas desenvolvidas para aumentar os rendimentos durante essa era permaneceram no domínio público, para serem trocadas livremente entre todos os agricultores; hoje, as sementes patrocinadas pela AGRA são muitas vezes privatizadas pelo criador empresarial da semente e os pequenos agricultores são obrigados a comprar as sementes caras e não podem replantar a próxima geração, nem salvar ou trocar as sementes entre si para novas experiências em diferentes solos ou climas. Todos os anos, o agricultor deve retornar ao “proprietário” de um organismo vivo para acessar o insumo-chave para a produção (Thompson, 2012).

As mesmas empresas que comercializam as sementes e que incluem empresas agroquímicas como a *Monsanto*, *DuPont (Pioneer Seed)* ou *Dow Chemical*, também vendem o fertilizante químico e os pesticidas que acompanham a semente para que estas possam atingir o seu potencial anunciado. Somente se todos os insumos forem comprados como um pacote, em quantidades corretas para aplicação em momentos prescritos (com a adição vital de rega adequada e atempada), a semente atingirá os rendimentos esperados (Thompson, 2012). Assim, o agricultor torna-se um consumidor.

A remoção de sementes do setor público e a privatização são as inovações coercivas que a AGRA financia. Mas ainda assim, sem a diversidade genética, todas as privatizações do mundo por algumas empresas não podem fornecer provisões adequadas, nem para a África nem para o globo. Por isso, a primeira agenda da AGRA é facilitar o acesso corporativo à riqueza genética no continente africano, ao mesmo tempo em que transforma uma longa história de partilha entre agricultores em transações de mercado (Thompson, 2012).

Parcerias para a Nova Revolução Verde

Os esforços para a Nova Revolução Verde foram desenvolvidos num contexto de Consenso Pós-Washington, onde as alianças entre o Estado, o setor privado e ONGs privadas são forjadas para o desenvolvimento de sementes e outros produtos e a sua comercialização (Scoones & Thompson, 2011). Isso cria uma economia política particular dos sistemas nacionais de

sementes em África, onde os interesses e as relações de poder são muitas vezes obscurecidos. Tais alianças podem ser na forma de “parcerias público-privadas” pelo qual os fundos públicos, seja de bolsas nacionais, de ajuda internacional ou apoio filantrópico, são investidos no setor privado (ou não - intermediários governamentais) para incentivar a atividade do setor privado a favor de objetivos de políticas públicas (Scoones & Thompson, 2011). Outras alianças podem ser menos estruturadas, incluindo projetos apoiados por doadores ou ONGs e programas de apoio governamental, como subsídios de insumos (Scoones & Thompson, 2011).

A nova mistura de parcerias reorganiza o desenvolvimento africano e os atores envolvidos frequentemente se referem a África como a última fronteira do desenvolvimento agrícola. As sinergias do capitalismo e da filantropia, globalização e humanitarismo são inseparáveis (Moseley et al., 2015). Esta Nova Revolução Verde é adotada por um conjunto de atores internacionais que inclui governos africanos, países G7, Banco Mundial, corporações do agronegócio como *Monsanto* e *Syngenta*, agências de ajuda internacional como a USAID, fundações como a Fundação Rockefeller e Bill & Melinda Gates e centros internacionais e nacionais de pesquisa agrícola (Ignatova, 2017).

Este novo “rosto” da transformação agrícola pretendia também abordar alguns dos efeitos sociais desiguais da primeira Revolução Verde através da melhoria do acesso ao crédito, desenvolvimento de cadeias de valor mais profundas para incorporar pequenos agricultores (especialmente mulheres), praticando estratégias integradas de manuseamento do solo, e utilizando pesquisas científicas para desenvolver culturas apropriadas localmente para África (Ignatova, 2017).

Porém, Scoones & Thompson (2011) argumentam que sob a economia política do neoliberalismo, toda a noção de filantropia capitalista está inserida na ideia de reduzir a intervenção e as responsabilidades do Estado e o poder de devolução aos atores não estatais. Existe uma percepção de que o envolvimento de atores não estatais, como corporações privadas, filântropos e organizações da sociedade civil, em questões de desenvolvimento pode levar a resultados mais efetivos, através de uma “partilha de responsabilidades”, e essa ideia depende da visão de que a justiça social e a redistribuição de recursos para enfrentar a pobreza não necessariamente precisam ser alcançados através de uma relação direta entre o Estado e a sociedade civil. Em vez disso, ligar a filantropia aos pobres, seja diretamente aos indivíduos ou através de parcerias, independentemente da localização em que vivem, é considerada uma nova conceptualização da sociedade civil (Scoones & Thompson, 2011).

No entanto, esta abordagem de “auto-desenvolvimento”, de acordo com economistas neoliberais, envolve três etapas: 1) arrecadar dinheiro de indivíduos ou filântropos; 2) atividades que lidam diretamente com os beneficiários e não através dos governos; e 3) transferência de fundos para os pobres (Morvaridi, 2012). A sugestão é que a ajuda privada é mais provável para as pessoas que realmente precisam, se isso ultrapassar a burocracia do Estado, gerando assim “mais benefícios para os beneficiários”. Nesta concepção, a filantropia nas suas diferentes formas confere uma obrigação moral à organização ou ao indivíduo envolvido para contribuir para os objetivos de justiça social e desenvolvimento para o bem-estar dos indivíduos, das comunidades e da sociedade em geral de forma que, de acordo com o Banco Mundial, são “bons para os negócios” e “bons para o desenvolvimento” (Morvaridi, 2012).

Mas é neste tipo de narrativa que se encontra a hegemonia do “regime alimentar corporativo”. As instituições de governança global não só apoiam, mas geralmente se associam a filântropos capitalistas, promovendo a ideia de parcerias filantrópicas público-privadas “pro-poor” (Morvaridi, 2012). Contudo, ignoram a forma como o poder é disperso para diferentes atores dentro de tais parcerias e as formas em que as parcerias disfarçam relações de poder desiguais entre instituições públicas e grupos de indivíduos e as corporações privadas e filantro-capitalistas envolvidas no desenvolvimento (Morvaridi, 2012).

As lições da primeira Revolução Verde

Para o Banco Mundial (2004), o plano da AGRA é extraordinário, uma vez que, de acordo com a sua avaliação durante 25 anos de CGIAR, tem investido 40-45% do seu orçamento de US\$ 350 milhões/ano em África. Contudo, Holt-Gimenez, Altieri & Rosset (2006), questionam como as instituições que trabalham para a Nova Revolução Verde ignoram, compreendem mal e violam as duras lições do fracasso da primeira Revolução Verde, e alertam para um agravamento do cenário, seguindo assim algumas razões que revelam o fracasso do AGRA:

1) A Revolução Verde atualmente acentua a divisão entre agricultores ricos e pobres.

De acordo com um estudo revisando todos os relatórios de pesquisas já publicados sobre a Revolução Verde em todo o mundo, num período de 30 anos. A promessa de AGRA de que “os pacotes tecnológicos da Revolução Verde beneficiarão os agricultores pobres” é uma ilusão. Os fracassos da Revolução Verde revelam que o desenvolvimento rural requer redistribuição de terras e recursos, um comércio justo e estável e um manuseamento com base agroecológica,

para que seja sustentável. Isto é especialmente válido para os países da África Subsaariana, em que áreas que não estão a ser utilizadas, e que são de boa qualidade para a agricultura, são muitas vezes maiores do que a área efetivamente cultivada (Holt-Gimenez, Altieri & Rosset, 2006).

2) Com o tempo, a tecnologia da Revolução Verde degrada a agroecossistema tropical e expõe os agricultores, que já se encontram em uma situação vulnerável, a um crescente risco ambiental.

Após as falhas a nível sócio-económico da Revolução Verde, os governos começaram a subsidiar os “pacotes tecnológicos” num esforço para encorajar a sua adoção pelos pequenos produtores. Mesmo quando alguns produtores se recusavam em adotar os pacotes tecnológicos, houve um aumento da expansão de espécies agrícolas híbridas, um aumento no uso de pesticidas e fertilizantes, o que resultou em consequências económicas, ambientais e na saúde.

Enquanto as sementes híbridas da Revolução Verde produzem mais que as variedades locais nos anos prósperos, sob condições ótimas, simultaneamente produzem menos em ambientes não otimizados, nos anos não prósperos. Isto porque as sementes híbridas necessitam de mais insumos e depois de um tempo tornam os solos inférteis, o que por sua vez, implica ainda mais fertilizantes (Holt-Gimenez, Altieri & Rosset, 2006). Além disso, os cultivos geneticamente uniformes da Revolução Verde também mostraram ser mais suscetíveis a pragas e doenças, o que resulta na aplicação de pesticidas cada vez menos efetivos e menos seletivos, dispersando-os na biosfera e provocando grandes custos ambientais e humanos (Holt-Gimenez, Altieri & Rosset, 2006).

3) A Revolução Verde leva à perda de agro-biodiversidade, a base para os pequenos agricultores e para a sustentabilidade ambiental regional.

A biodiversidade é um importante recurso nutricional para as comunidades pobres, mas a disseminação de espécies híbridas foi acompanhada pela perda das variedades de cultivos locais e pela tendência ao monocultivo, que reduziu a diversidade alimentar e aumentou a má nutrição da população (Holt-Gimenez, Altieri & Rosset, 2006).

O efeito global do pacote da Revolução Verde consiste numa perda da fertilidade natural da terra, o aumento de danos provocados por pragas, a seca dos aquíferos e a redução da agro-biodiversidade. Ao provocar estes danos, a Revolução verde aumenta os riscos ambientais e exacerba a vulnerabilidade económica dos agricultores mais pobres (Holt-Gimenez, Altieri & Rosset, 2006).

CAPÍTULO II Agricultura e revolução verde em Moçambique

Neste capítulo será abordada a economia política dos sistemas alimentares, a sua história, e a formulação dos atuais modelos de produção agrícola, presentes no contexto moçambicano. Particularmente a discussão acerca dos impactos da Revolução Verde e a construção em volta da soberania alimentar como objetivo político no desenvolvimento da agricultura em Moçambique.

2.1. Segurança alimentar e agricultura em Moçambique

Em Moçambique, a agricultura é a principal fonte de alimento e renda para as famílias residentes nas áreas rurais, mas a produtividade agrícola é baixa. As culturas alimentares básicas que produzem, o milho, amendoim, mandioca, feijão e arroz, dominam a produção agrícola geral, embora as *machambas* (campo agrícola cultivado) comerciais estejam gradualmente a ganhar importância (IFAD, 2008). No entanto, o crescimento tem sido desigual em todo o país; as áreas central e norte têm o maior potencial agrícola em comparação com as áreas mais secas e menos férteis do sul, frequentemente sujeitas a inundações e secas (IFAD, 2008). Em Moçambique, as estimativas mostram que 64% da população (cerca de 10 milhões) são inseguros em termos alimentares. Cerca de 67% das famílias urbanas não têm comida suficiente em comparação com 63% das famílias rurais (Ferrão et al, 2018).

O nível mais baixo de insegurança alimentar está no norte rural (48%), em comparação com qualquer outra região rural ou área urbana de Moçambique. Por outro lado, o nível mais alto de insegurança alimentar é encontrado na região sul (75%), o que corresponde ao maior nível de pobreza e menor potencial agrícola. Setenta e oito por cento de todos os lares com insegurança alimentar são encontrados em áreas rurais (Ferrão et al, 2018).

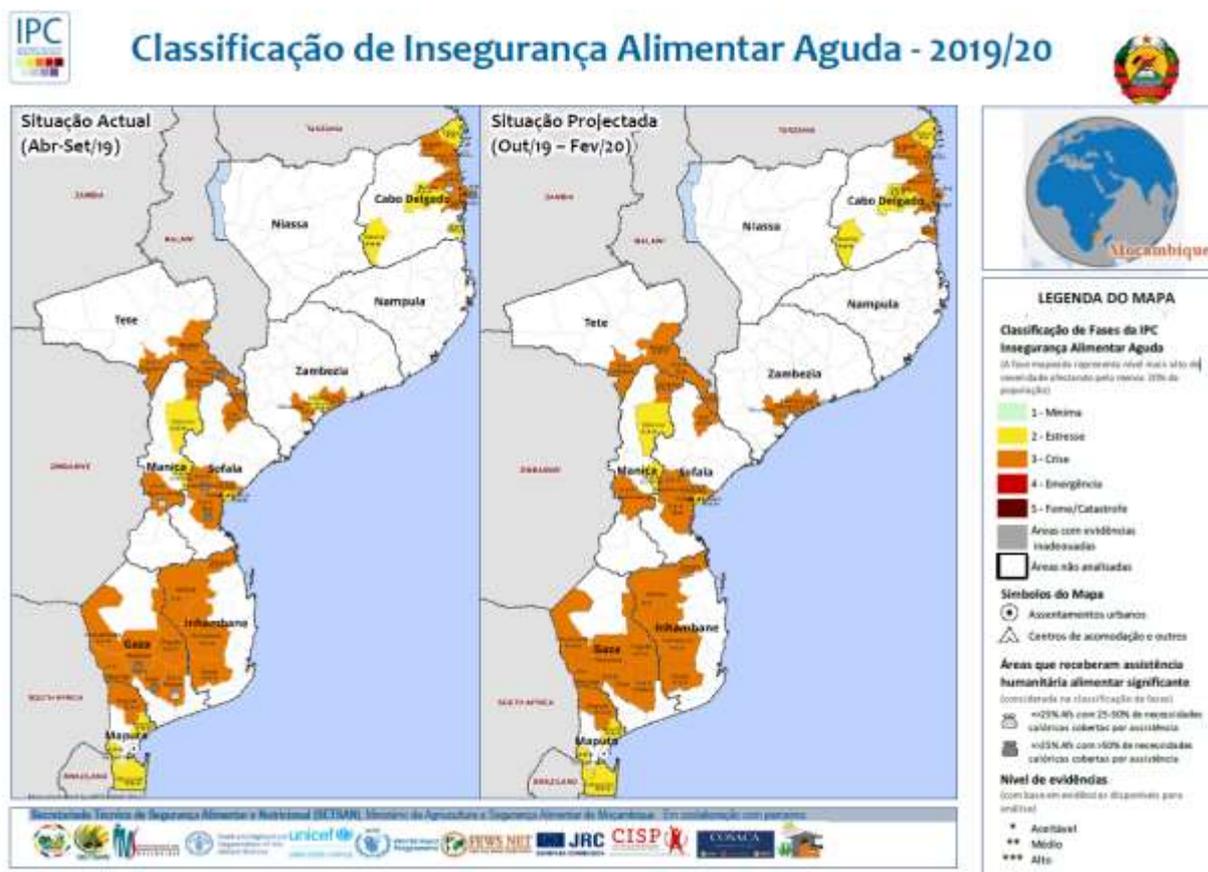
Particularmente em crianças, existe uma relação entre desnutrição, consumo de alimentos e produção de alimentos (UNICEF, 2014). A pobreza em Moçambique diminuiu, mas não tão rápido, de acordo com o Banco Mundial (2016), que destaca que a pobreza caiu de 69,7% em 1996 para 46,1% em 2015. Mas também é enfatizado que, para cada ponto percentual, se o crescimento económico entre 1996 e 2009, a pobreza reduziu apenas 0,26 pontos percentuais. A África Subsaariana dobrou essa taxa (0,5 pontos percentuais) (Moyo et al., 2015).

Por outro lado, a prevalência do vírus HIV / SIDA é um ponto adicional de vulnerabilidade para as famílias rurais, que compromete a segurança alimentar e nutricional (Banco Mundial, 2006). As mulheres são desproporcionalmente afetadas pelo HIV em Moçambique: dos 2.000.000 de adultos que vivem com o HIV, 1.200.000 (60%) são mulheres (UNAIDS, 2018). O HIV/SIDA afeta os membros da família mais produtivos, com consequências diretas na assistência às mulheres. Além de que o aumento das taxas de mortalidade devido ao HIV / SIDA leva a um número crescente de viúvas e órfãos e pode ampliar os desafios que mulheres e crianças já enfrentam para garantir os seus direitos à terra e à herança (Save the Children & FAO, 2009).

Em relação às comunidades rurais, estas são extremamente vulneráveis a desastres naturais, como secas e inundações (IFAD, 2008). As calamidades cíclicas da seca e das inundações, com os riscos crescentes das alterações climáticas são uma ameaça à produção animal devido à diminuição das pastagens disponíveis, e a água e fertilizantes são dois fatores fundamentais na produção de alimentos (Ferrão et al, 2018).

Em março de 2019, as inundações causadas pelos ciclones Idai e Desmond e pelo ciclone Kenneth em abril de 2019 deixaram perdas devastadoras. Na agricultura, zonas agrícolas importantes foram destruídas, houve uma perda extensa de culturas de cereais, frutas e hortícolas, e de produção pecuária, agravando o panorama de insegurança alimentar em Moçambique (IPC, 2019). O ciclone Idai, que atingiu também o Malawi, e Zimbabwe foi descrito como o pior desastre relacionado ao clima a atingir o hemisfério Sul. De abril a setembro de 2019, estima-se que 1.700.000 pessoas tiveram o acesso a alimentos comprometido (Fig.1) (IPC, 2019). Este tipo de calamidade climática reênforça as desigualdades sociais no sul global e evidencia a importância de políticas orientadas para a ação climática (Organização Meteorológica Mundial, 2019).

Figura 1. Classificação de Insegurança Alimentar Aguda – 2019/20 em Moçambique. Fonte: Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional (SETSAN), Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar de Moçambique. Fonte: (IPC, 2019).



Em relação ao DHAA, Moçambique aprovou a Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional (ESAN) em 1998 e esta foi revista em 2007 (ESAN II) através da Resolução nº 56/2007, de 16 de outubro (FAO, 2013b). Um dos principais desafios identificados para o horizonte 2008–2015 foi o estabelecimento da obrigação do Estado, juntamente com a sociedade civil e outras partes interessadas, em relação ao cumprimento constante da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) na perspectiva do o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), incluindo a responsabilidade de respeitar, proteger, facilitar e fornecer esse direito progressivamente (FAO, 2013b).

Em termos de conteúdo, é formulada a Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional (ESAN) que coloca a Segurança Alimentar e Nutricional e o DHAA como elementos centrais nas diferentes estratégias setoriais da luta contra a pobreza e a insegurança alimentar em todos os níveis de governança. A ESAN inclui os seguintes seis objetivos específicos (FAO, 2013b):

- objetivo 1 para garantir a autossuficiência alimentar do país;

- Objetivo 2, contribuir para melhorar o poder de compra dos agricultores familiares;
 - Objetivo 3 para reduzir a incidência de desnutrição (aguda e crónica) através de melhorias na saúde, água, saneamento e educação alimentar e nutricional;
 - objetivo 4 para garantir a realização gradual do DHAA para todos os cidadãos;
 - Objetivo 5 para melhorar a habilidade dos agricultores em responder às mudanças sazonais relacionadas à produção e seu acesso físico e económico a alimentos adequados;
 - Objetivo 6: criar e desenvolver uma estrutura apropriada para uma intervenção multissetorial.
- Para atingir esses objetivos, foram definidos cinco pilares estratégicos para atender a todas as dimensões da SAN, através dos quais se pretende implementar ações: i) produção e disponibilidade, ii) acesso, iii) uso e utilização, iv) adequação, e v) estabilidade (FAO, 2013b).

Quanto à soberania alimentar, Moçambique é dependente de ajuda externa internacional, e de investimentos no agronegócio (De Renzio & Hanlon, 2007; Brito et al., 2015; Amanor & Chichava, 2016). As instituições financeiras como o BM e do FMI, bem como as grandes empresas agrícolas multinacionais, promovem a produção agrícola orientada para o mercado com o intuito de garantir a segurança alimentar. No entanto, vários críticos argumentam que os interesses comerciais e económicos são maiores e que a dinâmica de poder do sistema alimentar atual exacerba a fome e a pobreza dos pequenos agricultores (Tinga, 2007; Castel-Branco, 2008; UNAC, 2010; Amanor & Chichava, 2016).

A situação de Moçambique face aos conceitos discutidos é reveladora de como a “segurança alimentar” é um conceito limitado e não é suficiente para explicar as dinâmicas de poder e os desequilíbrios no sistema alimentar. Como quem controla como os alimentos são produzidos e distribuídos. Para ser possível aprofundar a questão da soberania alimentar no contexto moçambicano, é necessário focar novamente nos regimes agrícolas que formam e fundamentam o sistema atual, as “Revoluções Verdes”.

2.2. A Revolução Verde em Moçambique

Durante o colonialismo português, Moçambique tinha um sistema de agricultura em que havia a concessão de terras para os agricultores coloniais e a produção camponesa indígena. Na fase inicial, os colonos portugueses estavam frequentemente envolvidos no comércio de culturas produzidas por agricultores africanos (Amanor & Chichava, 2016). O desenvolvimento de grandes propriedades coloniais portuguesas foi limitado até o início dos anos 1960, quando uma expansão começou a ocorrer (Amanor & Chichava, 2016). Este foi o resultado de uma política deliberada de colonização de agricultores portugueses nas colónias. Isso levou ao

desenvolvimento de setores significativos de exportação de algodão, açúcar, sisal e chá, mas resultou no deslocamento de muitos agricultores africanos que foram coagidos a trabalhar nas plantações coloniais (Amanor & Chichava, 2016). Esse cenário resultou num crescente descontentamento, que lançou as bases para a guerra anticolonial (Dinerman, 2006). Com a conquista da independência em 1975, a FRELIMO transformou as propriedades coloniais em *machambas* estatais. As políticas para os pequenos agricultores promoveram a coletivização e durante as décadas de 1970 e 1980, as políticas agrárias da FRELIMO favoreceram a *machambas* estatais mecanizadas em larga escala, que receberam mais de 90% do orçamento agrícola. Essas políticas agravaram a marginalização da agricultura de pequena escala e falharam em aumentar a produção agrícola (Castel-Branco, 1994 apud Amanor & Chichava, 2016). Os estragos da guerra civil entre 1976 e 1992 exacerbaram o declínio do setor agrícola (Amanor & Chichava, 2016). Em 1990, Moçambique “abandonou” o socialismo e abriu-se às reformas liberais do mercado, resultando num afluxo de ajuda internacional. Por essa altura, as instituições financeiras internacionais ocidentais, auxiliadas por uma variedade de outras agências e organizações, assumiram cada vez mais a direção do desenvolvimento do país (Chan, 1991). O capital privado moçambicano permaneceu dependente dos recursos disponibilizados pelo Banco Mundial, empresas multinacionais, bancos regionais de desenvolvimento, ONGs (Chan, 1991).

Moçambique tornou-se fortemente dependente da ajuda alimentar, que representou 86% do consumo de alimentos nos anos 90 e início dos anos 2000, em comparação com 9% em 1975 (Brito et al., 2015). Em 2007, os doadores ocidentais contribuíram com mais de dois terços do orçamento do Ministério da Agricultura (MINAG) (De Renzio & Hanlon, 2007). As principais reformas do setor agropecuário no âmbito do Programa de Desenvolvimento do Setor Agrário em Moçambique (PROAGRI) preocupavam-se com reformas institucionais, promovendo a produção de mercado, a segurança alimentar, o apoio a pequenos agricultores e estimulando as agroindústrias (Amanor & Chichava, 2016).

Embora o PROAGRI tenha sido apoiado pela União Europeia, Banco Mundial, FAO, PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e DANIDA (Agência Dinamarquesa para o Desenvolvimento) com fundos de mais de US \$ 200 milhões de 1998 a 2007, a renda agrícola dos pequenos agricultores e o uso de insumos diminuíram (De Renzio & Hanlon, 2007; Cabral, 2009). O investimento estatal na agricultura permaneceu mínimo, sendo que apenas 4% do orçamento anual entre 2000 e 2008 foram alocados à agricultura e apenas 8% do PNB

investiu na agricultura em 2010-11 (Mosca, 2014). O setor de pequenos agricultores continua a ser altamente marginalizado (Amanor & Chichava, 2016).

Castel-Branco (2008) afirma que o termo “Revolução Verde” é um tema incontornável do debate social e de ação governativa sobre o desenvolvimento em Moçambique. Em agosto de 2007, decorreu um debate público acerca da Revolução Verde promovido pela Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade. Neste debate, as organizações internacionais apoiaram e promoveram a ideia da Revolução Verde no âmbito da luta pelo aumento produtividade e rentabilidade agrícola (Tinga, 2007).

As fundações filantrópicas ligadas a interesses de grupos económicos do grande agronegócio internacional financiam os esforços de promoção da Revolução Verde Africana. No entanto vários críticos argumentam que tais Fundações promovem os interesses comerciais dos grupos económicos a que estão associados, que são grandes produtores e distribuidores internacionais de insumos agrícolas como sementes e agro-químicos (Shiva, 2001; Fundação Rockefeller, 2006; Holt-Giménez, Altieri & Rosset, 2006; Holt-Giménez & Altieri, 2013).

As organizações sociais como as organizações de camponeses, por exemplo, são críticas dos impactos dessas opções de desenvolvimento no aprofundamento da desigualdade social, na marginalização dos pequenos camponeses, no fortalecimento da dependência em relação às multinacionais ligadas ao agronegócio internacional e na perda de oportunidades para investigar e desenvolver alternativas tecnológicas mais acessíveis, sustentáveis e mais produtivas (Goettlich, 2000; Sidhu, 2001; Hazel, 2002; UNAC, 2007; Murisa & Moyo 2007). Existem evidências de que há poucos benefícios para os pequenos agricultores, havendo uma perda da soberania alimentar. Isto devido aos custos associados às escalas de produção, e aos insumos que têm que comprar das multinacionais cotadas nos mercados globais (Shiva 2001; Sidhu 2001; Holt-Giménez, Altieri & Rosset 2006; Castel-Branco, 2008).

O Plano Estratégico de Desenvolvimento Agrário (PEDSA) para 2008–2019 enfatiza o apoio ao setor da agricultura familiar pelo Estado. Outras políticas do setor agrícola preocupam-se com a construção da segurança alimentar, incluindo a Estratégia da Revolução Verde adotada em 2007, o Plano de Ação Nacional para Produção de Alimentos e a Estratégia e Plano de Ação para a Segurança Alimentar e Nutricional. As políticas foram desenvolvidas no contexto do descontentamento popular com o aumento dos preços dos alimentos, o que resultou em demonstrações em 2008 e 2010 (UNAC, 2010).

Na declaração da UNAC (2010) relativa à manifestação do povo Moçambicano em 1 e 2 de setembro de 2010 consta:

“Nos dias 1 e 2 de setembro, nos bairros populares de Maputo, capital de Moçambique, e na cidade de Matola, no cinturão industrial de Maputo, houve demonstrações extremamente violentas e saques de propriedades públicas e privadas por alguns elementos da população. Houve também uma agressão policial muito violenta, com as mortes lamentáveis ao atirar em 13 pessoas confirmadas, 2 das quais eram crianças. A UNAC, União Nacional dos Agricultores Camponeses, condena o uso de repressão cega e força letal por parte das forças da lei e da ordem, e a destruição injustificável por alguns elementos da população de edifícios, veículos, postos de gasolina e outras estruturas. Além disso, a UNAC condena profundamente a morte de vítimas inocentes, que estavam no lugar errado na hora errada. Pedimos que, em um país” (UNAC, 2010: 1).

Uma das causas das manifestações populares é o aumento do preço do pão, quase simultaneamente com o aumento das tarifas de eletricidade, água potável e combustível (UNAC, 2010). Embora Moçambique não seja produtor de trigo, o pão tornou-se um alimento básico diário de milhares de famílias da cidade no país. O trigo, juntamente com outros alimentos, é cotado nas bolsas de valores mundiais e possui um valor muito volátil, sujeito a especulações, que variam de acordo com as flutuações nos mercados. Nesse caso, o aumento do preço do trigo em escala mundial foi causado, entre outras razões, pela redução na oferta da Rússia, que sofreu incêndios em massa que afetaram as áreas produtoras de cereais (UNAC, 2010).

Em 2008, houve outras demonstrações pelas mesmas razões, os chamados “distúrbios de fome” após o aumento no preço do arroz em várias partes do continente africano, e para UNAC (2010) estas situações destacam o fato de que mais uma vez os países do “terceiro mundo” são vítimas das crises que o “primeiro mundo” causou. Levantando assim, fortes dúvidas se este é realmente o modelo que os “países pobres” devem seguir.

Embora os quadros de políticas articulem o apoio à agricultura familiar, há uma mudança notável em direção à ênfase no investimento estrangeiro na produção e agronegócio em larga escala. Continua a existir um déficit na produção de alimentos e uma dependência das importações de arroz e trigo, situação que compromete a soberania alimentar (Amanor & Chichava, 2016).

O governo moçambicano também introduziu uma nova Lei de Terras em 1997, que prevê direitos costumeiros claramente reconhecidos para a posse de terras (Amanor & Chichava, 2016). Isso facilitou a aquisição de arrendamentos de terras por empresas estrangeiras por meio de negociações com as autoridades costumeiras. Também existem isenções fiscais para incentivar o investimento estrangeiro em infraestrutura agrícola (Amanor & Chichava, 2016). A combinação de um ambiente político favorável ao agronegócio, uma grande preocupação sobre soberania alimentar e as atuais leis agrárias que facilitam o investimento, proporcionou um concurso particular para os compromissos brasileiros e chineses com Moçambique (Amanor & Chichava, 2016).

Iniciativas chinesas no setor agrícola moçambicano

A China participa em iniciativas agrícolas em Moçambique desde a independência em 1975, quando apoiou o desenvolvimento de duas áreas agrícolas estatais: Moamba na província de Maputo e Matama na província de Niassa, que foi originalmente estabelecido pelos portugueses durante o período colonial (Amanor & Chichava, 2016). As duas áreas agrícolas estatais entraram em colapso durante a guerra civil de 1977 a 1992, e durante os anos 2000, Moçambique recebeu empréstimos do *China Exim Bank* para reabilitar e desenvolver importantes infraestruturas agrícolas em regiões consideradas críticas para impulsionar o setor agrícola (Amanor & Chichava, 2016).

A cooperação agrícola chinesa em Moçambique envolve o estabelecimento de um Centro de Demonstração de Tecnologia Agrícola (ATDC), o Centro de Investigação e Transferência de Tecnologia Agrícola do Umbelúzi (CITTAU), criado em 2011. Isso funciona em articulação com instituições agrícolas nacionais, como o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e o Instituto de Pesquisa Agrária de Moçambique (IIAM) para testar a adequação das variedades de sementes chinesas às condições agroecológicas locais e desenvolver pesquisas adaptativas para aprimorar as variedades de sementes locais (Xu et al., 2016).

O segundo tipo de iniciativa envolve a agricultura contratual entre empresas agrícolas chinesas locais e agricultores moçambicanos. As principais empresas envolvidas nesses acordos são a *Wanbao Africa Development Agriculture Limited* (WAADL), que se concentra na produção de arroz, a *Lianhe Africa Agriculture Development Company*, produção de arroz e algodão, e a *China – Africa Cotton Mozambique Ltd.* (CACM) (Amanor & Chichava, 2016). O WAADL é considerado pelo Banco de Desenvolvimento da China (CDB) a maior empresa chinesa de

agronegócio de África, que apoiou com um empréstimo equivalente a US \$ 20 milhões (Amanor & Chichava, 2016).

Embora as principais empresas se concentrem na construção de relações agrícolas contratuais, a alienação de terras para operações imobiliárias principais resultou em inquietação local. O investimento em arroz WAADL em Xai-Xai é um dos principais exemplos, onde surge a acusação de privar os agricultores locais de terra e várias demonstrações foram organizadas para protestar contra suas atividades (Amanor & Chichava, 2016).

Iniciativas brasileiras no setor agrícola moçambicano

As iniciativas agrícolas brasileiras em Moçambique estão estruturadas em torno da proteção social, transferência de tecnologia agrícola e exportação de produtos brasileiros. Estas iniciativas envolvem transferências bilaterais associadas à exportação de máquinas brasileiras e programas trilaterais com doadores ocidentais associados à transferência de tecnologia (Amanor & Chichava, 2016). Em março de 2015, o Brasil e Moçambique assinaram um Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI) com o objetivo de fortalecer a internacionalização das empresas brasileiras, dando maior segurança aos investidores (Amanor & Chichava, 2016). Indicando assim, um compromisso do governo brasileiro de apoiar o investimento do setor privado brasileiro em Moçambique.

O principal programa de transferência de tecnologia agrícola é o ProSAVANA, que envolve o maior desembolso de ajuda do Brasil em África, de US \$ 21 milhões, implementado em parceria com o Japão (Shankland & Gonçalves, 2016). Este programa procura replicar as tecnologias utilizadas no desenvolvimento da região do Cerrado do Brasil em Moçambique, em relação à agricultura de pequeno porte e à agricultura comercial (Shankland & Gonçalves, 2016).

O projeto tem três componentes: melhorar e fortalecer as capacidades de pesquisa e extensão agrícola; implementação de projetos-piloto para pequenos e comerciais produtores; e desenvolver uma infraestrutura mais ampla para apoiar o desenvolvimento de mercados e agricultura comercial dentro do corredor de Nacala (Amanor & Chichava, 2016). O objetivo a longo prazo é de estabelecer as bases para futuros investimentos brasileiros e japoneses, criando uma infraestrutura agrícola que atenda a diferentes categorias de agricultores, o que facilitará as ligações verticais entre fornecedores de insumos, produtores agrícolas e processadores de alimentos (Amanor & Chichava, 2016). Também foram realizadas atividades de promoção comercial para incentivar o agronegócio brasileiro e japonês a investir em Moçambique;

mobilizar capital japonês e brasileiro para apoiar o desenvolvimento do agronegócio e apoiar associações de agricultores organizadas por agricultores brasileiros para integrar pequenos agricultores nas cadeias de valor do agronegócio (Amanor & Chichava, 2016).

No entanto, de acordo com Shankland & Gonçalves (2016), o ProSAVANA gerou enorme controvérsia, com as organizações da sociedade civil local, que alegaram que o projeto privará os agricultores locais das suas terras e beneficiará apenas as multinacionais brasileiras e japonesas e a elite moçambicana. Durante as Conferências Triangulares dos Povos, que constituem uma plataforma de diálogo e articulação entre organizações sociais e movimentos camponeses de Moçambique, houve resistência por parte destes últimos à implementação do ProSAVANA (Monjane, 2018).

Nestas conferências estavam presentes os principais intervenientes do ProSAVANA, nomeadamente, o governo moçambicano, as embaixadas do Brasil e do Japão e a Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA), sendo que no final das conferências ficou o apelo da Declaração de Tóquio (Monjane, 2018):

“Convocámos a sociedade civil e o público japonês a se posicionarem em solidariedade com os povos de Moçambique, em especial o povo do Corredor de Nacala, rejeitando o uso de recursos públicos do povo japonês para financiar programas de cooperação que violam os direitos humanos dos povos e devastam o meio ambiente de territórios alheios, conforme se pretende com o ProSAVANA”, (Monjane, 2018: 3).

A declaração refere que o ProSAVANA se guia pelo capital da agroindústria a fim de eliminar a agricultura familiar ou de pequena escala. Para Monjane (2018), o ProSAVANA consiste em mais um programa agrário com uma lógica de produção de *commodities* para o benefício do capital, embora que oficialmente estejam mencionadas as intenções de desenvolver o meio rural e garantir a segurança alimentar em Moçambique.

Este argumento é sustentado pela abstenção do Japão e do Brasil na votação pela Declaração da Nações Unidas sobre os Direitos dos Camponeses, Camponesas e Outras Pessoas que Trabalham nas Áreas Rurais, aprovada a 19 de novembro de 2018, pela Assembleia da ONU. Este posicionamento descredibiliza a tal “intenção” do Japão e do Brasil de apoiar os pequenos agricultores de Moçambique (Monjane, 2018).

Por outro lado, movimentos liderados pela sociedade civil tiveram um sucesso moderado na oposição à apropriação de terras. Ainda em 2018, agricultores no Xai-Xai, província de Gaza, resistiram com sucesso a uma tentativa de apropriação de terras em larga escala pela empresa chinesa referida acima *Wanbao Africa Development Agriculture Limited (WAADL)* (Wise, 2018).

Os pequenos agricultores reuniram-se para formalizar a sua nova associação de agricultores, eleger líderes e preparar uma petição de terras ao governo local. A associação, batizada de Tsakane, que significa “feliz” na língua local Changana, foi o culminar de seis anos de resistência a uma apropriação de terras pela China que gerou protestos e indignação (Wise, 2018). Com a plantação de arroz chinesa em dificuldades, os agricultores de Tsakane oferecem uma demonstração vívida de que a melhor maneira de cultivar mais alimentos seja dar mais terras aos produtores de alimentos pobres.

Adicionalmente, na reportagem “Terra de todos, Terra de Alguns” de Sofia da Palma Rodrigues, Diogo Cardoso, Boaventura Monjane e Luciana Maruta de 2018, é possível perceber algumas destas dinâmicas entre empresas multinacionais e pequenos agricultores rurais em Moçambique.

Em 2008, no contexto de uma crise mundial de alimentos, o Corredor de Nacala na província de Nampula, uma importante zona agrícola em Moçambique, teve um influxo de investimentos ligados à agricultura de larga escala. Neste cenário, as empresas receberam do governo moçambicano o DUAT (Direito de Uso e Aproveitamento da Terra) de 1,4 milhões de hectares. E durante este processo, houve uma expropriação de terras de pequenos agricultores e camponeses, cuja a compensação nunca chegou (Rodrigues, Cardoso & Monjane, 2018).

A reportagem revela, entre outros, o caso do projeto de plantação de árvores da *Lurio Green Resources*, uma iniciativa da empresa norueguesa *Green Resources*, que se apresentou à comunidade como a solução dos seus problemas com o comprometimento de acabar com a pobreza, construir uma escola, um centro de saúde, duas fontes de água, criar emprego. Sendo que em contrapartida, os camponeses teriam de ceder a única coisa que lhes garantia o sustento: as suas terras (Rodrigues et al., 2018). Contudo, passaram-se anos e a produtividade diminuiu, não houve compensação conforme ficou estipulado, não foram criadas as condições para gerar empregos estáveis, e em contrapartida, as terras comunitárias foram substituídas por plantações de eucalipto (Rodrigues et al., 2018).

Contudo, os representantes do governo moçambicano não partilham a mesma análise:

“Não existe nenhum conflito de interesse, pelo contrário, o que nós estamos a notar é que o pequeno produtor actualmente está preocupado em aumentar as suas áreas de produção, já tem consciência do que realmente tem de produzir (...) É uma novidade para nós que existam camponeses a queixarem-se da presença destas empresas”, refere a Vice-Ministra da Agricultura e Segurança Alimentar, Luísa Caetano Meque (Meque, 2018 apud Rodrigues, Cardoso & Monjane, 2018).

Anabela Lemos, diretora da ONG Justiça Ambiental critica a falta de proteção do povo pelo o Governo:

“(...) mas a agricultura familiar não dá acesso à corrupção, não dá acesso ao ganho individual, por isso, não interessa. Imaginemos um cenário em que o camponês está cansado, não vê melhorias na sua vida e até está disposto a desfazer-se da sua terra” (Lemos 2018 apud Rodrigues et al., 2018).

E João Mosca, o diretor do Observatório do Meio Rural (OMR), um centro de investigação académica que tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento agrário e rural em Moçambique, acrescenta:

“E é preciso não esquecer que o camponês não vive só da exploração agrícola. A terra não é só sobrevivência, tem um valor antropológico, sociocultural, que conta muito. As pessoas suportam muitos autoritarismos, suportam muitas marginalizações, vêem a floresta a desaparecer, a água a ser contaminada, mas a sua grande manifestação de força é na defesa da terra” (Mosca, 2018 apud Rodrigues et al., 2018).

Conforme explicado acima, as dinâmicas de poder do sistema alimentar presentes no contexto moçambicano, exacerbam a fome e a pobreza. À medida que a agricultura capitalista cresceu, por meio do agronegócio e das “revoluções verde”, tendencialmente estabeleceu-se uma maior desigualdade pela população rural no acesso aos recursos, à terra e à segurança alimentar, e verificou-se um aumento na degradação ambiental. E assim Moçambique tornou-se em mais uma nação dependente de alimentos importados para atender às necessidades domésticas de consumo.

Embora a “Revolução Verde”, que dependia de insumos artificiais para aumentar a produção agrícola, surgiu para reparar os danos causados pela era colonial, pode-se argumentar que ainda hoje estes regimes de desenvolvimento continuam a perpetuar as mesmas práticas injustas dos impérios do passado. Ou seja, é a concentração de poder e lucros no norte global que deixou o sul global com fome, e este foco no poder enquadra a soberania alimentar, em vez de segurança alimentar. Assim, entender a relação histórica dos atuais modelos de produção agrícola e a sua economia política, com a questão da soberania alimentar, contribui para esclarecer o problema das relações assimétricas de género na agricultura.

A soberania alimentar é uma questão feminista, na medida em que os efeitos deste modelo de desenvolvimento agrícola, pesam mais na população rural mais vulnerável. E as mulheres apesar de serem a maioria da força de trabalho agrícola, são também as que menos têm acesso à terra, e as que mais sofrem face à degradação ambiental. E isso afeta negativamente a vida nas famílias, comunidades e na sociedade como um todo.

A aplicação de uma lente eco-feminista crítica ao sistema alimentar ajuda a revelar as falhas da segurança alimentar como uma meta para a transformação do sistema alimentar. No próximo capítulo será explorado a forma como o eco-feminismo critica a “corporativização da agricultura”, defendendo que é preciso transitar para sistemas alimentares mais sustentáveis e justos.

CAPÍTULO III – Eco-feminismo

Neste capítulo será abordado o pensamento do eco-feminismo, que assenta na noção de que a opressão das mulheres e a degradação do ambiente, assim como as desigualdades sociais têm todas uma base capitalista e patriarcal. E como a lente do eco-feminismo pode oferecer uma análise mais profunda sobre a soberania alimentar para entender o atual sistema alimentar global.

Simone de Beauvoir (1964), descrita como a precursora do feminismo moderno, fez uma importante distinção entre sexo e género ao declarar que não se nasce, mas torna-se mulher, e que a biologia não é um destino. Embora o debate feminista tenha ido além da sua análise e os seus sucessores tenham se dividido em diferentes escolas ideológicas, o seu conceito de mulheres como “o outro, segundo sexo” ainda é relevante. Assim, a evolução das ideias feministas e os debates e perspetivas subjacentes permeiam a evolução do eco-feminismo e a sua análise.

As ideologias feministas, que incluem o feminismo cultural, liberal, marxista / socialista, radical (Ford 2002), eco-feminismo (Sow 1997), feminismo pós-colonial (Oyewumi 2015) e feminismo pós-moderno (Butler 2006), embora variando nas suas perspetivas teóricas, reconhecem como base, a distinção de Beauvoir entre sexo e género.

Por exemplo, enquanto o feminismo liberal defende uma reforma política e legal como âncora para a igualdade de género (Ford, 2002), o feminismo marxista/socialista defende que só com uma transformação estrutural económica, política e cultural é que é possível atingir a igualdade de género (McLellan, 1972 apud Chigono, 2015). A classe continua a ser uma categoria analítica importante na compreensão das mudanças nas relações de género. Por outro lado, o feminismo radical defende que é o próprio sistema de género e sexo a fonte da opressão das mulheres e, portanto, defende uma revolução total (Ford 2002) para acabar com a violência baseada em género e as desigualdades de género.

O feminismo pós-colonial ou do Terceiro Mundo considera a opressão racial e económica colonial, e não o patriarcado tradicional, como a principal causa da marginalização das mulheres nas sociedades pós-coloniais. Oyewumi (1997), uma importante feminista pós-colonial africana, ao considerar o significado de género num contexto africano, argumenta que a “questão das mulheres” é ocidental, e não uma “lente apropriada para ver a sociedade

africana”. A autora critica as epistemologias de género eurocêntricas que usam o género como modelo analítico para entender a subordinação e opressão das mulheres em todo o mundo. Isto porque “género” é um conceito socialmente construído, histórica e culturalmente específico. Ou seja, não existe uma universalidade na categoria social “mulher”, assim como não existe uma universalidade da experiência da opressão patriarcal (Oyewumi, 2015) Numa linha semelhante, Amadiume (1987), também desafiou as ortodoxias do pensamento feminista ocidental, argumentando que na sociedade africana pré-colonial, “sexo e género não coincidiam necessariamente” e “os papéis não eram rigidamente masculinizados nem feminizados”. A autora refere que havia estruturas e valores que permitiam às mulheres alcançar o poder, diferentemente de outras sociedades patriarcais.

E isto reflete-se nas lutas de natureza agrária das mulheres no Uganda, que se dedicam à agricultura familiar em terras consuetudinárias e contestam o avanço do capital agrário por meio da expansão de investimentos agrícolas estrangeiros em grande escala. Neste contexto, o antigo discurso feminista de que as leis costumeiras não permitiam que as mulheres possuíssem terras mudou. Eilu (2019) argumenta que esta situação se deve ao fato de o direito consuetudinário no Uganda garantir os direitos das mulheres à terra (igualmente com os homens). Contudo, a diferença é que esses direitos não são concedidos ao indivíduo, mas sim através dos direitos coletivos dentro das famílias e clãs (Eilu, 2019). Nesse sentido, proposições simplistas sobre o patriarcado ser rígido e enfraquecedor para as mulheres como apresentado anteriormente não se aplicam necessariamente.

Adicionalmente, as ideias feministas pós-modernistas, como as de Butler (2006), argumentam que a própria categoria “mulheres” é questionável, porque envolve muito mais, com a classe, raça, orientação sexual, identidade de género e outros aspetos do individualismo. De acordo com Butler (2006), o sexo não necessariamente consagra o género, e não é construtivo separar os seres humanos numa de duas escolhas ou agrupar todas as mulheres num grupo, como se os seus interesses pudessem ser uniformes.

Eco-feminismo

Em relação ao conceito do eco-feminismo, este tem inícios conceptuais na tradição francesa da teoria feminista (Glazebrook, 2002). Em 1952, Simone de Beauvoir, assinalou que na lógica do patriarcado, tanto a mulher como a natureza aparecem como “o outro” (Beauvoir 1952, apud Glazebrook, 2002). Entretanto, a partir da década de 1970, as lutas ecológicas feministas intensificaram-se em relação aos impactos na saúde e impactos ambientais resultantes da

“modernização” das tecnologias da Segunda Guerra Mundial, e houve uma confluência dos movimentos políticos anti-nucleares, anti-militares, contra os resíduos tóxicos ou os pesticidas na agricultura, e pela libertação dos corpos das mulheres (Mies e Shiva, 2014 e Valle, 2019).

Em 1974 Françoise d'Eaubonne cunhou o termo *l'eco-féminisme*, para apontar a necessidade de as mulheres fazerem a revolução ecológica, e usou o slogan “feminismo ou morte” (D'Eaubonne, 1974, 221 apud Glazebrook, 2002), para argumentar que a ordem fálica é a fonte de uma dupla ameaça ao ser humano: a sobrepopulação e o esgotamento de recursos. Embora “feminismo ou morte” fosse um grito de batalha, também era uma advertência de que o ser humano não podia sobreviver às consequências ecológicas do patriarcado (Glazebrook, 2002).

Sendo assim, o eco-feminismo opõe-se ao antropocentrismo, com a lógica de que a dominação da natureza por humanos deve ser mudada, e opõe-se ao androcentrismo, uma vez que é responsável pela opressão de direitos e status das mulheres para garantir a superioridade e dominação masculina, ou seja, os valores culturais do patriarcado (Warren & Cheney, 1991). Os valores culturais patriarcais enfatizam a hierarquia de valores, ou seja, existem diferentes hierarquias de valores entre as pessoas e entre as pessoas e a natureza; assim, os homens que estão em níveis mais altos na hierarquia têm o direito de governar outros indivíduos, animais, e recursos naturais. O eco-feminismo critica o patriarcado por fornecer uma base teórica para a dominação sobre as mulheres e a exploração da natureza, e racionalizar a conquista e apreensão de mulheres, ambientes naturais e pessoas racializadas⁴ no processo de desenvolvimento (Warren & Cheney, 1991).

Existem dois ramos principais e um “emergente” do eco-feminismo. O primeiro é o ramo cultural, no qual acredita-se que a conexão mulher/natureza é para ser valorizada e honrada e vêem as diferenças das mulheres como fontes de poder, acreditando que as mulheres estão mais perto da terra do que os homens (Ellinger-Locke, 2011). Um exemplo disto foi a “Ação das Mulheres no Pentágono” em 1980, a primeira ação explicitamente eco-feminista nos EUA, na qual 2000 mulheres cercaram o Pentágono protestando contra a violência militar, a violência ecológica, o racismo e colonialismo e a violência social, sexual e económica contra as mulheres

⁴ Pessoas racializadas referem-se a pessoas pertencentes a categoria “étnico-raciais” marginalizadas não-brancas. Ainda que a ideia de “raça” seja refutada cientificamente, a sua inscrição nos processos de colonização, mantém o conceito vivo no senso comum e nos discursos institucionais, operando de forma difusa nas estruturas e dinâmicas sociais contemporâneas, gerando desigualdades, que poderemos designar como de base “étnico-racial”, no acesso a recursos materiais, simbólicos e relativos ao poder. Fonte: Grupo de Trabalho (GT) Censos 2021 – Questões “Étnico-raciais”, 28 de março de 2019. Alto Comissariado para as Migrações (ACM), República Portuguesa.

(Merchant, 1999). Grande parte desta ação direta eco-feminista buscava gerar formas diferentes e não dominantes de organização social e interação ser humano-natureza.

O segundo ramo principal é o eco-feminismo social que rejeita o essencialismo da abordagem eco-feminista cultural, argumentando que entender as mulheres como conectadas à natureza é perigoso e reinscreve à dinâmica de poder da qual o feminismo procura escapar (Merchant, 1999). Ambos os ramos foram criticados por não serem inclusivos o suficiente das diferentes identidades raciais e culturais e experiências socio-econômicas (Carlassare, 1999). Assim, a terceira onda do feminismo leva essas análises em consideração e rejeita o privilégio de uma só identidade (branca/ocidental/classe média) sobre as outras (Plumwood, 1999).

O eco-feminismo não propõe uma generalização fácil, pois consiste numa diversidade de posições, vozes e modos de expressão. O trabalho das mulheres de diferentes países e situações sociais, refletem que o “seu” eco-feminismo não segue uma única forma ou visão. Estão incluídos nessa visão trabalhos sob a forma da poesia, prosa, arte, fotografias, ficção, bem como trabalhos teóricos / filosóficos /acadêmicos e na circulação por variados espaços, como a dos movimentos sociais *grassroots*. Por causa dessa diversidade, a ativista e teórica eco-feminista Carolyn D'Cruz (1990) considera que é mais útil considerar o eco-feminismo como um discurso do que como uma epistemologia unificada e coerente. A visão de D´Cruz (1990) do eco-feminismo como discurso é relevante porque abre espaço para as vozes de uma variedade de sujeitos posicionados que compartilham preocupações políticas e éticas. Ou seja, o desejo compartilhado dos seus proponentes de promover a resistência às formas de dominação em prol da libertação humana e da sobrevivência planetária (Carlassare, 1999).

Contudo, o eco-feminismo da terceira onda abraça os usos estratégicos do essencialismo para fins de organização e reconhece o quão cuidadoso se deve ser a esse respeito (Ellinger-Locke, 2011). O essencialismo estratégico é um termo controverso cunhado pela acadêmica pós-colonial Gayatri Spivak e refere-se ao uso estratégico do essencialismo para combater os próprios problemas que o essencialismo cria. Por exemplo, gênero e raça são conceitos construídos socialmente, mas o emprego dessas categorias para combater a opressão pode construir movimentos sociais (Spivak, 1987 apud Ellinger-Locke, 2011).

Assim, o eco-feminismo da terceira onda envolve o estudo das formas de opressão das mulheres e o estudo da degradação da Terra, como estes estão relacionados e, mais importante, quais os passos que podem ser dados para mudar esta situação (Ellinger-Locke, 2011). A teoria e prática

eco-feminista há anos vinculam esses sistemas homólogos de poder. A Via Campesina e outros movimentos sociais inspirados por legados indígenas e lideranças coletivas sustentáveis, incluindo os que lutam pela soberania alimentar, sistemas alimentares sustentáveis e justiça climática, também fizeram esta ligação entre as questões de gênero e a ecologia (Ellinger-Locke, 2011).

Ao longo dos anos os valores, princípios eco-feministas foram descritos, reformulados e questionados (Estévez-Saá & Lorenzo-Modia, 2018). Assim, não faz sentido abordar o eco-feminismo no singular, visto que uma gama diversificada de tendências e orientações foram identificadas. Consequentemente, nomes alternativos foram propostos, incluindo feminismo ecológico, ambientalismo feminista, feminismo ecológico crítico, ecossocialismo feminista crítico, gênero e meio ambiente, *ecowomanism* (eco-mulherismo), ecologias *queer* e justiça ambiental feminista global, entre outros (Estévez-Saá & Lorenzo-Modia, 2018).

À luz dessas circunstâncias, no entanto, também é oportuno considerar que as objeções iniciais a alguns dos preceitos originais essencialistas do eco-feminismo levaram a uma revisão rápida e sólida e reformulação das noções básicas, e que essas circunstâncias inicialmente adversas significaram que, como Timothy Clark reconheceu, o eco-feminismo se tornou “Talvez o ramo mais sofisticado e intelectualmente desenvolvido da crítica ambiental” (Clark, 2011).

O ponto crucial que Warren e Cheney (1991) apresentam, é a “teoria da hierarquia” ecológica. A teoria da hierarquia tem como premissa que a complexidade dos sistemas naturais requer múltiplos conjuntos de observação para figurar na análise. No entanto, no final, os autores estabeleceram que o feminismo e a ecologia são “projetos complementares que se reforçam mutuamente”; que estes conceitos têm solidariedade, ao invés de conexão necessária (Warren & Cheney, 2008). Ou seja, os impactos negativos da má gestão dos sistemas alimentares, do ambiente e dos recursos naturais têm um peso maior nos mais vulneráveis, incluindo as mulheres.

Por outro lado, segundo Pandey (2009) o eco-feminismo afirma que a relação das mulheres com a natureza é moldada pela divisão do trabalho por gênero e considera as circunstâncias materiais dadas às mulheres como os fatores cruciais para determinar o seu mundo emocional, físico e prático e visão de mundo. Para a autora, as mulheres camponesas pobres, na maioria das vezes analfabetas, que praticam a agricultura de subsistência, estão frequentemente também a praticar o eco-feminismo na sua orientação, bem como o seu modo de vida, devido às suas especificidades materiais de extrema pobreza, conseqüente dependência da natureza e,

sobretudo, pelo facto de grande parte delas serem responsáveis pelos seus agregados familiares. Sob tais condições, uma existência eco-feminista materialista é a chave para garantir a sua sobrevivência e dos seus dependentes (Pandey, 2009).

Assim, com o eco-feminismo, o foco político é o de que os recursos “materiais” das mulheres e da natureza estão estruturalmente interconectados no sistema patriarcal capitalista e desenvolvimentista (Mies e Shiva, 2014).

Mies e Shiva (2014), apresentam o desenvolvimento como sendo historicamente baseado na suposição explícita ou implícita de que o modelo de “vida boa” é o que prevalece nas sociedades afluentes do Norte Global: EUA, Europa e Japão. E que, para as pessoas dos países do Sul, camponeses e mulheres atingirem este modelo, simplesmente teriam que seguir as etapas de crescimento económico de Rostow. Significando seguir o mesmo caminho de industrialização, progresso tecnológico e acumulação de capital dos países do Norte (Rist, 1997). Kothari (2005) sugere que o colonialismo pode ser visto como um projeto cultural, e não apenas económico, que criou e manteve classificações e hierarquias entre grupos de pessoas. Por conseguinte, as dicotomias do “moderno” e do “tradicional”, do “ocidente” e do “resto do mundo” estão inseridas no discurso do desenvolvimento e essa reafirmação das classificações coloniais da diferença é frequentemente invocada para justificar intervenções de desenvolvimento (Kothari, 2005). O debate pós-modernista e decolonial formula novas perspetivas sobre o desenvolvimento, sendo assim, este será o ponto de análise crítico ao desenvolvimento agrícola industrial capitalista descrito a seguir.

3.1. Eco-feminismo e a crítica ao desenvolvimento agrícola industrial capitalista

A ordem mundial pós-guerra verificou também o surgimento de instituições como o BM e o FMI que, em nome do “subdesenvolvimento” e da pobreza, criaram um novo colonialismo baseado no financiamento ao desenvolvimento e aos encargos do endividamento de nações (Kothari, 2005).

Em dezembro de 2017, o presidente do Gana, Nana Addo Dankwa Akufo-Addo, despertou a atenção internacional ao renunciar a ajuda ao desenvolvimento de países europeus durante uma visita do presidente da França, Emmanuel Macron. Akufo-Addo propôs que o bem-estar económico local fosse promovido por meio da criação sustentada de empregos e de projetos

voltados para o aumento da produção agrícola local, ou seja um desenvolvimento em direção à autossuficiência orientada para a soberania (Jackson & Murrey, 2018).

Curiosamente, os nomes de alguns dos programas e políticas públicas ecoaram os esforços iniciados há mais de 30 anos no Burkina Faso pelo então presidente e líder revolucionário pan-africano, Thomas Sankara (1949-1987). As políticas agrícolas presentes no projeto “Uma Aldeia, Uma Barragem” no Gana tinham o compromisso de incentivar a auto-suficiência alimentar, um projeto similar ao “Uma aldeia, um bosque” que esteve no centro da Revolução de Agosto do Burkina Faso de 1983. A iniciativa concentrou a atenção popular no combate à desertificação, promovendo uma cultura (que já era uma tradição pré-colonial) de plantio de árvores. Uma iniciativa semelhante ao foco de Sankara em “produzir e consumir Burkinabè”, sendo que o Gana tencionava dar mais atenção ao processamento das suas próprias matérias-primas (Jackson & Murrey, 2018).

Thomas Sankara era crítico da ajuda internacional ao desenvolvimento, tendo referido que o povo do seu país poderia erguer-se, sem necessidade de se vincular condicionalmente a nenhum patrono (Murrey, 2016). Durante um discurso perante a União Africana em julho de 1987, Sankara defendeu o rompimento com o FMI e as políticas de austeridade dos Programas de Ajuste Estrutural, assim como o não pagamento da dívida externa dos países:

“Não podemos pagar a dívida. Primeiro, porque se não pagarmos, os credores não morrerão, isso digo com certeza. Mas se nós pagarmos, nós sim vamos morrer, disso também tenho certeza (...) a dívida é uma reconquista de África habilmente administrada (...) cada um de nós se torna um escravo financeiro, ou seja, um verdadeiro escravo” (Sankara, 1987: 2).

Em outro discurso importante na 39ª Assembleia Geral das Nações Unidas em 1984, Sankara deixou clara a relação entre o neo-imperialismo sob a forma de desenvolvimento agrícola e a fome no Burkina Faso pós-colonial:

“Temos de conseguir produzir mais - produzir mais, porque é natural que quem te alimenta também imponha a sua vontade [...] Somos livres. Aquele que não te alimenta não pode exigir nada de você. Aqui, no entanto, estamos a ser alimentados todos os dias, todos os anos, e dizemos: Abaixo o imperialismo! (...)”

Embora como revolucionários, não queiramos expressar gratidão, ou pelo menos, queremos acabar com todas as formas de dominação, os nossos estômagos se farão ouvir e podem muito bem tomar o caminho da direita, o caminho da reação, e de coexistência pacífica com todos aqueles que nos oprimem com os grãos que despejam aqui” (Sankara, 1984: 405-410).

Estes discursos criticam o modelo de ajuda humanitária como mecanismo de controle e poder de países como os EUA, que segundo a Oxfam (2006), usavam a ajuda alimentar para “despejar” excedentes agrícolas e para tentar criar novos mercados para as suas exportações. Essa ajuda alimentar tem o potencial de reduzir a produção doméstica de alimentos, prejudicando a subsistência de agricultores pobres, e de deslocar as exportações de outros países para o país destinatário (Oxfam, 2006).

Assim, em vez de se concentrar na exportação de algodão para fins de exportação, Sankara mostrou-se inflexível e reforçou que o algodão fosse usado para vestir o burquinense, em vez de atuar como uma *commodity* no mercado internacional que beneficia apenas as classes ricas. A política económica de Sankara incluiu uma reforma agrária que consistia na redistribuição da terra, retirada dos líderes tribais latifundiários que historicamente dominaram feudalmente os pequenos agricultores locais. mãos dos e entregue aos trabalhadores burquinenses (Murrey, 2016).

Thomas Sankara foi pioneiro a reconhecer a importância da soberania alimentar e a preservação ambiental como algo urgente. Assim, esforçou-se para implementar a agroecologia como política nacional, uma abordagem que incentivava o cultivo agrícola local de alimentos comunais, e que impulsionaria a dignidade, o conhecimento e as capacidades de todos os envolvidos, e a regeneração do meio ambiente (Murrey, 2016).

No entanto, líderes africanos como Sankara não anteviram os impactos do que viria a ser a Revolução Verde em África. A rápida modernização da agricultura e a introdução de novas tecnologias, tiveram um impacto diferenciado nas populações rurais em termos de classe e de género (FAO, 2008). O modo como a Revolução Verde afetou a população rural dependeu da condição salarial das pessoas, se estas eram agricultores ou consumidores, se vinham de famílias com ou sem terra, ricas ou pobres, chefiadas por homens ou mulheres. No entanto, duas tendências gerais são aparentes: os ricos beneficiaram-se mais com as mudanças tecnológicas na agricultura do que os pobres e os homens beneficiaram-se mais do que as mulheres (FAO,

2008). Durante a introdução da Revolução Verde em África, raramente era reconhecida a importância da agricultura das mulheres e das atividades de geração de renda para atender às necessidades alimentares, e para a compra de bens vitais para o bem-estar familiar. Esses pacotes tecnológicos eram voltados para os chefes de família do sexo masculino, e introduziram uma reforma agrária e um grande foco nas culturas comerciais que erodiram os direitos das mulheres ao acesso à terra, sem aliviar a sua responsabilidade de alimentar a família ou sua necessidade de renda (FAO, 2008).

Deste modo, a falha em responder à alocação diferencial de recursos e responsabilidades entre homens e mulheres em famílias agrícolas significou que as necessidades de trabalho das mulheres para a produção de culturas comerciais aumentaram, embora o controle da renda permanecesse nas mãos dos homens. Este cenário apenas reforçou uma divisão sexual do trabalho que aloca às mulheres os trabalhos mais intensivos e mal remunerados.

Assim, a produção agrícola e a transformação de alimentos baseada na economia de mercado consequente desse processo histórico, ao desviar os recursos de terra e de água das necessidades de sustento, priva cada vez mais pessoas ao direito à alimentação, gera uma condição de escassez para a estabilidade ecológica e cria novas formas de pobreza para todos, especialmente mulheres e crianças. E é aqui que surge a necessidade de se pensar a agricultura de outra forma. Com práticas sustentáveis dentro de um modelo agrícola politicamente transformador para a soberania alimentar, a agroecologia.

3.2. Eco-feminismo, soberania alimentar e agroecologia

O conceito de agricultura sustentável é uma resposta relativamente recente ao declínio na qualidade de recursos naturais associada à agricultura moderna (Altieri & Nicholls, 2005). Hoje, a questão da produção agrícola evoluiu de uma questão puramente técnica para uma mais complexa caracterizada por dimensões sociais, culturais, políticas e económicas.

De acordo com Mies & Shiva (2014), na lógica de progresso por meio da agricultura intensiva, a conservação da natureza é negligenciada. O critério de valor comercial reduz a diversidade de culturas, espécies e/ou estirpes a um problema, uma deficiência, e culmina na destruição da biodiversidade em prol do investimento agrícola em monoculturas, a favor de uma homogeneidade agrícola. Na lente de análise eco-feminista, a biodiversidade é a base, o fundamento e a lógica da tecnologia e da economia da produção.

As autoras consideram que a biodiversidade é simultaneamente um meio de produção, um objeto de consumo, e torna-se o princípio do trabalho e do conhecimento das mulheres como produtoras agrícolas (Mies & Shiva, 2014). As mulheres, que muitas vezes são fundamentais para a produção doméstica de alimentos, também são frequentemente as “guardiãs” de sementes e de técnicas ancestrais que reproduzem dietas balanceadas, variadas e nutritivas (Kellehe, 2019).

Uma compreensão mais ampla do contexto agrícola requer o estudo entre a agricultura, o meio ambiente global e os sistemas sociais, visto que o desenvolvimento agrícola resulta da complexa interação de uma infinidade de fatores. É por meio dessa compreensão que surge a agroecologia.

A agroecologia surgiu como a disciplina que fornece os princípios ecológicos básicos para estudar, projetar e gerir agro-ecossistemas produtivos, conservadores de recursos naturais e da biodiversidade, culturalmente sensíveis, socialmente justos e economicamente viáveis (Altieri, 1995). A agroecologia vai além de uma visão unidimensional dos agro-ecossistemas, a sua genética, agronomia, e assim por diante, para abraçar uma compreensão dos níveis ecológicos e sociais de coevolução, estrutura e função. Em vez de focar num componente específico do agro-ecossistema, a agroecologia enfatiza a inter-relação de todos os componentes do agro-ecossistema e a dinâmica complexa dos processos ecológicos (Vandermeer, 1995 apud Altieri & Nicholls, 2005). Os agro-ecossistemas são comunidades de plantas e animais interagindo com os seus ambientes físicos e químicos que foram modificados por pessoas para produzir alimentos, fibras, combustível e outros produtos para consumo e processamento humano (Altieri & Nicholls, 2005).

A agroecologia é o estudo holístico dos agro-ecossistemas, incluindo todos os elementos ambientais e humanos, concentrando-se na forma, dinâmica e funções das suas inter-relações e os processos nos quais estão envolvidos (Altieri & Nicholls, 2005). Uma área usada para produção agrícola, por ex. um campo é visto como um sistema complexo no qual também ocorrem processos ecológicos encontrados em condições naturais, e ciclagem de nutrientes, interações “predador/presa”, competição, simbiose e mudanças de sucessão (Altieri & Nicholls, 2005).

Além disso, como proposição analítica, a agroecologia está relacionada à ecologia cultural e a ecologia política. Por isso, é também alimentado debates pós-modernos e críticas descoloniais e formula novas perspectivas sobre a conceituação das relações entre os seres humanos e a natureza (Sevilla Guzmán 2006; Calle Collado & Gallar 2010; Giraldo 2016, Giraldo 2018).

Implícita na pesquisa agroecológica está a ideia de que, ao compreender essas relações e processos ecológicos, os agro-ecossistemas podem ser manipulados para melhorar a produção e produzir de forma mais sustentável, com menos impactos ambientais ou sociais negativos e menos insumos externos (Altieri, 1995).

De acordo com o relatório da Plataforma Intergovernamental Sobre a Biodiversidade e os Serviços Ecossistêmicos (IPBES) das Nações Unidas, um milhão das oito milhões de espécies estão sob ameaça de extinção se não forem tomadas medidas decisivas e urgentes (IPBES, 2019). E em relação à agricultura, o relatório recomenda a promoção de boas práticas agrícolas e agroecológicas, fornecendo simultaneamente a segurança alimentar e nutricional, a subsistência, a manutenção de espécies e funções ecológicas, e a gestão integrada intersetorial mais profunda de todos os atores do sistema alimentar (IPBES, 2019).

Para Emma Siliprandi⁵ (2016), no campo da agroecologia, a principal luta das mulheres atualmente é pela preservação das sementes nativas, contra a expansão do cultivo de alimentos transgênicos e pela diminuição do uso dos pesticidas. As sementes nativas são uma tecnologia social adaptada pela agricultura camponesa durante séculos, especialmente pelas mulheres, resultado de um conhecimento específico, e de um trabalho especializado adaptado a um tipo de solo, clima, e cultura da comunidade (Siliprandi, 2016). No entanto, o que as grandes corporações fazem é apropriar-se desse conhecimento, transformá-lo em uma mercadoria que, orientada pela maximização dos lucros, amarra os agricultores numa cadeia sem fim de dependência tecnológica e econômica, além de provocar uma série de riscos para a saúde das pessoas e do ambiente (Siliprandi, 2016). As mulheres rurais de várias partes do mundo estão a lutar contra essa situação, enfrentando o poder dessas grandes corporações, e mostrando que é possível dizer não. O pacote que vem com as sementes transgênicas é o símbolo de uma agricultura que expulsa e mata pessoas e animais, contamina, destrói o agro-ecossistema, em nome da ganância de alguns (Siliprandi, 2016).

As perspectivas da agroecologia favorecem a participação de todos os indivíduos, e buscam o autoconhecimento e comprometimento com o coletivo (Siliprandi, 2016). E assim, os sistemas agroecológicos podem garantir uma agricultura realmente sustentável para as gerações futuras. Adicionalmente, é importante referir que os movimentos camponeses e do meio rural têm

⁵ Coordenadora Projeto de Apoio a Políticas de Segurança Alimentar da FAO na América Latina e Caribe.

contribuído para a discussão eco-feminista centrada na sustentabilidade e na equidade de gênero.

Em relação à essência do eco-feminismo africano e o ativismo coletivo que o define, Wangari Maathai, a ativista ambiental queniana, Prémio Nobel da Paz em 2004 é um exemplo de liderança que promoveu a agroecologia como ciência, técnica e movimento político. Maathai destacou a estreita relação entre o feminismo africano e o ativismo ecológico africano, que desafia as estruturas patriarcais e neo-coloniais presentes no continente (Nyabola, 2015).

Para lidar com a desflorestação e o declínio dos recursos ecológicos, Wangari Maathai fundou o *Green Belt Movement* (Movimento do Cinturão Verde) em 1977. Este movimento encorajou grupos de mulheres a plantar árvores, tendo expandido em todo o Quênia Central e depois em muitas regiões em África (Brownhill, 2007). As mulheres eram formadas em seminários e práticas agroecológicas em áreas rurais sobre como as árvores poderiam ser plantadas ao longo dos limites e em diferentes locais. Os tipos de árvores plantadas poderiam ser escolhidos pela sua capacidade de frutificação, qualidades medicinais, fins rituais, capacidade de produção de lenha, proteção de captação de água ou pelo seu apelo decorativo. As mulheres também começaram a plantar árvores em terras públicas, incluindo dentro de complexos escolares para crianças, pátios de igrejas, praças públicas, bermas de estradas e outros terrenos comuns (Brownhill, 2007).

Além disso, por meio de uma campanha educacional massiva, o movimento ramifica-se e encoraja o retorno às sementes indígenas e técnicas de cultivo sustentáveis que aumentavam a fertilidade do solo. Isto resultou num fortalecimento do poder das mulheres em reivindicar o acesso à terra, da sua capacidade de organização em cooperativas e da partilha de conhecimento ambiental indígena (Brownhill, 2007).

Deste modo, o *Green Belt Movement* usou o plantio de árvores como um ponto de entrada para discussões e ações mais amplas sobre a segurança alimentar e a soberania alimentar, os impactos negativos dos sistemas agrícolas de base petroquímica sobre a saúde e o meio ambiente, as sementes geneticamente modificadas e as necessidades da população rural.

Por outro lado, Maathai revolucionou o ato de protesto no Quênia ao centralizá-lo no corpo feminino. Ao incitar as mães de detidos a desporem-se quando confrontadas por oficiais de segurança que ameaçavam interromper os seus protestos. Maathai usou crenças tradicionais

sobre nudez e género, juntamente com lutas políticas contemporâneas para fomentar um momento decisivo na luta que trouxe as mulheres ao centro do discurso político (Nyabola, 2015). No entanto, todas estas ações desafiavam não só os interesses económicos do governo e do setor privado em relação ao desenvolvimento agrícola industrial, mas também desafiavam valores patriarcais e misóginos da sociedade queniana (Nyabola, 2015).

Segundo Elizabeth Mpfou, Coordenadora Geral da Via Campesina, com o atual aprofundamento da crise do capitalismo global, as mulheres camponesas continuam a perder as suas terras, territórios e recursos naturais, e o seu trabalho, vida e corpos estão a ser explorados cada vez mais para mega-projectos de agricultura de exportação (Mpfou, 2020).

Assim, o eco-feminismo engloba resistências feministas camponesas, no qual é reivindicado o direito de participação igualitária nas lutas para impedir o uso de pesticidas perigosos e liderar a transformação agroecológica da agricultura familiar, pela defesa da vida rural e do ambiente e pela construção de uma sociedade mais justa.

3.3. Eco-feminismo e resistências ao desenvolvimento agrícola industrial

Uma faceta criticamente importante do eco-feminismo, é que este oferece uma alternativa à mercantilização capitalista da produção agrícola (Holmes, 2016). O eco-feminismo pode fornecer aos legisladores e políticos as ferramentas necessárias para reformar o sistema alimentar (Elliger-Locke, 2011).

Por outro lado, para Mies e Shiva (2014), o desenvolvimento agrícola neoliberal significou a ruptura ecológica e cultural dos laços com a natureza. Assim, para as autoras, as abordagens do eco-feminismo liberal e pós-moderno são geralmente inúteis para construir alianças políticas globais com os trabalhadores, camponeses, povos indígenas e outras vítimas do movimento ocidental de acumulação (Mies e Shiva, 2014).

A crítica anti-essencialista é provavelmente o argumento mais comum apresentado contra o eco-feminismo. Autores críticos ao eco-feminismo, como Cuomo (1998), exploram os dualismos de natureza/cultura e masculino/feminino, e questiona análises feministas tradicionais de género. Questiona se as mulheres são essencialmente mais próximas da natureza

do que os homens e como devemos vincular a opressão das mulheres⁶, pessoas racializadas e outros grupos subjugados à degradação da natureza (Cuomo, 1998).

Um exemplo da vertente eco-feminista espiritualista em que Spretnak (1991) ressalta:

“O tema do poder elementar das mulheres é comum, e com isso não quero dizer “meramente” o nosso poder de formar pessoas da nossa própria carne e sangue e, em seguida, nutri-las através dos nossos seios, ou o fato de que funcionamos com o tempo cósmico, ou seja, compartilhamos os ciclos da lua. Quero dizer que há muitos momentos na vida de uma mulher em que ela adquire conhecimento experiencial, numa poderosa união corpo/mente, das verdades holísticas da espiritualidade (...) as mulheres são predispostas desde muito cedo a perceber a conexão com a vida; por exemplo, as mulheres são mais empáticas e permanecem mais cientes dos “dados” contextuais e sutis em contatos interpessoais durante a vida adulta.” (Spretnak, 1991: 35).

Embora, liricamente importante não só para muitas culturas que operam nesta lógica, mas também para os autores que subscrevem nesta narrativa espiritualista do pensamento feminista, Spretnak exemplifica o problema do essencialismo.

Para Cuomo (1998), pode-se argumentar que a referência ao conhecimento, percepção e empatia das mulheres repete as concepções patriarcais e essencialistas do que “mulher” significa, na medida em que assume aspectos universais, naturais, físicos e metafísicos da experiência feminina. Estas premissas revelam a questão da falsa universalização de certas concepções de “mulher” e uma falta de atenção à diversidade das experiências das mulheres e das concepções de feminilidade. Concepções que podem resistir ao racismo e a tendência de algumas teóricas feministas de aspirar à visão objetiva (falaciosa) modelada ao longo de grande parte da história da filosofia ocidental. Pois qualquer abordagem teórica atenta ao objeto corre o risco de generalizar, ou atribuir falsos universalismos à categoria de objeto dada (Cuomo, 1998).

Por outro lado, uma crítica anti-essencialista simplista que começa e termina aí, perde o que é mais problemático na visão de “mulher” de Spretnak e também o que é útil sobre as suas discussões sobre as experiências das mulheres. Quando eco-feministas discutem práticas

⁶ Deve-se notar que as mulheres não são o único grupo associado à natureza; as pessoas racializadas há muito sofrem com essas noções de serem mais “animalescas” do que as pessoas brancas (Elinger-Locke, 2011).

comumente praticadas por mulheres, ou qualidades supostamente ou realmente exibidas por muitas mulheres (como a identificação das mulheres com a maternidade), muitas vezes representam erroneamente essas práticas e qualidades como “papéis de gênero”, como se todas as mulheres as compartilhassem, ou como se as mulheres que não as compartilham fossem inadequadas. Isto pode implicar que o conceito de mulher é socialmente construído para que as mulheres possam ser identificadas com a maternidade. Sendo que, mesmo as que rejeitam a maternidade ou que não se importam com a maternidade, são afetadas pelas normas da conexão mulher-mãe prevalentes na maioria das culturas, e isso afeta os relacionamentos femininos com outros conceitos como “mãe”, “planeta” e “Terra” (Cuomo, 1998).

Além de que essas associações moldam o aspecto económico, reprodutivo, e dimensões políticas da realidade vivida, por isso, mesmo que sejam rejeitadas em última instância, a compreensão desses conceitos é central para o feminismo. E, portanto, em vez de se descartar categoricamente qualquer discussão sobre as conexões mulher/mãe ou mulher/natureza como não importantes porque são socialmente construídas, há que assumir a validade dessas associações (de forma crítica) precisamente por serem enraizadas na sociedade (Cuomo, 1998).

Um exemplo que como é necessário olhar criticamente para as perspectivas essencialistas, é o caso das lutas eco-feministas das mulheres quenianas nos anos 90 (Brownhill & Turner, 2019). No Quênia, em meados da década de 1980, mulheres camponesas se recusaram a plantar o café para exportação, uma vez que não lhes era permitido plantar outras culturas para o seu próprio sustento. Estas camponesas afirmavam, em vez disso, o auto-sustento junto com a revitalização dos sistemas alimentares de subsistência e o comércio local e regional controlado pelo pequeno produtor. Assim, num acto de desobediência civil não violenta, mulheres idosas quenianas tiraram as suas roupas, tendo em conta que nudez de uma mulher enraivecida representava uma forte afronta aos homens, pois a mulher (neste caso) é associada ao poder de dar vida, e ao manifestar-se dessa forma, pode invocar à loucura e até à morte (Brownhill & Turner, 2019). Deste modo, o essencialismo estratégico revela-se uma válida e importante ferramenta de luta, pois as mulheres usaram uma narrativa social e culturalmente construída sobre o que significa ser “mulher” (que tem em si noções essencialistas patriarcais) para denunciar um sistema injusto e romper de certa forma com o patriarcado.

Por outro lado, é importante uma análise decolonial sobre estas noções essencialistas que moveram as mulheres a tirar a roupa, pois estão ligadas à esfera da espiritualidade de matriz africana e uma “força feminina” culturalmente específica. Para Tobocman et al. (2004) essa

luta de classes intensificada representava uma “luta pela fertilidade”, no centro da qual estão os esforços das mulheres e dos seus aliados para se reconquistar e defender o controle sobre os pré-requisitos da vida, especialmente os seus próprios corpos, trabalhos, águas e terras.

Finalmente, esses movimentos de resistência convergiram na luta por políticas de transição para sistemas alimentares mais sustentáveis, sob os princípios de práticas agroecológicas. As mulheres africanas especificamente, sendo mais diretamente dependentes da natureza para a sua subsistência diária, enfrentaram e resistiram à destruição dos seus recursos naturais e mantiveram coletivamente o conhecimento indígena e tradicional das sementes, das práticas, da produção de alimentos e das tecnologias energéticas que oferecem alternativas à dependência petroquímica e à dependência das cadeias de valor (Brownhill & Turner, 2019). A proeminência das mulheres na defesa dos bens comuns contra a mercantilização é evidente em África há muitas décadas (Brownhill & Turner, 2019).

Para a WoMin (2019), as mulheres camponesas e as mulheres da classe trabalhadora em África suportam o peso dos projetos de desenvolvimento que destroem o clima, que se apropriam, poluem e destroem as suas terras, água e florestas, minam os laços culturais e históricos com os territórios, exploram o seu trabalho (pago e não pago), e violam seus corpos e saúde (WoMin, 2019). As mulheres são o centro das lutas para defender a terra, a vida, os meios de subsistência e o futuro de suas famílias e comunidades. No entanto, as mulheres têm voz e autoridade limitadas na tomada de decisões sobre o desenvolvimento em todos os níveis da sociedade (WoMin, 2019).

E ainda assim, à medida que a crise climática global se aprofunda, estas mulheres unem-se para construir alternativas económicas locais, como a agroecologia, e criar estratégias para exigir os seus direitos aos seus governantes (WoMin, 2018). As mulheres camponesas estão na vanguarda da geração de conhecimento local e fortalecem a visão de uma nova sociedade em que as relações de género são baseadas na dignidade, justiça, igualdade e equidade (Mpfou, 2020).

Assim, a utilização dos princípios eco-feministas de soberania alimentar pode fornecer orientação para a construção de novas propostas de políticas para legisladores e reguladores. Sendo deste modo possível falar de pedagogias eco-feministas, na medida em que estas podem resultar em ações políticas transformadoras, críticas e reflexivas (Valle, 2019). No próximo capítulo serão abordadas as transformações rurais em moçambique à luz do eco-feminismo, explorando os movimentos sociais comprometidos com a defesa da igualdade e dignidade de género, das lutas camponesas, da soberania alimentar em Moçambique.

CAPÍTULO IV – Agricultura e transformações rurais em moçambique à luz do eco-feminismo

4.1. Divisão do trabalho por género na agricultura em Moçambique

A agricultura familiar, particularmente a agricultura de subsistência em Moçambique é tradicionalmente um trabalho das mulheres; os homens podem limpar a terra e participar da colheita, mas as tarefas das mulheres incluem semear, plantar, capinar e irrigar as *machambas* (Sida, 2000). Sob a perspectiva eco-feminista, é possível analisar o desenvolvimento agrário em moçambique através da divisão do trabalho por género.

De acordo com o Ministério da Agricultura, em 2005 cerca de 25 % dos agregados familiares agrícolas em Moçambique eram chefiados por mulheres (MINAG 2005). No entanto, estima-se que esta percentagem tenha aumentado para 36 por cento em 2011 (INE 2013). Além disso, 65% dos agregados familiares chefiados por mulheres ocupam menos de 1,5 hectares, em comparação com 47% dos agregados familiares chefiados por homens (Sida, 2000). Arndt, Benfica, & Thurlow (2011) relatam que a quantidade de tempo que mulheres e homens alocam para a produção agrícola é comparável, mas que as mulheres geralmente passam relativamente mais tempo na produção de alimentos, enquanto os homens tendem a controlar a produção de culturas comerciais.

No mesmo artigo, é também referido que os agregados familiares chefiados por mulheres dependem principalmente da mão-de-obra feminina para o seu rendimento (Morgado & Salvucci, 2016). Isso pode ser explicado pelo fato de que na maioria dos casos as mulheres se tornam chefes de família quando um membro da família do sexo masculino está ausente, muitas vezes por causa de morte ou migração (Morgado & Salvucci, 2016). Os agregados familiares chefiados por mulheres também são mais pobres do que os chefiados por homens (Arndt, Benfica, & Thurlow, 2011). Com relação ao acesso aos recursos, as famílias chefiadas por mulheres geralmente possuem parcelas menores e usam menos fertilizantes, pesticidas, máquinas e outros insumos mais modernos do que as famílias chefiadas por homens (FAO, 2005b).

A falta de poder de decisão, geralmente atribuído aos parentes do sexo masculino, e a falta de acesso a recursos, forçam as mulheres a permanecer em situações de desvantagem. A situação torna-se ainda mais aguda devido às dificuldades que enfrentam em proteger os seus direitos de

acesso à terra, o que cria um ciclo vicioso que perpetua a pobreza e gera maior desigualdade de género (Budlender & Alma, 2011). As desigualdades de género têm um impacto negativo não apenas na vida das mulheres, mas também na dos seus filhos, famílias, comunidades e, finalmente, na sociedade como um todo. A criação de políticas, programas e leis que promovem a igualdade de género é frequentemente mencionada como um aspeto fundamental das estratégias para alcançar a segurança alimentar e o desenvolvimento económico sustentável (Bicchieri & Ayala, 2017).

No período pós-independência (1976-1980), foram tomadas medidas no sentido de garantir a integração das mulheres na produção agrícola em moldes coletivos, através das aldeias comunais e cooperativas (Agy, 2018). Para o desenvolvimento da agricultura no meio rural, o governo defendia que a participação das mulheres era fundamental (Casimiro, 2004).

Em 1983, o governo instaura o programa Operação Produção⁷(1983-1988), que tinha como objetivo retirar os homens e as mulheres considerados “improdutivos” das zonas urbanas e envia-las para trabalho agrícola o meio rural. Algumas das mulheres que eram enviadas para o meio rural tinham menos de 18 anos e mais de 60 anos, e eram recrutadas com base nos “perfis” de solteiras, vendedoras informais e trabalhadores do sexo (Agy, 2018). Contudo, esta operação foi marcada por injustiças sociais e abusos contra os direitos humanos (Quembo, 2017).

Após a independência, o Estado Moçambicano estava ideologicamente comprometido com a emancipação das mulheres, proclamando uma condição necessária para o sucesso da revolução socialista (Arnfred 1988). De acordo com Casimiro (2001), na década de 60-70 a FRELIMO foi dos poucos movimentos nacionalistas, no continente Africano, a defender que a emancipação da mulher deveria estar paralela à luta pela libertação colonial, sendo que a premissa era de que a ação participativa da mulher nesta luta seria fundamental na construção duma sociedade nova livre de todas as formas de opressão Casimiro (2001). Esta lógica da FRELIMO é assente nos princípios ideológicos do marxismo, do socialismo utópico, do iluminismo, mas também dos movimentos nacionalistas do Terceiro Mundo que, nos séculos XVIII, XIX e XX, impulsionaram a emancipação da mulher pela construção de uma sociedade socialista (Casimiro, 2001).

⁷ Este processo estava assente, numa primeira fase, na apresentação voluntária das pessoas (homens, mulheres, com idade igual ou superior a 18 anos) em situação “irregular” ou de “improdutivo urbano”, (faziam parte deste grupo os desempregados ou pessoas que não conseguissem provar a sua condição formal de trabalhador), a residir nas cidades, para serem evacuados para desenvolver actividades produtivas nas zonas rurais, com destaque para a região Norte do país (Niassa e Cabo Delgado). Na segunda fase, de forma coerciva, todos os improdutivos urbanos deviam ser detidos e evacuados, com ou sem o seu consentimento, para os locais supramencionados (Quembo, 2017:14-15).

A FRELIMO seguiu uma estratégia de base ampla que envolveu educação e mudanças legais e constitucionais para promover e proteger os direitos das mulheres. As mulheres foram encorajadas a se “proletarizar”, trabalhando em campos e coletivos estatais, e a permanecerem as principais responsáveis pela esfera privada do lar (Urdang 1989).

Assim, nessa nova sociedade associada à “modernização” e ao “desenvolvimento”, esperava superar a histórica centralidade da exploração da força de trabalho negra no país, amplamente difundida pela metrópole portuguesa e pelo regime de supremacia branca do *Apartheid* sul-africano, que representava a principal frente do cordão sanitário anticomunista na África Austral (José, 2005; Barbosa Filho & Rocha, 2018).

Por outro lado, para FRELIMO dever-se-ia deixar de lado a educação “tradicional-feudal” que, baseada em conceitos obscurantistas, descriminou a mulher, impedindo-a de aceder ao conhecimento científico, aspecto ainda agravado pela ideologia da sociedade “colonial-capitalista”, que pretendeu transformar a mulher moçambicana em defensora dessa ideologia (Casimiro, 2004). Esta educação “tradicional-feudal”, envolvia o tribalismo, a superstição, os curandeiros, os casamentos prematuros, “forçados”, “herdados”, as cerimónias de viuvez, o *Lobolo*⁸ (compensação matrimonial), os ritos de iniciação e a poligamia, e, em contrapartida valorizar-se a vida na educação e no trabalho, principais agentes de transformação, segundo a FRELIMO (Furquim, 2017 e Rocha et al., 2020).

Contudo, Arnfred (2014) refere que a compreensão sobre o papel dos ritos de iniciação, e de outras práticas tradicionais, é confrontada com o ponto de vista desenvolvimentista e nacionalista do socialismo frelimista. As mulheres com quem a autora havia conversado no decurso da sua investigação defendiam com vigor práticas tais como os ritos iniciação, prevaletes notadamente na região Norte do país, área onde predomina a linhagem matrilinear⁹. A autora, a partir desse diálogo, passou a ver os ritos como espaços de autonomia feminina, enraizada em estruturas sociais e na cultura autónoma dos povos Yao ou Makhua. Dessa forma, a modernização proposta pela FRELIMO implicaria desorganização das estruturas tradicionais de poder feminino em benefício de um projeto nacional (unificador) e

⁸ O *Lobolo* ou *Lovolo*, consiste na celebração do casamento tradicional praticada no Sul de Moçambique, na qual a família do noivo oferece bens para a família da noiva em troca do casamento. O *lobolo* compreende uma forma de agradar a família da noiva ou de mostrar poder, mas é também um modo de estabelecer alianças, bem como de reconciliar tanto os problemas do presente quanto os problemas do passado em relação aos ancestrais (domínio religioso/espiritual). Neste caso, os antepassados cobram dos vivos as suas oferendas, em troca de manterem uma ordem e regulação social.

⁹Na linhagem matrilinear do Norte de Moçambique, o homem é que se muda para a casa da mulher, onde o direito à terra e aos descendentes pertencem à mulher e à sua família.

racional (moderno), refundando as práticas de género de base matrilinear, encontradas no Norte, em torno da invenção da família nuclear monogâmica na qual o pai/marido seria o chefe da família (Arnfred, 2014).

No entanto, o sucesso inicial e a promessa da FRELIMO não conduziram ao empoderamento total das mulheres (Urdang 1989). Como antes, a família, por conta do pagamento do dote da noiva (referência ao *Lobolo*), continuou a ser a unidade opressora mais fundamental para as mulheres, que consolidou os valores e práticas patriarcais. A questão é que, devido a uma disjunção entre a política da FRELIMO no papel e a sua prática política (Arnfred 2014), uma revolução de género não estava no caminho certo e, na altura em que a guerra civil eclodiu, as mulheres ainda não tinham os mesmos direitos que homens.

De acordo com Arnfred (1988), a dinâmica da guerra civil em Moçambique entre a RENAMO e a FRELIMO desafiou de várias formas as relações tradicionais entre mulheres e homens e criou a possibilidade de novas relações de género e novas identidades familiares. Conforme mostra Chigono (2015) no seu trabalho “Mulheres, guerra e paz em Moçambique: O caso da Província de Manica”, as mulheres em tempo de guerra não eram um grupo social homogéneo, e essas diferenças se refletiram nas suas respostas à guerra. As demandas de sobrevivência à guerra civil levaram à reversão de alguns dos valores, papéis, estereótipos e mitos patriarcais tradicionais, e substituí-los por novos liberais emancipatórios. Ironicamente e não intencionalmente, a contra-revolução da RENAMO promoveu a revolução feminista da FRELIMO (Chigono, 2015).

Posto isto, os processos de globalização e de reestruturação económica ocorridos entre os anos 1980 e 1990, com modelos neo-liberais, produziram impactos desiguais à escala local e individual e com consequências diferenciadas para homens e mulheres (Agy, 2018). De acordo com Casimiro (2009), as mudanças ocorridas desencadearam o aumento do trabalho realizado pela mulher, particularmente a mulher rural, sendo que esta situação é agravada pela condição da mulher camponesa no acesso à terra.

4.2. Lei fundiária e os conflitos no acesso à terra

Moçambique é reconhecido internacionalmente pela sua legislação e políticas progressivas no reconhecimento dos direitos à terra das comunidades rurais e na promoção da igualdade de género (Bicchieri & Ayala, 2017). No entanto, apesar da legislação existe uma desigualdade significativa de género no país, tanto nas áreas urbanas quanto nas rurais, e particularmente em termos de acesso à terra e aos recursos naturais (Bicchieri & Ayala, 2017).

Moçambique ratificou instrumentos de leis e convenções que garantem os direitos humanos e a participação igualitária entre homens e mulheres em todos os campos de atuação, com vista ao empoderamento da mulher e da rapariga (Agy, 2018). Entre os mais relevantes está a Carta das Nações Unidas de 1945, a Declaração das Nações Unidas de 1948, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (CEDAW, ratificada em 1993) (CEDAW, 2005), a Conferência Mundial sobre Direitos Humanos (1993), a Plataforma de Ação de Pequim (1995), a Declaração de Género e Desenvolvimento da SADC (1997), Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM adotada por Moçambique em 2000), a Carta Africana sobre dos Direitos Humanos e das Pessoas e Direitos das Mulheres (2005), convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT), mais recente, a Agenda 2030 que integra os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (Agy, 2018).

A igualdade de género e os direitos das mulheres sobre a terra são princípios bem estabelecidos na estrutura legal e política de Moçambique, incluindo o princípio da Política Nacional de Terras de 1995 de “garantir o acesso e o uso das mulheres pela terra” (Bicchieri & Ayala, 2017). A Constituição da República de Moçambique é forte nos direitos das mulheres, e Moçambique assinou várias convenções que promovem a igualdade de género. A lei fundiária também garante os direitos das mulheres sobre a terra e garante que a lei consuetudinária ocupe o segundo lugar nos princípios constitucionais (Bicchieri & Ayala, 2017).

A legislação moçambicana está alinhada com os padrões de boas práticas internacionalmente aceites, as Diretrizes Voluntárias sobre Governança Responsável da Posse de Terras, Pescas e Florestas no Contexto da Segurança Alimentar Nacional (VGGT). As diretrizes foram formuladas a partir das lições de campo sobre governança fundiária de Moçambique, especificamente sobre o reconhecimento dos direitos costumeiros à terra e a proteção dos direitos iguais de homens e mulheres, que precederam o VGGT por vários anos. Adicionalmente, em alguns ministérios como o da Educação, da Saúde, Agricultura, Interior entre outros, foram criadas as Unidades de Género (UG) que são compostas por funcionários de vários sectores como a planificação, recursos humanos e que são responsáveis por assegurar que as questões de género estejam representadas nas respetivas áreas (Amélia et al., 2011).

No entanto, apesar da legislação existe uma desigualdade significativa de género no país, tanto nas áreas urbanas quanto nas rurais, e particularmente em termos de acesso à terra e aos recursos naturais (Bicchieri & Ayala, 2017). Além disso, é difícil divulgar informações legais para a população devido às altas taxas de analfabetismo, principalmente entre as mulheres, e às dificuldades em acessar áreas remotas onde a presença do Estado não é amplamente sentida

(Bicchieri & Ayala, 2017). Por outro lado, existe o direito consuetudinário, que tem considerável influência na sociedade moçambicana e nas comunidades e autoridades comunitárias tradicionais¹⁰ (Bicchieri & Ayala, 2017).

A Constituição reconhece os sistemas costumeiros de gestão e resolução de conflitos, desde que esses sistemas não contradigam valores e princípios constitucionais (artigo 4)¹¹. (FAO, 2010). Ao mesmo tempo, a lei latifundiária de Moçambique transformou os direitos costumeiros de fato em posse de direito, por reconhecimento de normas e práticas consuetudinárias como uma forma de adquirir direitos à terra formalmente reconhecidos, o DUAT, o direito ao uso e benefício da terra (FAO, 2010).

Contudo, existem tensões entre as duas legislações na promoção da igualdade de género. As terras comunitárias são geridas sob sistemas de posse consuetudinária e há evidências empíricas sugerindo que, sob alguns sistemas de posse consuetudinária e dentro das famílias, as mulheres não têm direitos iguais para manter, gerir, transferir ou herdar terras (FAO, 2010). A expropriação de viúvas e filhos de suas casas e terras após a morte de seus maridos / parceiros é bastante comum, não apenas nas áreas rurais, mas também nas áreas urbanas. Frequentemente, as mulheres são sujeitas a discriminação nos sistemas costumeiros (e mesmo nos formais) em questões de posse da terra (ONU Habitat, 2008). Como os sistemas informais de gestão de conflitos são fortemente influenciados por práticas costumeiras que discriminam as mulheres, a igualdade de género, embora consagrada na legislação moçambicana, torna-se uma meta distante e difícil de alcançar.

A Constituição de 1990 trouxe uma posição mais conciliatória do Estado em relação ao papel das instituições tradicionais e práticas consuetudinárias, particularmente no que se refere à posse e uso da terra. Mais especificamente, a Lei de Terras de 1997 e os seguintes Regulamentos de 1998, introduziram medidas legais para ajudar comunidades locais, famílias e indivíduos, homens e mulheres a reivindicar seus direitos sobre terras adquiridas por ocupação ou consuetudinária de boa fé. A lei também invocou outras formas de comprovação dos direitos à terra, como o testemunho oral dos vizinhos, substituindo assim a necessidade de registros escritos e titulação de terras (FAO, 2009).

¹⁰ De acordo com a definição do decreto 15/2000 da Lei de Terras, as autoridades comunitárias são chefes tradicionais, secretários de bairros ou aldeias e outros líderes legitimados pelas comunidades (Bicchieri & Ayala, 2017).

¹¹ O artigo 4 da Constituição reconhece todos os “diferentes sistemas jurídicos e normas consuetudinárias que coexistem na sociedade moçambicana, desde que não contradigam os princípios e valores fundamentais da Constituição” (FAO, 2010).

No entanto, problemas associados à implementação, incluindo conhecimento da lei pela população, má interpretação e aplicação por parte das autoridades e funcionários judiciais e administrativos, desrespeito pela lei em partes de setores empresariais poderosos, persistência de normas e práticas consuetudinárias contrárias aos princípios fundamentais (FAO, 2009).

A eco-feminista e professora de Direito, Heather McLeod-Kilmurray, afirma que a análise jurídica feminista mostrou que a estrutura e os conceitos subjacentes do Direito tendem a ser parte do problema, e não a solução para resolver a desigualdade e a discriminação (McLeod-Kilmurray, 2009). Apesar dos avanços feitos em Moçambique, continuam a existir práticas discriminatórias contra as mulheres: a dicotomia entre sistemas estatutários e costumeiros, juntamente com a generalidade e ambiguidade com a qual o direito consuetudinário está integrado nas disposições estatutárias, combinado com uma articulação global insuficiente da questão da igualdade de género nas estratégias nacionais de desenvolvimento, são alguns dos obstáculos mais relevantes a serem superados.

4.3. Movimentos sociais e as ligações com o pensamento eco-feminista

Em Moçambique, para perceber de que forma a perspectiva eco-feminista na agricultura se desenrola, é necessário antes analisar os movimentos sociais de base feminista, campesina e agrária.

A LIFEMO (Liga Feminina de Moçambique, também conhecida por *Women's League*), consiste na primeira organização de mulheres após a existência da FRELIMO, em referência às Ligas Femininas das Colónias Inglesas (Casimiro, 2001). O seu propósito era o de dar apoio às famílias dos guerrilheiros da FRELIMO e explicar os ideais e princípios do movimento.

Em 1965, ainda no início luta armada, um grupo de mulheres solicitou treino militar à direção da FRELIMO, a fim de poder garantir a defesa e mobilização das populações nas zonas controladas pelos colonos e nas zonas libertadas. Assim surge o Destacamento Feminino (DF) composto de mulheres guerrilheiras (Casimiro, 2001).

Em 1973 é criada a Organização da Mulher Moçambicana (OMM), que facilitava programas de alfabetização, de cuidados de saúde primários, projetos de costura, artesanato, creches, culinária; as mulheres participaram, mobilizadas pela OMM, em campanhas de vacinação, na mobilização para as eleições dos tribunais populares a nível de base, na criação de cooperativas e *machambas* do povo, para o trabalho coletivo, para a criação de creches em locais de trabalho, sobretudo nas zonas urbanas (Casimiro, 1986 e Casimiro, 2001).

Contudo, a visão “maternal” e “cuidadora” permanecia na lógica de desenvolvimento, e deste modo a formulação de igualdade de género da FRELIMO, apesar de alguns progressos, mantinha os papéis tradicionais patriarcais e reforçava a divisão sexual de trabalho a nível doméstico, no acesso e controle de recursos, e na própria ideologia (Casimiro, 2001).

Em 1992, a seguir ao Acordo Geral de Paz (AGP) com a RENAMO, são criados os órgãos do poder local e em 1994 realizaram-se as primeiras eleições multipartidárias e reconhecidas para autoridades tradicionais no meio rural, permitindo a ocupação de mulheres em cargos de líderes tradicionais (Casimiro, 2004).

No início dos anos 90, começaram a surgir outras organizações, a AMRU (Associação da Mulher Rural) em 1991; a MULEIDE (Mulher, Lei e Desenvolvimento) em 1991; e o Fórum Mulher (Coordenação para Mulher no Desenvolvimento) em 1993 que como uma rede, integra grande parte das organizações de mulheres e tem um peso na liderança do movimento feminista em Moçambique (Amélia et al., 2011).

Para além das organizações mencionada acima, existem organizações que trabalham especificamente com as questões agrárias e rurais. O Fórum Moçambicano das Mulheres Rurais (FOMMUR) foi criado inicialmente, por representações da União Nacional dos Camponeses (UNAC), Fórum Mulher (FM), Mulher, Género e Desenvolvimento (MuGeDe), entre outras (FOMMUR, 2020).

O FOMMUR representa as mulheres camponesas, pequenas produtoras, praticantes de comércio informal, pescadoras artesanais, oleiras, raparigas, paralegais e apicultoras de todo o país e tem como finalidade a partilha de experiências e advocacia para as mulheres rurais, sobretudo no acesso e controlo da terra, acesso à informação, ao crédito e às tecnologias para o melhoramento da produção (FOMMUR, 2020). O FOMMUR também está integrado no Fórum Mulher, e juntamente com a Marcha Mundial das Mulheres e a Via Campesina, compôs em 2008 a delegação moçambicana de camponesas no Congresso Mundial das Mulheres Rurais decorrido em Durban, África do Sul.

No entanto, a nível rural as mulheres camponesas encontram-se em situação de vulnerabilidade e pobreza. E isto é evidenciado ainda mais, no caso dos agregados familiares chefiados por mulheres (AFCM). As famílias chefiadas por mulheres em Moçambique apresentam índices de pobreza mais elevados que nos agregados familiares chefiados pelos homens (AFCH). Constata-se, a partir dos níveis de privação dos indicadores de bem-estar (os IOFs 2002/3; 2008/9; 2014/15) relacionados com as condições da habitação, acesso aos serviços de saúde, educação, energia, água, e saneamento, que a incidência da pobreza entre os AFCM foi sempre

superior à dos AFCH, ao longo do tempo, sobretudo no IOF de 2002/3, onde existiam cerca de 11,0% a mais de AFCM pobres. Este facto, para além de estar ligado à feminização da pobreza, igualmente derivada da existência de desigualdades socioeconómicas, sobretudo nas zonas rurais (Valá, 2006; Agy, 2020).

Bicchieri (2013) afirma que as mulheres moçambicanas do meio rural são discriminadas sistematicamente em relação ao acesso aos recursos necessários para o seu desenvolvimento socio-económico. Em geral, os serviços de crédito, extensão rural, insumos, sementes são todos destinados e tratados pelos homens como “chefes de família”. Normalmente as mulheres não são consultadas em relação aos projectos de desenvolvimento que podem aumentar a produção e o rendimento dos homens, mas que ao mesmo tempo aumentarão a carga do trabalho das mulheres (Bicchieri, 2013).

Segundo o relatório do Programa do Desenvolvimento Económico Local (PRODEL) (2016), os dados indicam que mais de 60% dos agentes económicos rurais são mulheres. Contudo, a equidade de género e a participação das mulheres nos órgãos decisórios, legislativos e consultivos ao nível local (associações produtivas, concelhos consultivos distritais e assembleias municipais) e o acesso aos recursos económicos ainda não são adequadas.

O estudo sobre o empoderamento económico da mulher no âmbito do Movimento Associativo e Acesso a Fundos de Desenvolvimento Local, realizado por Casimiro & Souto (2010), indica que a participação das mulheres nos processos de tomada de decisão é reduzida, principalmente ao nível local, comparativamente à participação dos homens.

Em relação aos recursos financeiros, o que mais se evidencia como indicador de desigualdade de género é o acesso ao crédito. As dificuldades no acesso ao crédito estão ligadas à falta de documentos de identificação, inexistência de garantias, dificuldade de formalização de planos de negócio e deficiente penetração do sistema bancário, entre outros aspetos (Agy, 2018). É notório em agregados familiares chefiados por homens, em que existe maior diversificação das fontes de renda, o envolvimento do homem em dinâmicas financeiras, pelo facto de ele ser a pessoa que tem documentos de identificação, o que lhe permite aceder a serviços financeiros, como o M-Pesa¹², bancos ou orçamento de investimento de iniciativa local (OIIL), também

¹² O M-Pesa é um serviço financeiro disponibilizado pela companhia de telefonia móvel Vodafone M-Pesa SA, que permite transferir e levantar dinheiro, comprar crédito, energia, jackpot e pagar serviços através do telefone móvel. O serviço está disponível no País desde 2013 e conta com mais de 17 mil utentes (Agy, 2018).

designado por Fundo de Desenvolvimento Distrital (FDD)¹³, e por também ser ele a pessoa que controla o fluxo de dinheiro que entra no agregado familiar (Agy, 2018).

Como resultado desta desigualdade no acesso ao crédito agrícola, muitas mulheres no meio rural recorrem a sistemas informais de poupança em grupo, uma prática denominada por *xitiki* (Agy, 2018).

De acordo com Trindade (2019), o *xitiki* consiste numa prática endógena de poupança e de crédito rotativo bastante comum, com origem no meio rural (mas que se estende para as zonas urbanas), sobretudo entre mulheres em Moçambique. Esta prática é mais comum entre membros familiares, vizinhos próximos, membros da mesma associação religiosa ou entre amigos. De acordo com Ardener & Burman (1995), este tipo sistema tem como base um núcleo de participantes que contribuem regularmente com um valor monetário, onde a totalidade ou parte desse valor é atribuído a cada contribuinte à vez. E os aspetos como o respeito, as obrigações, o compromisso e a solidariedade estão na base deste tipo de prática (Trindade, 2019).

Por outro lado, o *xitiki* traduz formas de uma economia solidária baseada na entre-ajuda das mulheres, mas também constitui um espaço seguro onde as mulheres convivem, partilham comida, presentes, os seus sentimentos e as suas preocupações. Como argumenta Trindade (2015) no seu trabalho de pesquisa *Xitiki é Compromisso*: *Os Sentidos de uma Prática de Sociabilidade na Cidade de Maputo, Moçambique*, é necessário reconhecer a ideia de que o *xitiki* não consiste apenas numa forma de poupança e crédito rotativo.

“Tendo como objectivo inicial, muitas vezes, a poupança em si, grande parte dos grupos – inclusive os por mim pesquisados – logo atribuem outros sentidos à prática. Podemos dizer, então, que não só as transacções económicas (poupança) coexistem com relações íntimas (família e amigos), como – no caso dos xitikis observados - o dinheiro efectivamente cria relações de intimidade, amizade e solidariedade, relações essas que colocam em circulação o próprio dinheiro, família, informação, comida, presentes, casas e afectos” (Trindade, 2015: 147-148).

“O xitiki mostra como o papel das mulheres é importante na organização e dinamização deste tipo de prática, na dinamização de uma certa economia centrada em redes de solidariedade, reciprocidade e ajuda mútua. As mulheres apresentam-se como as

¹³ O Fundo de Desenvolvimento do Distrito (FDD) foi introduzido em 2006, atribuindo sete milhões de meticais a cada um dos 128 distritos existentes na altura em Moçambique (em 2017, com 154 distritos). O fundo serve para apoiar, em termos de crédito, pequenos empreendedores locais (Agy, 2018). Segundo Capaina (2017) apud Agy (2018), existe uma preocupação com aspectos de género na atribuição do FDD, mas permanece uma relativa discriminação sexual em relação ao valor que é atribuído às mulheres.

maiores participantes destas práticas tradicionais. O fato de serem as mulheres as maiores praticantes e dinamizadoras mostra como esta é uma prática que, fora do controlo dos familiares, mais propriamente do marido, possibilita que elas tenham poder de administração do seu dinheiro, podendo fazer planos com o que vão receber, geralmente relacionados com o bem-estar dos filhos e de outros familiares próximos.” (Trindade, 2019: 27-28).

Na verdade, a prática do xitiki por mulheres, especialmente por mulheres rurais, revela uma forte ligação com as questões eco-feministas, pois como refere Mies & Shiva (2014), esse é um confronto direto com a lógica institucional das empresas de assistência técnica e das instituições bancárias, e também um confronto com os maridos e companheiros, que resistem a mudar a sua visão patriarcal.

Em Moçambique, independentemente de a região ser patrilinear ou matrilinear, o sistema patriarcal predomina, e em geral as mulheres vivem uma relação de subordinação aos homens (Bicchieri, 2013). No entanto, as mulheres querem ser as interlocutoras diretas no caso da assistência técnica agrícola, querem insumos para melhorar a produção agrícola, querem ser as titulares dos financiamentos bancários para os seus empreendimentos, definir onde e como gastar os recursos obtidos com a renda familiar, para a qual todos os membros da família contribuem, e não apenas o pai/marido/companheiro.

Segundo Mosca (2017), no que respeita às opções políticas em Moçambique, a questão é saber se as ideologias dominantes optaram por políticas adversas de forma consciente ou se a política será mesmo a de não ter política agrária. Esta é caracterizada pela prática de políticas assentes em recursos da cooperação ou de priorização do investimento directo estrangeiro em recursos naturais e outros produtos primários de exportação. Este tipo de crescimento configura um padrão de acumulação centrado no exterior, em multinacionais e na elite, directamente e indirectamente, relacionada com o poder, reforçando os mecanismos de reprodução da dependência e do “subdesenvolvimento” (Mosca, 2017).

Estes movimentos sociais *grassroots* compõem apenas um lado da discussão sobre a validade eco-feminista em Moçambique. Esta só terá maior peso, se as reivindicações dos movimentos sociais forem atendidas a nível local e institucional. Quando os programas e estratégias nacionais agrárias e anti-pobreza incluírem verdadeiramente as mulheres rurais, e as alternativas social-ecologicamente sustentáveis e justas.

4.4. Agroecologia e eco-feminismo em Moçambique

Se a luta pela soberania alimentar em Moçambique está relacionada com a resistência ao agronegócio - sob o “signo” orientador da Nova Revolução Verde, o eco-feminismo serve então uma lente de análise ao modelo capitalista na agricultura. Sendo que a crítica a este modelo reside na marginalização histórica das mulheres e também dos pequenos agricultores e camponeses, na expropriação de terras, na degradação de recursos naturais e ecossistemas e no rompimento de saberes tradicionais sustentáveis.

A importância das lutas das mulheres rurais moçambicanas será analisada nesta secção pelo prisma do eco-feminismo, especificamente as resistências através das práticas agroecológicas.

Em 2008, em Maputo, a Via Campesina realizou a sua quinta conferência internacional intitulada “Alimentando o Mundo e Alimentando o Planeta”. E foi nesta conferência que foi elaborada uma carta de política alimentar “Uma Carta Aberta de Maputo”, que incluía um pedido de um novo programa de ação sob o lema “soberania alimentar é sobre o fim da violência contra as mulheres” (Navarro & Desmarais, 2009).

Na Declaração de Maputo, A Via Campesina afirma:

“Uma questão ficou muito clara nesta V Conferência, é que todas as formas de violência que as mulheres enfrentam nas nossas sociedades - entre elas, a violência física, económica, social, cultural e machista, e a violência baseada nas diferenças de poder - também estão presentes nas comunidades rurais. Reconhecemos as relações íntimas entre o capitalismo, o patriarcado, o machismo e o neoliberalismo, em detrimento das lutas de mulheres camponesas e homens camponeses de todo o mundo. Reconhecemos o papel central das mulheres na agricultura para a autossuficiência alimentar e a relação especial das mulheres com a terra, com a vida e com as sementes.” (Via Campesina, 2008: 2).

Tendo em consideração o papel das mulheres na economia alimentar, a soberania alimentar pressupõe nivelar as relações de poder entre homens e mulheres desde o país de origem até ao nível internacional (Patel, 2007). Sendo assim essa é a grande promessa da soberania alimentar.

Por outro lado, de acordo com a UNAC (2010), uma crise alimentar segue outra num padrão regular, e estas crises movem-se em direção a países como Moçambique. Porém, os países que seguem um modelo de produção excedente, no entanto grande parte da sua população passa

fome, demonstra o problema em questão. E este cenário é igualmente ressaltado pela Via Campesina (2008):

“As principais teses do neoliberalismo estão a ser despojadas da sua legitimidade na opinião pública (...) instituições financeiras internacionais (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Organização Mundial do Comércio) mostram-se incapazes de administrar a crise (além de estarem entre as causas da mesma crise). Todos os dias fica mais claro que o regime global corporativo de alimentos não é capaz de alimentar a grande maioria das pessoas neste planeta, enquanto a soberania alimentar baseada na agricultura camponesa é mais necessária do que nunca.” (Via Campesina, 2008: 2).

Adicionalmente, o Fórum Moçambicano das Mulheres Rurais (FOMMUR) exemplifica esta visão, ao criar mecanismos de pensar as mulheres como sujeitos políticos, que podem fazer um diálogo como decisoras do seu próprio destino. No contexto da Nova Revolução Verde, a chegada de novos investimentos estrangeiros significa a introdução de sementes geneticamente modificadas (GMO), o que põe em risco o meio ambiente, a saúde das mulheres rurais, mas também a soberania alimentar (FOMMUR, 2019).

Contudo, as camponesas moçambicanas, continuam a usar as sementes nativas, as quais não dependem do mercado ou de qualquer outro sistema convencional de conhecimento para a sua produção. Isto significa que elas sempre tiveram os seus sistemas sustentáveis de gestão de sementes. No actual contexto caracterizado pela chegada de grandes investimentos no sector agrícola, o agronegócio, com o aval das autoridades governamentais, verifica-se uma crescente tendência que visa forçar as camponesas a usar as sementes industriais denominadas híbridas com maior enfoque para as sementes de culturas de exportação como a soja, algodão e etc. Esta tendência está a semear preocupação no seio das mulheres camponesas (FOMMUR, 2019).

Para as mulheres rurais, mais do que um simples meio de produção, a semente é também um meio de transmissão de conhecimento, pois ela é passada de geração para geração, carregando a história dos antepassados. Ao explicar como deve ser usada e conservada, esta passará a ser um meio de preservação de hábitos culturais de produção de uma determinada geração para outra e por isso elas as definem a semente como a identidade e fonte de renda.

“Não queremos sementes híbridas, queremos as sementes nativas que herdamos dos nossos bisavós e avós. Com eles aprendemos técnicas de conservação natural. As sementes dizem de onde viemos. Tem a nossa identidade a nossa história que mais tarde iremos ensinar aos nossos filhos. Só temos terra para plantar hoje porque os nossos

antepassados cuidaram”, defende Teresa Mboa, camponesa da Manhiça e Membro do FOMMUR (FOMMUR, 2019:12).

“As nossas sementes são geneticamente puras, resistentes a certo tipo de doenças, seca e a mudanças climáticas. E nós não temos condições para comprar sementes todos os anos. É por isso que fazemos a troca de sementes entre nós”, afirma Rebeca Mabui, membro do FOMMUR (FOMMUR, 2019: 12).

Em Moçambique, as mulheres camponesas lutam contra o agronegócio, resgatando um modelo agroecológico que posiciona Moçambique no caminho do desenvolvimento sustentável. Estas mulheres defendem as sementes nativas face às sementes híbridas, defendem a terra como recurso e como e conexão cultural, apoiando a alimentação local saudável (Monjane, 2015).

Os métodos agroecológicos de cultivo sempre fizeram parte da vida social e cultural das comunidades rurais moçambicanas. Para fortalecer estas práticas face à agricultura empresarial, a União dos Agricultores de Moçambique, UNAC, promove há vários anos as práticas da agroecologia, como a conservação de sementes nativas e sistemas locais de produção alimentar. As mulheres desempenham um papel fundamental em muitas das iniciativas da UNAC (Monjane, 2015).

Um exemplo da prática da agroecologia pode ser encontrado na aldeia de Namaacha, que está localizada na Província de Maputo, fazendo fronteira com a Suazilândia. Grande parte dos produtos alimentares é importada dos países vizinhos de Moçambique, como a Suazilândia e a África do Sul fazendo com que a região da Namaacha seja inundada com produtos destes países. O que faz com que esses mesmos produtos alimentícios contêm produtos químicos (Monjane, 2015).

As mulheres organizaram-se e desenvolveram organizações de produtores locais de acordo com os princípios agroecológicos (Monjane, 2015). A Associação dos Produtores de Morangos da Namaacha com a sigla APNOMA foi uma das associações desenvolvidas pelas mulheres maioritariamente por viúvas e familiares (Monjane, 2015).

É importante salientar que a produção é feita para consumo próprio e para venda nos mercados locais da Namaacha. A sua produção é baseada num modelo que divide a terra em lotes individuais e comunitários. Do lote da comunidade, uma parte da produção vai para cada membro e sua família, e o restante é canalizado para o mercado local de Namaacha. A vantagem de ter uma machamaba coletiva é que os camponeses compartilham conhecimentos uns com os outros (Monjane, 2015).

Com o apoio da UNAC, as associações de produção local foram vantajosas e de grande apoio às mulheres na diversificação das culturas como a produção de cebola, tomate, repolho, alface e cenoura. Assim conseguem produzir culturas diferentes com técnicas agrícolas baseadas na biodiversidade, quando anteriormente, só produziam morangos para vender na capital do país. A co-fundadora da APNOMA afirma que desde que passou para a agroecologia tem economizado mais dinheiro na produção, principalmente porque evita o custo dos produtos químicos. Isso permitiu-lhe colocar os filhos na escola e ajudou-lhe com as despesas diárias (Monjane, 2015).

Existe em Moçambique um choque entre o agronegócio e as produções de culturas locais para a comunidade. As organizações como a APMONA surgem neste contexto de luta e resistência contra o agronegócio. A produção capitalista do agronegócio faz produção de culturas, na base das monoculturas nomeadamente a produção de soja, cana-de-açúcar, milho destinada aos mercados internacionais sem ter em consideração a necessidade de alimentação local, fazendo com que estas empresas de agronegócio tenham concessões para a produção na terra de quase tempo indeterminado (Monjane, 2015).

Outra associação que apoia as práticas de agroecologia é a Associação Justiça Ambiental (JÁ!), que auxilia associações de mulheres das comunidades de Limbue, Nvava, Namadoe e Nangaze, província da Zambézia, para a diversificação da produção agrícola e partilha de saberes locais. A JÁ! trabalha com estas organizações desde 2009, sempre com o intuito de capacitá-las com vários tipos de formação agrícola, como criação de galinhas, produção de mel, horticultura agroflorestal e a criação de um banco de sementes de gestão comunitária, assegurando a conservação da Floresta do Monte Mabu (Justiça Ambiental, 2020).

De acordo com a diretora geral da JÁ!, Anabela Lemos, as expropriações das terras sobre as comunidades pesqueiras e camponesas é retirar o “direito à vida” a estas comunidades criando maior pobreza que por consequência contribui para a redução do acesso à educação, à saúde, ou seja, é retirada os bens essenciais destas comunidades (Lemos, 2018). Por outro lado, a autora refere que investir na educação, na saúde, nas energias renováveis, no apoio à agroecologia, na descentralização dos processos de produção, na conservação dos ecossistemas e recursos naturais seria um caso exemplar em África (Lemos, 2018).

Por outro lado, por meio da Assembleia de Mulheres Rurais, as mulheres da UNAC promovem ações que desafiam o governo exigem responsabilização política pelas condições precárias dos pequenos agricultores e camponeses face ao agronegócio. Essas ações refletem uma resistência

à hegemonia do “discurso do desenvolvimento”, promovido por iniciativas referidas anteriormente como o AGRA (Monjane, 2015).

Assim, de acordo com Monjane (2019), a agroecologia como ciência, prática e movimento político e social na produção agrícola é uma prática que remonta há vários séculos, praticada por povos indígenas do mundo inteiro, é essencial e fundamental para soberania alimentar.

Porém, como afirma Holt-Giménez (2016) a questão não é apenas como é possível expandir a agroecologia ou mesmo como é que a agroecologia pode mudar o sistema alimentar, mas sim, como a agroecologia pode ajudar a transformar o próprio capitalismo.

Pois a luta pela soberania alimentar tem como objetivo o acesso democrático e justo à terra e aos recursos pelos principais agentes da produção agrícola, os pequenos agricultores, mulheres e homens. E a escolha dos diferentes movimentos e das várias associações camponesas em usar a agroecologia como lógica de desenvolvimento agrícola mais equitativo e sustentável, ilustra como é possível re-imaginar e reconstruir um mundo que é habitável e compartilhável por todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma análise crítica eco-feminista às transformações agrárias em Moçambique demonstra uma contribuição importante para abordar a problemática da segurança alimentar. O eco-feminismo aqui descrito assume-se como uma lente de análise ao desenvolvimento agrícola e sistemas alimentares. Isto, porque a ecologia política feminista envolve-se criticamente com os sistemas alimentares globais, desafiando os modelos neoliberais de transformação agrária. Podendo assim, o eco-feminismo ampliar o trabalho dos movimentos agrários rurais de base, dos pequenos agricultores em Moçambique, principalmente das mulheres, oferecendo alternativas para a crise ecológica, económica e democrática que o país enfrenta.

As Revoluções Verdes que significaram uma mudança da agricultura de subsistência para uma agricultura industrializada, e o cultivo comercial de monoculturas, foram importantes para o pensamento sobre o crescimento económico e a segurança alimentar. No entanto, há evidências crescentes de que essa visão que dominou as trajetórias de desenvolvimento no último século, possa ter falhado em várias frentes. O cultivo extensivo de monoculturas tornou a agricultura mais vulnerável a pragas, doenças e secas, muitas vezes levando à dependência de pesticidas e fertilizantes produzidos pelas mesmas empresas que vendem as sementes comerciais para os países. E por outro lado, exacerbou desigualdades no meio rural como a pobreza e a fome.

A Nova Revolução Verde em África, tem o mesmo cariz de expansão agrícola do seu antecessor, cuja intenção é aumentar a produtividade e diminuir a insegurança alimentar. Contudo, a problemática da segurança alimentar não pode apenas ser reduzida a uma questão de falta de alimentos, mas sim no acesso aos alimentos.

Em Moçambique, a agricultura é a base da segurança alimentar, e as comunidades rurais estão em situação de extrema vulnerabilidade, sendo que mulheres apesar de corresponderem à maioria, em termos de força de trabalho no campo, são também as que menos têm acesso à terra. Estas desigualdades de género têm um impacto negativo não apenas na vida das mulheres, mas também na dos seus filhos, famílias, comunidades e, finalmente, na sociedade como um todo.

A criação de políticas públicas, programas e leis que promovem a igualdade de género é frequentemente mencionada como um aspeto fundamental das estratégias para alcançar a segurança alimentar e o desenvolvimento económico sustentável. Contudo, a segurança alimentar como um objetivo político simplesmente não é suficiente para olhar para a produção

de alimentos e as condições socioeconômicas que transportam os alimentos do agricultor para a “mesa” do consumidor. A construção de um mundo com base na segurança alimentar pode não alcançar a participação democrática oferecida pela soberania alimentar, já que a segurança alimentar estabelece um padrão limitante.

Nesta análise eco-feminista, a soberania alimentar constitui um pilar fundamental, na medida em que revela as falhas na segurança alimentar como objetivo em si. E uma questão que demonstra claramente a importância do eco-feminismo africano é a ameaça à biodiversidade de sementes. As sementes híbridas destinadas a maximizar os rendimentos, não são concebidas para serem replantadas, o que significa que os agricultores devem comprar novas a cada temporada. Este cenário recai ainda mais nas mulheres, que sendo consideradas as “guardiãs” do conhecimento tradicional sobre as sementes, a sua seleção, armazenamento e plantio, perdem a sua autonomia nos processos de desenvolvimento agrícola.

Além de que, a comercialização das sementes híbridas, pode não apenas reduzir a variedade genética de culturas, mas também pode comprometer a resiliência climática, a soberania alimentar, devido à presença de monopólios de empresas multinacionais no mercado global de alimentos.

Sendo que a agricultura do atual modelo de desenvolvimento representa um dos setores que contribui para a perda de biodiversidade, o eco-feminismo alerta para a necessidade de transição para sistemas alimentares mais sustentáveis e justos. As alianças de solidariedade dos movimentos agrários para com as mulheres, defendem a revalorização da agroecologia como um bem global, opondo à “corporativização” da agricultura e aspiram a abranger todos os pequenos agricultores.

Em Moçambique, a agroecologia tem fomentado a tomada de decisão compartilhada a nível familiar, uma vez que promove papéis complementares não restritivos para mulheres e homens. E através desta partilha de ideias e conhecimento, as mulheres ganham a capacidade de organizarem-se e fazerem *lobby* por políticas agrícolas favoráveis junto das estruturas governamentais. As organizações da sociedade civil e movimentos de base e associações como a Via Campesina, UNAC, APNOMA, FOMMUR e JÁ! revelam a oportunidade da soberania alimentar como a força motriz de um movimento de reforma global e uma estrutura alternativa aos regimes agrários existentes.

As mulheres demonstram que são capazes de construir sistemas agrícolas resilientes baseados em práticas agroecológicas que não apenas melhoram a produção de alimentos, mas também estão em harmonia com a natureza. Através da agroecologia, os direitos das mulheres são salvaguardados. Existindo assim, uma participação plena na vida social e política da comunidade, garantindo o acesso igual e equitativo e o controle da terra, da água, das sementes e demais meios de produção com autonomia e liberdade. Além disso, a agroecologia promove a coletividade, facilitando novas relações de género e desconstruindo os entraves patriarcais. Assim, as mulheres rurais que lutam pela soberania alimentar, ao resistir ao agronegócio e ao adotarem a agroecologia, que protege os seus direitos e preserva a biodiversidade, estão a elucidar uma ética eco-feminista.

No entanto, as práticas agroecológicas em Moçambique são ainda residuais, e estes movimentos e organizações contribuem com apoio e conhecimento técnico, mas não têm margem de contribuição efetiva na mudança de paradigma agrícola nacional. Além de que a atual economia política do país não permite a construção de um posicionamento a favor da agricultura familiar e agroecologia em termos de políticas agrárias nacionais. Isto porque o orçamento do Estado depende dos seus credores e doadores internacionais e o financiamento no desenvolvimento agrícola de investidores como a Fundação Bill & Melinda Gates exerce uma pressão sobre o governo no sentido de desenvolvimento de políticas e estruturas viradas para o mercado. Assim, o foco está na promoção de pacotes tecnológicos para a agricultura intensiva de larga escala, que incluem sementes híbridas, pesticidas, e o cultivo para exportação. O que torna a relação agricultor-empresa mais importante que a relação agricultor-soberania alimentar.

Ainda assim, a promoção da agroecologia pode ser um caminho para assegurar não só a segurança alimentar, mas também o controle democrático e justo dos sistemas alimentares pelos pequenos produtores moçambicanos. Através da agroecologia é possível construir-se um movimento amplo e democrático, comprometido com a defesa da agricultura familiar, a soberania alimentar e a luta pela terra, território, justiça, igualdade e dignidade para mulheres e homens moçambicanos. E isto só será possível com a participação ativa do Estado. Uma reestruturação nas instituições do Estado que promova estratégia eficientes para práticas como a agroecologia, pode ser interessante não como uma meta a alcançar, mas como um objetivo político. Como passo para pensar-se numa transição para sistemas alimentares mais sustentáveis. Tendo em consideração os desafios endógenos e exógenos das populações locais.

Pois é importante não romantizar as propostas eco-feministas apesar do progresso ideológico, político e legislativo feito até agora. É necessário compreender a realidade do país, de cada região, localidade, aldeia para realmente trabalhar com base na sustentabilidade ambiental e justiça social e económica. Os conceitos da soberania alimentar e a da agroecologia são emancipadores, no entanto as condições para que se concretizem são um desafio nacional e global.

Por outro lado, as críticas ao eco-feminismo essencialista sejam válidas, na medida em que a identificação das mulheres com a natureza é em si, problemática pois reforça conceitos e papéis femininos tradicionais como “maternal” e “cuidadora”. Contudo, as mulheres têm experiência agrícola especializada, pois o seu trabalho reproduz as condições materiais da vida diária, das suas estratégias de adaptação em função de uma lógica de cuidado. O cuidado não surge do essencialismo ontológico, mas das condições materiais que remetem as mulheres às responsabilidades de subsistência.

Deste modo, o eco-feminismo ao afirmar que a opressão das mulheres e a degradação do ambiente, assim como as desigualdades sociais têm todas uma base capitalista e patriarcal, está também a retratar realidades que existem como tal.

Essa consciência não pressupõe responsabilizar os homens por toda a problemática ambiental e climática. Mas sim, que a lógica económica dominante, cujo o centro é o ser humano e o “homem”, tende a oprimir todos os seres vivos, e é principalmente duro com os mais pobres, as mulheres e crianças. Sendo assim fundamental que as iniciativas de desenvolvimento sejam orientadas tanto para mulheres como para homens. Pois o eco-feminismo enfatiza a superação dos dualismos estabelecidos e das falsas dicotomias, construindo reais parcerias centradas na agroecologia dentro de um movimento agrícola politicamente transformador para a soberania alimentar.

E embora o conceito de eco-feminismo surja de forma endógena em discursos e práticas dos movimentos de base e organizações da sociedade civil em Moçambique, este ainda se encontra bastante ligado às narrativas de países da América Latina e países de língua Inglesa em África. Por isso, mais investigação será necessária para aprofundar o conhecimento das perspetivas eco-feministas em Moçambique. Sendo que uma análise com componentes quantitativos e qualitativos em diferentes zonas do país poderá acrescentar valor a este tema de investigação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Agy, A. R. (2018) *Desigualdades de Género em Contextos Rurais em Moçambique: Estudos de Caso em Localidades na Província de Nampula*. Conferência “Desafios da investigação social e económica em tempos de crise”, IESE, em Maputo, 19-21 de Setembro de 2017.
- Agy, A. R. (2020) *Pobreza No Meio Rural: Situação De Famílias Monoparentais Chefiadas Por Mulheres*. Observador Rural Nº 83 Janeiro De 2020. Disponível em «www.Ommz.Org» acessado a 3 de setembro.
- Altieri & Nicholls (2005) *Agroecology and the Search for a Truly Sustainable Agriculture*. University of California, Berkeley. United Nations Environment Programme. Environmental Training Network for Latin America and the Caribbean. Boulevard de los Virreyes 155, Colonia Lomas de Virreyes 11000, Mexico D.F., Mexico. ISBN 968-7913-35-5
- Altieri, M.A. (1995) *Agroecology: the science of sustainable agriculture*. Westview Press, Boulder.
- Amadiume, I. (1987). *Male daughters, female husbands: Gender and Sex in an African Society*. London, Zed Books.
- Amanor, K. S. & Chichava, S. (2016) *South–South Cooperation Agribusiness and African Agriculture Development: Brazil and China in Ghana and Mozambique*. Elsevier Ltd, World Development Vol.81, pp.13-23.
- Amélia, L.; Araujo, S.; Domingos, M.; Jaime, U.; Marques, S.; Menezes, C.; Meque, P.; Monjane, V.; Muthemba, L.; Nhachote, R.; Siteo, Y.; Uaciquete, M. (2011). *Movimento Feminista em Moçambique*. Madri: Nawey. Disponível em Disponível em «<http://www.nawey.net/wp-content/uploads/downloads/2012/11/Movimento-Feminista-em-Mo%C3%83%C2%A7ambique.pdf>» Acessado a 12 de Setembro de 2020
- Annan, K. (2007) *Remarks on the Launch of the Alliance for a Green Revolution in Africa at the World Economic Forum*” in *Taking Sides: Clashing Views on African Issues*, ed. William G. Moseley (New York: McGraw-Hill, 2012), 221.
- Ardener, S. & Burman, S. (1995) *Money Go-Rounds: The importance of rotating savings and credit associations for women*. Oxford: Berg Publications Limited, 1995. 320p.
- Arndt, C., R. Benfica, & J. Thurlow (2011). ‘*Gender Implications of Biofuels Expansion in Africa: The Case of Mozambique*’. *World Development*, 39(9): 1649–1662.
- Arnfred, S. (1988) *Women in Mozambique: Gender Struggle and Gender Politics*. *Review of African Political Economy*, 41, pp. 5–16.
- Arnfred, S. (2014) *Sexuality and Gender Politics in Mozambique*. London, James Currey.
- Banco Mundial (2004) *The CGIAR at 31: An Independent Meta-Evaluation of the Consultative Group on International Agricultural Research*. Washington, D.C., The World Bank: 220.
- Banco Mundial (2006). *World Development Data: Mozambique*. Disponível em «<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/COUNTRIES/AFRICAEXT/MOZAMBIQUEEXTN/0,,menuPK:382138~pagePK:141159~piPK:141110~theSitePK:382131,00.html>» Acessado a 4 de setembro de 2020. Washington, DC.

- Banco Mundial (2009) *Awakening Africa's sleeping giant: Prospects for commercial agriculture in the Guinea savannah zone and beyond*. Washington, DC: World Bank.
- Banco Mundial (2016). *Accelerating Poverty Reduction in Mozambique: Challenges and Opportunities*. Retrieved from <http://www.worldbank.org/en/country/mozambique/publication/accelerating-poverty-reduction-in-mozambique-challenges-and-opportunities>
- Barbosa Filho, E. & Rocha, S. (2018). “Três Décadas de Neoliberalismo e de Lutas Contra a Epidemia de HIV/Aids na Periferia Capitalista: uma análise crítica da África do Sul, Brasil e Moçambique”. In: ROCHA, Solange; VIEIRA, Ana Cristina de Souza; BARBOSA FILHO, Evandro Alves (Orgs.). *HIV/Aids e as Teias do Capitalismo, Patriarcado e Racismo: África do Sul, Brasil e Moçambique*. Recife: EDUFPE, 2018. p. 27-154.
- Bassermann, L. & Urhahn, J. (2020) *False promises: The Alliance for a Green Revolution in Africa (AGRA)*. Rosa Luxemburg Stiftung, INKOTA-netzwerk. Report is based on research commissioned from Timothy A. Wise, Tufts University. Publisher Biodiversity and Biosafety Association of Kenya (BIBA), Kenya. 42 Pp. Disponível em <https://www.rosalux.de/fileadmin/rls_uploads/pdfs/Studien/False_Promises_AGRA_en.pdf> Acessado a 22 de setembro de 2021.
- Beauvoir, S. (1964). *The second sex*. London, Harper Collins
- Bicchieri, M. & Ayala, A (2017) *Legal pluralism, women's land rights and gender equality in Mozambique: Harmonizing statutory and customary law*. Food and Agriculture Organization of the United Nations. Rome.
- Bicchieri, M. (2013). *Igualdade de Género e Direito à Terra e aos Recursos Naturais: Guia técnico para agentes de desenvolvimento*. Fundo das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), Maputo, 2013.
- Brito, L., Chaimite, E., Pereira, C., Posse, L., Sambo, M., & Shankland, A. (2015). *Revoltas da Fome: Protestos populares em Moçambique (2008–2012)*. Cadernos IESE 14P. Maputo: IESE.
- Brownhill, L. & Turner, T. E. (2019) *Ecofeminism at the Heart of Ecosocialism*, *Capitalism Nature Socialism*, 30:1, 1-10, DOI: 10.1080/10455752.2019.1570650
- Brownhill, L. (2007) *Gendered Struggles for the Commons: Food Sovereignty, Tree-Planting and Climate Change*. Women and Environments International, Special Issue on Women and Global Climate Change, No. 74/75, Spring/Summer 2007, pp. 34-37. Disponível em <<http://lbrownhill.com/docs/GenderedStruggle.pdf>>. Acessado a 27 de abril de 2021.
- Budlender, D. & Alma, E. (2011) *Women and land: securing rights for better lives*. International Development Research Centre (IDRC). Ottawa
- Butler, J. (2006). *Gender trouble: Feminism and the subversion of identity*. London, Routledge.
- Cabral, L. (2009). *Sector budget support in practice desk study agriculture sector in Mozambique*. London: ODI.
- Calle Collado, A., & D. Y Gallar. (2010) *Agroecología Política: Transición social y campesinado*. Pernambuco: VIII Latin American Congress of Rural Sociology. Pernambuco.
- Carlassare, E. (1999) *Essentialism in Ecofeminist Discourse*, in *ECOLOGY: KEY CONCEPTS IN CRITICAL THEORY*, 220 (Carolyn Merchant ed.,1999).

- Casimiro, I. & Souto, A. (2010). *Movimento Associativo e Acesso a Fundos de Desenvolvimento Local*. Maputo, 2010.
- Casimiro, I. (1986) *Transformação nas Relações Homem/Mulher em Moçambique, 1960-74*. Tese de Licenciatura em História. Departamento de História, Faculdade de Letras, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo.
- Casimiro, I. (2001) *Repensando as Relações entre Mulher e Homem no tempo de Samora*, p. 22
- Casimiro, I. (2004). *Paz na Terra, Guerra em Casa: feminismo e organizações de mulheres em Moçambique*. Maputo: PROMÉDIA.
- Castel-Branco, C. (2008) *Notas de Reflexão sobre a “Revolução Verde”*: Contributo para um Debate. Discussion Paper nº 02/2008 IESE
- CEDAW (2005). *Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination Against Women CEDAW/C/MOZ/1-2. Consideration of reports submitted by States parties under Article 18 of the Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women*. Combined initial and second periodic reports of States parties. Mozambique Disponível em «<http://daccessdds.un.org/doc/UNDOC/GEN/N05/605/40/PDF/N0560540.pdf?OpenElement>» acessado a 22 de setembro de 2020. New York, USA.
- Chan, S. (1991) *War and Consequences in Southern Africa*, in Southern African. Review of Books, London.
- Chigono, M. (2015) *Women, War and Peace in Mozambique: The case of Manica Province*. ACCORD - The African Centre for the Constructive Resolution of Disputes. AJCR 2015/1. Durban, South Africa. Disponível em «<https://www.accord.org.za/ajcr-issues/women-war-and-peace-in-mozambique/>» Acessado a 27 de Agosto de 2020.
- Clark, T. (2011) *The Cambridge Introduction to Literature and the Environment*. Cambridge UP.
- Comissão de Direitos Humanos, Direitos Económicos, Sociais e Culturais (2002) *The Right to Food*, 26, U.N. DOC. E/CN.4/2002/58 (Jan. 10, 2002).
- Cuomo, C. J. (1998) *Feminism and Ecological Communities: An ethic of flourishing*. Routledge. 11 New Fetter Lane, London EC4P 4EE
- D'Cruz, C. (1990) *Ecofeminism as Practice, Theory, Discourse: An Archaeological and Genealogical Study* (Thesis, Communication Studies, Murdoch University, Murdoch, Western Australia, 1990), 41-42.
- Daño, E.C. (2007) *Unmasking the New Green Revolution in Africa: Motives, Players and Dynamics*. Third World Network 131 Jalan Macalister, 10400 Penang, Malaysia and Church Development Service (EED) Ulrich-von-Hassell-Strasse 76, 53123 Bonn, Germany. ISBN: 978-983-2729-08-2
- De Renzio, P., & Hanlon, J. (2007). *Contested sovereignty in Mozambique: The dilemmas of aid dependence*. GEG working paper, 25.
- Denning, G.; Kabambe, P.; Sanchez, P.; Malik, A.; Flor, R.; et al. (2009) 'Input Subsidies to Improve Smallholder Maize Productivity in Malawi: Toward an African Green Revolution', PLoS Biology 7.1: e1000023

- Dinerman, A. (2006). *Revolution, counter-revolution and revisionism in postcolonial Africa: The case of Mozambique 1975–1994*. Abingdon, Oxford and New York: Routledge.
- Eilu, T. A. (2019) *Women and Naked Protests in Uganda: Breathing new life into feminist discourse that women do not own land*. Agrarian South Network (ASN). Disponível em «http://www.agrariansouth.org/2019/07/31/women-and-naked-protests-in-uganda-breathing-new-life-into-feminist-discourse-that-women-do-not-own-land/?fbclid=IwAR38XvoopY7qSppVv3kkxvth8bqmg3JbJBem7EJJ18Qw3Qnkrwf_AvxmnoM». Acessado a 20 de Abril 2021
- Ellinger-Locke, M. (2011) *Food Sovereignty is a Gendered Issue*. Buffalo Environmental Law Journal, Vol. 18, No. 2, 2011, Disponível em SSRN: «<https://ssrn.com/abstract=2166115>» or <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2166115>. Acessado a 10 de Setembro de 2020
- Elver, H. (2020) *Critical perspective on food systems, food crises and the future of the right to food*. Report of the Special Rapporteur on the right to food, Human Rights Council Forty-third session. United Nations General Assembly. 21 January 2020 A/HRC/43/44
- Estévez-Saá, M. & Lorenzo-Modia, M. J. (2018) *The Ethics and Aesthetics of Eco-caring: Contemporary Debates on Ecofeminism(s)*, Women's Studies, 47:2, 123-146, DOI: 10.1080/00497878.2018.1425509
- FAO (2005a) *Food Security, the Right to Adequate Food and Food Sovereignty*. Food and Agriculture Organization of The United Nations (FAO). Disponível em «http://www.fao.org/eims/secretariat/right_to_food/eims_search/details.asp?lang=en&pub_id=212629». Acessado a 11 de Abril de 2021.
- FAO (2005b) *Agricultural censuses and gender: Lessons learned in Africa*. Food and Agriculture Organization of the United Nations. Rome.
- FAO (2008) *Women and the Green Revolution*. In: Women: The key to food security. Women and Population Division. Sustainable Development Department. Food and Agriculture Organization of the United Nations, Disponível em «http://www.fao.org/3/x0171e/x0171e04.htm#P281_34119» acessado a 10 de Setembro de 2020.
- FAO (2009) *Projet GCp/INT/052/SPA Mozambique: Direitos da terra e da água e género*. March, 2009. André Jaime Calengo. Maputo, Mozambique.
- FAO (2010) *Guião para a integração da perspectiva de género na legislação relativa a terra e águas em Angola, Cabo Verde e Moçambique*. FAO legal papers online PP.16.
- FAO (2013a) *Food Security and Sovereignty*. The Food and Agriculture Organization of the United Nations, PP 41.
- FAO (2013b) *Right to Food and Food and Nutrition Security in the CPLP Countries: Assessment Report*. Food and Agriculture Organization of the United Nations Rome, E-ISBN 978-92-5-107755-9, PP.68.
- FAO (2017) *Agribusiness, value chains and the rapid transformation of agrifood systems*. Food and Agriculture Organization of the United Nations, Disponível em «<http://www.fao.org/3/i6811e/i6811e.pdf>» acessado a 22 de Setembro de 2021.

- FAO, IFAD, UNICEF, WFP & WHO (2020) *The State of Food Security and Nutrition in the World (SOFI): Transforming food systems for affordable healthy diets*. Publisher: FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO. Rome, Italy. ISBN: 978-92-5-132901-6. 320 p.
- Ferrão, J.; Bell, V.; Cardoso, L.A. & Fernandes, T. (2018) *Agriculture and Food Security in Mozambique*. Journal of Food, Nutrition and Agriculture 1(1) 7-11, Doi.: 10.21839/jfna.2018.v1i1.121 © 2018 Phoenix Research Publishers
- FOMMUR (2019) *Conferência Nacional da Mulher Rural “Ampliando Vozes, fortalecendo o Movimento das Mulheres Rurais para Defesa da Terra, Recursos Naturais e Sementes”*. Boletim Especial da Conferência Nacional das Mulheres Rurais. Fórum Moçambicano das Mulheres Rurais (FOMMUR). Disponível em «<http://forumulher.org.mz/wp-content/uploads/2020/01/Boletim-Informativo-Especial-das-Mulheres-Rurais.pdf>» Acessado a 12 de Setembro de 2020.
- FOMMUR (2020) *Dossiê Mundos de Mulheres 2021: Pensamentos Feministas Afro-Moçambicanos – Ativismos*. Fórum Moçambicano das Mulheres Rurais (FOMMUR). Revista Estudos Feministas, vol. 28, núm. 1, 2020. Centro de Filosofia e Ciências Humanas e Centro de Comunicação e Expressão da Universidade Federal de Santa Catarina. DOI: 1806-9584-2020v28n168333. Disponível em «<https://www.redalyc.org/jatsRepo/381/38163841038/html/index.html>» acessado a 12 de Setembro.
- Ford, L. (2002). *Women and politics: The pursuit of equality*. New York, Houghton Mifflin.
- FRC (2016) *Ecofeminism, Food & Social Justice Seminars*. The Food Research Collaboration. Centre for Food Policy. University of London. Disponível em «<https://foodresearch.org.uk/food-policy-briefings/>» Acessado a 05 de Maio de 2021.
- Furquim, F. M. (2017) *A Permanência do Lobolo e a Organização Social*. Universidade Federal do Paraná na linha de pesquisa Espaço e Sociabilidades. Brasil.
- Gaard, G. & Gruen, L. (1993) *Ecofeminism: Toward Global Justice and Planetary Health*. Society and Nature 2:1 (1993), 1-35. Disponível em «https://www.academia.edu/32438639/Ecofeminism_Toward_Global_Justice_and_Planetary_Health» Acessado a 7 de abril de 2021
- Gaud, W.S. (1968). *The Green Revolution: Accomplishments and Apprehensions*. AgBioWorld. Disponível em «<http://www.agbioworld.org/biotech-info/topics/borlaug/borlaug-green.html/>» Acessado a 05 de Maio de 2021.
- Giraldo, O. F. (2016) *Convivialidad y agroecología*. Susan Street. *Con ojos bien abiertos: Ante el despojo, rehabilitemos lo común*, Guadalajara.
- Giraldo, O. F. (2018) *Ecología política de la agricultura*. Agroecología y posdesarrollo. San
- Glazebrook, T. (2002) *Karen Warren's Ecofeminism*. Ethics & The Environment 7, no. 2: 12. Academic Search Complete, EBSCOhost (accessed December 9, 2016).
- Goettlich, P. (2000) *The Green Revolution – A Critical Look* (10 Outubro 2000); <http://www.mindfully.org/Farm/Green-Revolution.htm>
- Gonzalez, C. G. (2007) *Genetically Modified Organisms and Justice: The International Environmental Justice Implications of Biotechnology*, 19 GEO. INT'L ENVTL. L. REV. 583, 595 (2007).

- Hazel, P. (2002) *Green Revolution – Curse or Blessing?*; International Food Policy Research Institute
- Holmes, C. (2016) *Ecofeminism*, Australian Feminist Studies, 31:87, 111-113, DOI:10.1080/08164649.2016.1175054
- Holt-Giménez, E. & Altieri, M. A. (2013) *Agroecology, Food Sovereignty, and the New Green Revolution*, Agroecology and Sustainable Food Systems, 37:1, 90-102, DOI:10.1080/10440046.2012.716388
- Holt-Giménez, E. (2016) “*If Agroecology Is So Great, Why Aren’t All Farmers Doing It?*” Huffington Post Blog, 8 July 2016, Web. 10 July 2016
- Holt-Giménez, E., Altieri, M. & Rosset, P. (2006); *Dez Razões pelas quais a Aliança por uma Nova Revolução Verde, promovida pelas Fundações Rockefeller e Bill & Melinda Gates, não resolverá os problemas de pobreza e fome na África Subsaariana*; Food First nº 12 (Outubro 2006)
- Holt-Giménez, E., Patel, R. & Shattuck, A. (2009). *Food rebellions! Crisis and the hunger for justice*. Oakland, CA: Food First Books.
- IFAD. (2008). *Rural Poverty Portal*, Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola é uma agência das Nações Unidas. Roma. Disponível em «<http://www.ruralpovertyportal.org/>» Acessado 30 de abril de 2021. Rome.
- Ignatova, J. A. (2017). *The ‘philanthropic’ gene: biocapital and the new green revolution in Africa*. Third World Quarterly 38, no. 10: 2258-2275. Business Source Complete, EBSCOhost (accessed November 22, 2017).
- INE (Instituto Nacional de Estatística) (2013). *Mulheres e Homens em Moçambique*. Maputo: National Institute of Statistics.
- IPBES (2019). *Global assessment report on biodiversity and ecosystem services of the Intergovernmental Science-Policy Platform on Biodiversity and Ecosystem Services*. E. S. Brondizio, J. Settele, S. Díaz, and H. T. Ngo (editors). IPBES secretariat, Bonn, Germany. 60 Pp.)
- IPC (2019) *The Integrated Food Security Phase Classification*. Disponível em «<http://www.ipcinfo.org/ipc-country-analysis/details-map/en/c/1152095/?iso3=MOZ>» acessado a 03 de novembro de 2019
- Jackson, N. & Murrey, A. (2018). *The Lives and Afterlives of Thomas Sankara*. 10.13140/RG.2.2.28031.71842. Disponível em «https://www.researchgate.net/publication/324830860_The_Lives_and_Afterlives_of_Thomas_Sankara» Acessado a 28 de abril de 2021.
- José, A. C. (2005). “*Neoliberalismo e Crise do Trabalho em Moçambique: o caso da indústria do caju*”. Revista O Cabo dos Trabalhos, Coimbra, v. 1, n. 1, p. 1-38, jan. 2005. Disponível em «https://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/n1/documentos/200611_neoliberalismo_mocambique.pdf» Acessado a 12 de Setembro de 2020.
- Justiça Ambiental (2020) *Comunidades do Monte Mabu a pôr em prática a agroecologia*. Justiça Ambiental Maputo Moçambique. Disponível em «<https://justica-ambiental.org>» Acessado a 3 de Setembro de 2020.

- Kellehe, F. (2019) *Why the world needs an African ecofeminist future*, African Argument. Oromian Economist. Disponível em «<https://oromianeconomist.com/tag/economic-models/>» acessado a 27 de Agosto de 2020.
- Kothari, U. (2005) *Chapter 3: From Colonial Administration to Development Studies: A Postcolonial Critique of the History of Development Studies*. In, *A Radical History of Development Studies: Individuals, Institutions and Ideologies*. Edited by Uma Kothari, 240 pp.
- Lemos, A. (2018) *Activismo, Carvão, Energias Renováveis, Energias Sujas, Impunidade Corporativa, Mudanças Climáticas, Recursos Naturais, Usurpação De Terra*. In: 7 Perguntas A Anabela Lemos, Directora Da Justiça Ambiental. Publicado a 21 de Dezembro de 2018. Disponível em «<https://justica-ambiental.org/?s=agroecologia>» Acessado a 3 de Setembro de 2020.
- McLeod-Kilmurray, H. (2009). *An Ecofeminist Legal Critique of Canadian Environmental Law: the Case Study of Genetically Modified Foods*, 26 WINDSOR REV. LEGAL & SOC. ISSUES 129
- McMichael, P. (2007) *Reframing development: Global peasant movements and the new agrarian questions*. *Revista Nera*, 10(10): 57–71.
- Merchant, C. (1999) *Introduction*, in *Ecology: Key Concepts In Critical Theory*, 1 (Carolyn Merchant Ed., 1999).
- Mies, M. & Shiva, V. (2014) *Ecofeminism*. Second Edition, London, Zed Books, 360 pp., ISBN 9781780325637
- MINAG (Ministry of Agriculture, Republic of Mozambique) (2005). ‘*Gender Strategy of the Agricultural Sector*’. Disponível em «<http://fsg.afre.msu.edu/mozambique/caadp/MINAGEstrategia%20de%20Genero%20do%20Sector%20agrario%20Versao%20Inglesa.pdf>» Acessado a 12 Fevereiro de 2021.
- Monjane, B. (2015) *Peasant women power in Mozambique*. First published by Farming Matters | December 2015. La Vía Campesina, based at the UNAC office in Maputo, Disponível em «<https://viacampesina.org/en/peasant-women-power-in-mozambique/>» acessado a 3 de Setembro de 2020.
- Monjane, B. (2018) *Camponeses e activistas moçambicanos reiteraram no Japão não ao ProSAVANA*. Publicado no Alice News a 2018-12-07. Disponível em «<https://alicenews.ces.uc.pt/index.php?lang=1&id=21814&fbclid=IwAR0nLSH1cnmQxWvwaj5FRcvSLcT8P1kTsjMwZ-zoTCS-cnBrkd2biAJyrJ8>» Acessado a 3 de Setembro de 2020.
- Monjane, B. (2019), *Soberania Alimentar*, Dicionário Alice. Disponível em «https://alice.ces.uc.pt/dictionary/?id=23838&pag=23918&id_lingua=1&entry=24995&fbclid=IwAR1pyBjRpSackJ2bjC18Z4Yg6Nq7XegOalbRASyhUIMP3UUnuJBprovOaYM. ISBN: 978-989-8847-08-9» Acessado a 03 de Setembro de 2020.
- Morgado, J. & Salvucci, V. (2016) *Gender divide in agricultural productivity in Mozambique*. WIDER Working Paper 2016/176. The United Nations University World Institute for Development Economics Research (UNU-WIDER) 2016. ISSN 1798-7237
- Morvaridi, B. (2012) *Capitalist Philanthropy and Hegemonic Partnerships*. *Third World Quarterly*, 33, 1191-1210
- Mosca, J. (2014) *Agricultura Familiar em Moçambique: Ideologias e Políticas*. Working paper 127. Lisboa: CESA.

- Mosca, J. (2017) *Agricultura familiar em Moçambique: ideologias e políticas*. Observatório do Meio Rural (OMR) – Maputo, Moçambique. Revista NERA Presidente Prudente Ano 20, n.º. 38 - Dossiê pp. 68-105 2017
- Moseley, W. G. (2017) *The New Green Revolution for Africa: A Political Ecology Critique* Brown Journal Of World Affairs 23, no. 2: 177-190. Business Source Complete, EBSCOhost (accessed November 22, 2017).
- Moseley, W., M. Schnurr, & R. Bezner Kerr. (2015) *Interrogating the technocratic (neoliberal) agenda for agricultural development and hunger alleviation in Africa*. African Geographical Review 7p. Scopus®, EBSCOhost (accessed November 22, 2017).
- Moyo, J.M., Bah, E-H. M., and Verdier-Chouchane, A. (2015). *Transforming Africa's agriculture to improve competitiveness*. Africa Competitiveness
- Mpfou, E. (2020) *Keeping the Struggles of Peasant Women Alive* La Vía Campesina. Publicado a 6 Agosto 2020, disponível em «<https://viacampesina.org/en/keeping-the-struggles-of-peasant-women-alive-2/>» acessado a 11 de Setembro de 2020.
- Murisa, T. & S. Moyo (2007) *Challenges and Potentialities of Agricultural Development in Africa*; Comunicação para a Conferência “Estratégias para o Desenvolvimento Agrário no Contexto da Revolução Verde” (Maputo, 17 – 18 August 2007)
- Murrey, A. (2016) “*Our stomachs will make themselves heard*”: *What Sankara can teach us about food justice today*. Pambazuka. Published in May 05, 2016. Disponível em «<https://www.pambazuka.org/food-health/%E2%80%99Cour-stomachs-will-make-themselves-heard%E2%80%9D-what-sankara-can-teach-us-about-food-justice>». Acessado a 28 de abril de 2021.
- Navarro, L. H. & Desmarais, A. (2009) *Feeding the World and Cooling the Planet: La Vía Campesina's Fifth International Conference*, Oct. 15, 2009, Disponível em «<https://viacampesina.org/en/feeding-the-world-and-cooling-the-planet-la-vcampesinas-fifth-international-conference/>» acessado a 18 de maio de 2021
- Nyabola, N. (2015) *Wangari Maathai was not a good woman. Kenya needs more of them*. African Arguments. Published in October 6, 2015. Disponível em «<https://africanarguments.org/2015/10/wangari-maathai-was-not-a-good-woman-kenya-needs-many-more-of-them/>». Acessado a 27 de abril de 2021.
- ONU Habitat, (2008) *Secure Land Rights for All*. A Global Land Tool Network publication. Nairobi: UN-HABITAT (United Nations Human Settlements Programme). Disponível em «<https://unhabitat.org/sites/default/files/download-manager-files/Secure%20Land%20Rights%20for%20All.pdf>.» Acessado a 7 de abril de 2021
- Organização Meteorológica Mundial (2019). *WMO Statement on the State of the Global Climate in 2018*. WMO-No. 1233. ISBN 978-92-63-11233-0. Pp 44.
- Oxfam (2006) *Food Aid or Hidden Dumping? Separating Wheat from Chaff*. Oxfam Briefing Paper 71.
- Oyewumi, O. (1997). *The invention of women: Making an African sense of Western gender discourses*. Minnesota, University of Minnesota Press.
- Oyewumi, O. (2015). *What Gender is Motherhood?: Changing Yoru`ba' Ideals of Power, Procreation, and Identity in the Age of Modernity*. Gender and Cultural Studies in Africa and the Diaspora. Palgrave Macmillan (2015-12-09). isbn: 9781349580514

- Pandey (2009) *Greening Garhwal through Stakeholder Engagement: The Role of Ecofeminism, Community and the State in Sustainable Development*. Sustainable Development 18, 12–19 (2010) Published in Wiley InterScience. DOI: 10.1002/sd.393.
- Patel, R. (2007) *Transgressing Rights: La Via Campesina's Call for Food Sovereignty*, 13 FEMINIST ECONOMICS 89.
- Patel, R. (2009), Raj Patel on Food Sovereignty and Women's Rights, DIGIN CANADA'S CHANNEL (Jan. 15, 2009), Disponível em « http://www.youtube.com/watch?v=cI_F9n_c4yY » Acessado a 2 de Agosto de 2020
- Plumwood, V. (1999), *Ecosocial Feminism as General Theory of Oppression*, In Ecology: Key Concepts In Critical Theory 207, 210-211.
- PRODEL (2016) *Género e Desenvolvimento Local: Uma Perspectiva para o Empoderamento Económico da Mulher Rural*. PRODEL-Programa Do Desenvolvimento Económico Local. Ministério Da Terra, Ambiente E Desenvolvimento Rural. República De Moçambique. Disponível em «http://www.prodel.gov.mz/images/documentos_das_provincias/Estudo-de-Genero-e-Desenvolvimento-Local1.pdf » acessado a 4 de Setembro de 2020.
- Quembo, C. (2017). *Poder do poder: operação produção e a invenção dos “improdutivos” urbanos no Moçambique socialista, 1983-1988*. Maputo: Alcance Editores.
- Rist, G. (1997) *The History of Development: From Western Origins to Global Faith*. 4th Edition; London: Zed Books, Print.
- Rocha, S. G; Vieira, A. C. S.; Barbosa Filho, E. A.; Casimiro, I. C. (2020) *Catanas contra o neoliberalismo-patriarcal em tempos de Aids*. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 28, n. 1, jun. 2020. ISSN 1806-9584. Disponível em «<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/1806-9584-020v28n168317/43534>». Acessado a 12 de Setembro de 2020. doi:<https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n168317>.
- Rodrigues, A., L. (2009). *A Green Revolution in Mozambique: A study about the government possibilities to launch a sustainable Green Revolution*. Tese de Mestrado. Pp 52
- Rodrigues, S. P.; Cardoso, D.; & Monjane, B. (2018) *Grande Reportagem: Moçambique: terra de todos, terra de alguns* Público, Disponível em «<https://www.publico.pt/2018/08/19/mundo/reportagem/terra-de-todos-terra-de-alguns-1840612>» Acessado a 19 Agosto de 2018.
- Rodrigues, S. P.; Cardoso, D.; Monjane, B. & Maruta, L. (2018) *Terra de todos, Terra de Alguns*. Webdocumentário. Reportagem DIVERGENTE. Journalismfund.eu, Free Press Unlimited. Disponível em «<https://terradealguns.divergente.pt/>»
- Rosset, P. (2006). *Food is Different: Why We Must Get the WTO Out of Agriculture*. London: Zed Books.
- Sanchez, P.A.; Denning, G.L. and Nziguheba, G. (2009) 'The African Green Revolution Moves Forward', Food Security 1.1: 37–44
- Sankara, T. (1984) *Thomas Sankara's speech at the 39th Assembly of the United Nations General Assembly*. In United Nations (1984), United Nations General Assembly Official Records, 20th Plenary Meeting, Thursday, 4 October 1984, at 10.40 a.m., New York, (A/39/PV.20), pp. 405-410.

- Sankara, T. (1987) *A United Front Against the Debt - "Discours sur le Front Uni Contre La Dette,"* Speech at the summit of the Organisation of African Unity conference on 29 July 1987, held in Addis Abada, Ethiopia. The basis for the present version comes from both a subtitled video recording of the address as well as a recent English translation published in Documenta 14: South as a State of Mind. Disponível em «https://www.documenta14.de/en/south/37_a_united_front_against_the_debt» Acessado a 29 de abril de 2021.
- Save the Children & FAO (2009). *Children and women's rights to property and inheritance in Mozambique: Elements for an effective intervention strategy*. Published by Save the Children in Mozambique and Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO) 64 PP. Disponível em «<http://www.fao.org/3/al131e/al131e00.pdf>» Acessado a 30 de abril de 2021.
- Scoones, I. and Thompson, J. (2011) *The Politics of Seed in Africa's Green Revolution: Alternative Narratives and Competing Pathways*. IDS Bulletin 42, no. 4: 1-23. Academic Search Complete, EBSCOhost (accessed November 22, 2017).
- Sen, A. (2000) *Development as Freedom*. Edition Alfred A. Knopf. PP. 206
- Sevilla Guzmán, E. (2006) *De La Sociología Rural A La Agroecología*. Bases Ecológicas De La Producción. Barcelona: Icaria.
- Shankland, A., & Gonçalves, E. (2016). *Imagining agricultural development in south-south cooperation: The contestation and transformation of ProSAVANA*. World Development, 81, 35-46.
- Shiva, V. (2001) *Stolen Harvest: The Hijacking of the Global Food Supply* South End Press: Cambridge MA.
- Sida (2000). *Towards Gender Equality in Mozambique*. Sida - Swedish International Development Cooperation Agency. Stockholm, Sweden. Disponível em «http://www.sida.se/sida/jsp/sida.jsp?d=118&a=2417&language=en_US» Acessado a 2 de Setembro de 2020.
- Sidhu, J. (2001) *Green Revolution in India has Farmers under Severe Debt* <http://www.mindfully.org/Farm/India-Green-revolution.htm>
- Siliprandi, E. (2016). *Mulheres rurais e a construção da agroecologia: por um modelo de desenvolvimento rural inclusivo e com igualdade de gênero*. Carta Maior. Brasil. Disponível em «<https://www.cartamaior.com.br/>», Acessado em 11 de Agosto de 2020.
- Sow, F. (1997). *Gender relations in the African environment*. In: Imam, Ayesha, Amina Mama and Fatou Sow eds. *Engendering African social sciences*. Dakar, CODESRIA. pp. 251-270.
- Spretnak, C. (1991) *States of Grace: The Recovery of Meaning in the Postmodern Age*, New York: Harper Collins.
- Tambi, E.; Aromolaran, A.; Odularu, G; and Oyeleye, B., (2014). *Food sovereignty and food security: Where does Africa stand?* Forum for Agricultural Research in Africa (FARA), Accra, Ghana.
- Thompson, C. B. (2012) *Alliance for a Green Revolution in Africa (AGRA): advancing the theft of African genetic wealth*, Review of African Political Economy, 39:132, 345-350, DOI: 10.1080/03056244.2012.688647

- Tinga, J. (2007) *Revolução Verde – Uma Alternativa para Estratégia de Desenvolvimento Agrário em Moçambique* (Extratos do documento sobre Revolução Verde em Moçambique – MINAG, 2007). Comunicação apresentada na Conferência “Estratégias para o Desenvolvimento Agrário no Contexto da Revolução Verde” (Maputo, 17 – 18 August 2007)
- Tobocman, S.; Turner, T.; Brownhill, L. & Ogden, L. (2004) “*Nakedness and Power.*” *World War 3 Illustrated* 35: 55–63.
- Toenniessen, G.; Akinwumi, A. & Devries, J. (2008) ‘*Building an Alliance for a Green Revolution in Africa*’, *Annals of the New York Academy of Sciences* 1136: 233–42
- Trindade, C. C. (2015) “*Xitiki É Compromisso*”: *Os Sentidos De Uma Prática De Sociabilidade Na Cidade De Maputo, Moçambique*. Universidade Estadual De Campinas. Instituto De Filosofia E Ciências Humanas. Para Obtenção Do Título De Mestra Em Antropologia Social. Campinas
- Trindade, C. C. (2019) “*Uma Maneira de Passarmos a Conviver*”: *Descrição de um Xitiki Familiar na Cidade de Maputo, Moçambique (2013-2015)*. Universidade Estadual de Campinas. *Rev. Hist.* (São Paulo), nº178, a05718, 2019. São Paulo - Brasil.
- UNAC (2007) *A redescoberta do desenvolvimento rural – uma oportunidade ou razão para alarme?*; Comunicação para a Conferência “Estratégias para o Desenvolvimento Agrário no Contexto da Revolução Verde” (Maputo, 17 – 18 August 2007).
- UNAC (2010) *Mozambique: No to Violence! No to Repression! Yes to Food Sovereignty*. 23 SEPTEMBER 2010. La Via campesina, disponível em «<https://viacampesina.org/en/mozambique-no-to-violence-no-to-repression-yes-to-food-sovereignty/>» acessado a 10 de dezembro 2019.
- UNAIDS (2018) *Country overview: Mozambique*. UNAIDS. Disponível em «<http://unaids.mio.guru/en/regionscountries/countries/mozambique>» Acessado a 28 de Setembro de 2019.
- UNICEF (2014). *Situation Analysis of Children in Mozambique 2014*. Retrieved from <http://sitan.unicef.org.mz/>
- Urdang, S. (1989). *And still they dance: Women and struggle for change in Mozambique*. London, Earthscan.
- Valá, S. (2006). *Desenvolvimento agrário e papel da extensão rural no Chokwé (1950-2000)*. In *Conflitos de Interesses entre o Estado e os Agricultores?*, 1-239. Maputo: CEDIMA.
- Valle, L. P. (2019) *Ecofeminismo*. Dicionário Alice Publicado em 2019-04-01. Disponível em «https://alice.ces.uc.pt/dictionary/?id=23838&pag=23918&id_lingua=1&entry=2427» Acessado a 4 de Setembro de 2020.
- Via Campesina (2007) *Declaration of Nyèlèni*, Forum for a New World Governance, Agriculture, and Food Security and Sovereignty (Feb. 27, 2007), Disponível em «<https://nyeleni.org/IMG/pdf/DeclNyeleni-en.pdf>» acessado a 4 de setembro de 2020.
- Via Campesina (2008) *Declaração de Maputo: V Conferência Internacional da Via Campesina*. La Via Campesina. 23 October 2008. Disponível em «<https://viacampesina.org/en/declaration-of-maputo-v-international-conference-of-la-via-campesina/>» Acessado a 29 de abril de 2021.
- Warren, K. & Cheney, J. (1991) “*Ecofeminism and Ecosystem Ecology*,” *Hypatia* 6 (1): 179–97.

- Warren, K. & Cheney, J. (2008). *Ecological Feminism and Ecosystem Ecology*. *Hypatia*. 6. 179 - 197. 10.1111/j.1527-2001.1991.tb00216.x.
- Warren, K. (2000) *Ecofeminist Philosophy: A Western Perspective on What It Is and Why It Matters*. New York: Rowman and Littlefield.
- Winter, L. (2010) *Cultivation Farmers' Rights: Reconciling Food Security, Indigenous Agriculture, and TRIPs*, 43 *VAND. J. TRANSNAT'L L.* 223, 235 (2010).
- Wise, T. A. (2018) *Seeds of resistance, harvests of hope: farmers halt a land grab in Mozambique*, *GRAIN* (30 Oct. 2018).
- WoMin (2018) *African Women Rising: Organizing for justice & development alternatives*. WoMin – African Women Unite Against Destructive Resource Extraction. Disponível em «<https://WoMin.org.za/resource-library/newsletters.html>» Acessado a 27 de Agosto de 2020.
- WoMin (2019) *Mogale Declaration: Living the Future Now - standing in solidarity with peasant and working-class women in Africa as they build a collective vision for a just and sustainable future!*. WoMin – African Women Unite Against Destructive Resource Extraction. Disponível em «<https://WoMin.org.za/resource-library/women-building-power/feminist-just-transition.html>» Acessado a 27 de Agosto de 2020.
- Xu, X., Li, X., Qi, G., Tang, L., & Mukwereza, L. (2016) *Science, technology, and the politics of knowledge: The case of China's agricultural technology demonstration centers in Africa*. *World Development*, 81, 82–91.